

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**BIBLIOTECA ESCOLAR INCLUSIVA
E LEITURA PARA TODOS**

Rui Miguel Baptista Tavares Carvalho

Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

Lisboa, 2016

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**BIBLIOTECA ESCOLAR INCLUSIVA
E LEITURA PARA TODOS**

Rui Miguel Baptista Tavares Carvalho

Mestrado em Gestão Da Informação e Bibliotecas Escolares

Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Glória Bastos

Lisboa, 2016

Hoje a estratégia de intervenção é baseada no princípio da inclusão, cujo objectivo visa a construção de uma escola efectiva para todos, a chamada escola inclusiva que pretende proporcionar as mesmas oportunidades a todos, tornando a educação mais eficaz para todos. As bibliotecas têm que passar a assumir também esta dimensão.

Augusto Deodato Guerreiro, 2000

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família,
à minha mulher Ermelinda e ao meu filho Diogo,
pela compreensão de todos os momentos
em que não pude estar presente.

Agradecimentos

Agradeço, reconhecidamente, à minha orientadora, Professora Doutora Glória Bastos, pela dedicação e simpatia;

À Clara Neiva que me contagiou com o “bichinho” da biblioteca;

À Cristina Santos;

À Universidade Aberta por me ter proporcionado esta experiência;

A todos os alunos, professores e funcionários do agrupamento de Escolas da Abelheira – Viana do Castelo;

À equipa da RBE, em particular à equipa coordenadora do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”.

ÍNDICE

Epígrafe	iii
Dedicatória.....	iv
Índice de gráficos e quadros	viii
Resumo	ix
Abstract	x
Lista de Siglas e Abreviaturas	xi
Introdução	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1. A escola inclusiva	9
1.1 Breve perspectiva histórica	9
1.2. O aluno com Necessidades Educativas Especiais	15
2. A Biblioteca Escolar	19
2.1 A escola inclusiva e a biblioteca escolar	23
2.2 A biblioteca inclusiva – alguns dados no contexto português	28
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	37
1. Contextualização do estudo empírico	39
2. Aspetos metodológicos	43
2.1 Instrumentos de recolha de dados	44
3. Apresentação e análise dos dados	49
3.1 O questionário	49
3.2 A entrevista.....	74
3.3 As observações	78
3.4 Projeto “Todos Juntos Podemos Ler”.....	86
4. Análise das intervenções realizadas	91
Conclusões e recomendações	95
Referências bibliográficas	99

Anexos

Anexo I - Inquérito por questionário realizado aos professores de Educação especial, dos grupos 910 e 930, em funções no agrupamento	109
Anexo II - Guião da Entrevista à Coordenadora das Bibliotecas Escolares do Agrupamento..	117
Anexo III - Transcrição da Entrevista à Coordenadora das BE do Agrupamento	121
Anexo IV - Grelha de registo de observação – Diário de Bordo	127
Anexo V - Implementação da sinalética ColorADD para Daltónicos	131
Anexo VI - Implementação da sinalética para alunos com baixa visão	135
Anexo VII - Fundo documental adaptado em vários formatos.....	139
Anexo VIII - Execução de material adaptado em braille, SPC e relevo.....	143
Anexo IX - Encontro com escritores, leitura em vários suportes e produtos de apoio na acessibilidade à leitura	147
Anexo X - Partilha de leituras na UAEM	151
Anexo XI - Inventário do fundo documental adaptado e meios técnicos da BE	155
Anexo XII - Comemoração do dia internacional da pessoa com deficiência.....	163
Anexo XIII - Reorganização dos espaços para facilitar a mobilidade de alunos em cadeiras de rodas.....	167
Anexo XIV - Leituras partilhadas (em vários suportes) na BE	171
Anexo XV - Disponibilização na biblioteca escolar de dispositivos de apoio na acessibilidade à leitura.....	175

Índice de gráficos e quadros

Gráfico 1 – Idade dos docentes	50
Gráfico 2 – Género dos docentes	51
Gráfico 3 – Formação académica dos docentes	51
Gráfico 4 – Níveis de ensino lecionados pelos docentes	52
Gráfico 5 – Tempo total de serviço docente	52
Gráfico 6 – Tempo de serviço docente no agrupamento	53
Gráfico 7 – Situação profissional dos inquiridos	54
Gráfico 8 – Apreciação sobre as acessibilidades e condições de acesso à BE, para os alunos com NEE.	55
Gráfico 9 – Condições de acesso à BE	55
Gráfico 10 – Localização de BE	56
Gráfico 11 – Horário de funcionamento da BE	57
Gráfico 12 – Condições de acomodação da BE	57
Gráfico 13 – Condições específicas para alunos com NEE	58
Gráfico 14 – Área e organização	59
Gráfico 15 – Apreciação dos recursos existentes na BE	60
Gráfico 16 – Tipo e frequência de atividades desenvolvidas com a BE	61
Gráfico 17 – articulação com a biblioteca escolar	62
Gráfico 18 – Frequência de articulação de atividades.....	63
Gráfico 19 – Frequência de articulação por tipo de atividades	64
Gráfico 20 – informação sobre os recursos da BE	65
Gráfico 21 – Informação sobre as atividades/projetos da BE	65
Gráfico 22 – Infomação sobre os recursos e atividades da BE.....	66
Gráfico 23 – Contributo da BE para a aprendizagem dos alunos NEE.....	67
Gráfico 24 – Contributo da BE para o uso autónomo dos alunos NEE.....	67
Gráfico 25 – Contributo da BE para o desenvolvimento das competências de leitura dos alunos NEE.....	68
Gráfico 26 – Contributo da BE para o desenvolvimento das competências TIC dos alunos NEE	69
Gráfico 27 – Contributo da BE para o desenvolvimento da literacia de informação dos alunos NEE	69
Gráfico 28 – Contributo da BE para o desenvolvimento de competências nas diferentes áreas curriculares dos alunos NEE	70
Gráfico 29 – Contributo da BE para a promoção da escola inclusiva.	71
Quadro 1 – Exemplo do registo de observação – Diário de Bordo	75

Resumo

O objetivo desta investigação é baseado no pressuposto de inclusão. Com ela pretendemos dar resposta à pluralidade que caracteriza a nossa sociedade nas nossas escolas, particularmente no papel desempenhado pela Biblioteca Escolar.

Importa capacitar as instituições escolares como promotoras desta inclusão, promovendo um ensino eficaz para a globalidade da população discente, tratando todos por igual, independentemente das suas competências ou limitações, proporcionando igualdade de oportunidades. O objetivo geral deste estudo é conhecer as estratégias adotadas pela biblioteca escolar e que fomentem uma prática inclusiva, transmitindo-as à comunidade educativa.

Assim, esta investigação incidiu sobre o desenvolvimento das atividades de uma biblioteca escolar no âmbito da implementação do projeto *“Todos Juntos Podemos Ler”*. Este projeto, lançado pela Rede de Bibliotecas Escolares no ano letivo 2010/2011, tem como finalidade *“Promover o sucesso escolar criando oportunidades de leitura para TODOS os alunos, incluindo os que apresentam necessidades educativas especiais.”* (RBE, 2010).

A biblioteca escolar surge nesta investigação como objeto central do estudo, à volta da qual se desenvolve todo um conjunto de atividades colaborativas, tendentes à efetiva inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, promotoras de práticas inovadoras, ao serviço da comunidade educativa e aberta ao exterior.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar; Inclusão; Necessidades Educativas Especiais; Trabalho colaborativo.

Abstract

The purpose of this study is based on the inclusion assumption. With it we intend to respond to the plurality that characterizes our society in our schools, particularly in the role played by the School Library.

It is important to empower school institutions as promoters of this inclusion, promoting effective education for the entire student population, treating everyone equally, regardless of their competences or limitations, providing equal opportunities. The general objective of this study is to know the strategies adopted by the school library and to promote an inclusive practice, transmitting them to the educational community.

Thus, this study focused on the development of the activities of a school library in the framework of the implementation of the project "All together we can read". This project, launched by the School Library Network in the 2010/2011 school year, aims to "Promote school success by creating reading opportunities for ALL students, including those with special educational needs." (RBE, 2010).

The school library appears in this study as the central object of the study, around which a whole set of collaborative activities are developed, aimed at the effective inclusion of students with special educational needs, promoting innovative practices, serving the educational community and open to the outside.

Keywords: School Library; Inclusion; Special Educational Needs; Collaborative Work.

Lista de Siglas e Abreviaturas

BE – Biblioteca Escolar

CIF-CF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – Crianças e Jovens

CRTIC – Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial

DL – Decreto-Lei

EE – Educação Especial

IASL – International Association of School Librarianship

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions

IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência

ME/MC – **Ministério** da Educação/Ministério da Ciência

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PB – Professor Bibliotecário

PEI – Programa Educativo Individual

PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo em Portugal

RBE – Rede de Bibliotecas Escolares

SPC – Símbolos Pictográficos de Comunicação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAEM – Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

“As escolas devem acolher todas as crianças independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.”

Declaração de Salamanca

Nos últimos anos, as bibliotecas escolares têm desempenhado um papel fundamental enquanto recurso privilegiado das escolas no domínio da literacia, proporcionando à comunidade educativa acesso a livros e a tecnologias de informação e comunicação.

Porém, face à crescente inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular, as bibliotecas escolares veem-se hoje confrontadas com a necessidade de responder a uma população escolar com competências significativamente diversas e que requer, em muitas situações, meios tecnológicos diferenciados de acesso à leitura e à informação.

Criar bibliotecas escolares inclusivas, que proporcionem reais oportunidades de leitura para todos os alunos, é talvez um dos maiores desafios colocado às bibliotecas escolares que se pretendem assumir como espaço de excelência para o desenvolvimento da literacia e como garante da igualdade de oportunidades.

(In Projeto Todos Juntos Podemos Ler, RBE 2010).

Tendo presente que a leitura e o acesso à informação são fatores determinantes na realização pessoal de qualquer indivíduo, independentemente das suas limitações, é pertinente abordar estas questões sobre o ponto de vista da biblioteca escolar, mais ainda quando o movimento da escola inclusiva, surgido nas décadas 80 e 90, tem vindo a resultar num aumento significativo da inclusão de alunos com condições de deficiência no ensino regular.

É nosso desejo, enquanto agente educativo, auxiliar a escola a adaptar-se a esta alteração da diversidade dos seus alunos, facto este que não pode ser

alheio a todos os docentes em particular, que terão de ser parte integrante desta nova forma de (re)agir face aos novos grupos de alunos que chegam às nossas escolas. Ajudar a perceber de que forma a biblioteca escolar desempenha (ou pode desempenhar) o seu papel junto destes alunos é, pois, um tema atual e pertinente.

O investimento pessoal na formação em educação especial (especialização no domínio cognitivo motor) e em bibliotecas escolares (pós-graduação em gestão de bibliotecas escolares), bem como o desempenho do cargo de professor bibliotecário foram também razões justificativas para a escolha da temática que desenvolvemos no presente trabalho.

Após um estudo bibliográfico e no terreno, recorrendo a várias metodologias, consideramos que é possível implementar uma biblioteca escolar inclusiva, um local onde as crianças e jovens com necessidades especiais possam usufruir de serviços e de acesso a livros, tal como qualquer outra criança.

As bibliotecas há muito que deixaram de ser um espaço fechado em si mesmo. Pelo contrário, a biblioteca é hoje aceite, e compreendida, enquanto espaço de acesso à informação e de construção do conhecimento. A biblioteca escolar desempenha também um importante papel no desenvolvimento do currículo, pois reúne as condições de organização e de recursos necessários de forma a apoiar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, defendendo a igualdade de oportunidades no acesso a uma variedade de recursos em diferentes suportes (impressos, audiovisuais, multimédia, analógicos e digitais). Esta função é realizada em colaboração com os diversos agentes educativos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, onde se inclui também a família, orientando os alunos na mobilização de um conjunto de capacidades e de atitudes fundamentais à formação de cidadãos conscientes, responsáveis, autónomos, capazes de aprenderem ao longo da vida e de lidarem com a abundância da informação, característica da sociedade atual.

Por isso mesmo, a biblioteca escolar deve estar aberta e acessível a todos os alunos, numa perspetiva inclusiva, que garanta a igualdade de oportunidades no acesso à informação e no apoio à aprendizagem, respondendo às

necessidades de aprendizagem de todos os alunos, sem exceção, respeitando as suas diferenças, tal como é preconizado pelos diversos organismos nacionais e internacionais.

Passadas exatamente duas décadas da criação da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), registam-se inúmeras mudanças no seio das bibliotecas das escolas públicas portuguesas. Através de sucessivos apoios e projetos que contribuíram para requalificar e equipar as bibliotecas escolares, através de fundo documental e meios tecnológicos, a biblioteca escolar assume-se, hoje, como uma importante ferramenta ao serviço da comunidade educativa, contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, para o desenvolvimento das literacias da leitura, dos média e da informação, não se limitando só aos limites físicos onde se encontra. Mas, estará a biblioteca escolar a ser verdadeiramente inclusiva? Quais as formas encontradas por este centro de recursos educativos para a aprendizagem e a inclusão de todos os alunos?

Assim, para além de procurar esclarecer o papel da biblioteca escolar, tendo em conta as diretrizes nacionais e internacionais existentes, no que à inclusão diz respeito, pretendemos identificar as diversas formas encontradas para responder à problemática dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que utilizam a biblioteca escolar e os seus serviços, através da observação privilegiada do professor bibliotecário, mas também da colaboração entre este e os restantes docentes, em particular, os docentes de educação especial.

Tendo presente a afirmação de Quivy & Campenhoudt, segundo a qual “Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (2008, p. 31), partiu-se dos aspetos acima enunciados e tomou-se como ponto de partida a seguinte questão:

- *Quais as estratégias promotoras de oportunidades de leitura para todos, desenvolvidas pela biblioteca escolar e que contribuem para o reforço da escola inclusiva?*

Para procurar dar resposta à questão orientadora do nosso percurso investigativo, formulámos os seguintes objetivos:

- *Aferir em que medida as acessibilidades e horário de funcionamento da BE contribuem para a participação de todos os alunos;*
- *Identificar os recursos documentais e tecnológicos da BE que servem de suporte às práticas inclusivas;*
- *Caracterizar o trabalho efetuado em colaboração com os vários docentes;*
- *Descrever as formas de comunicação/divulgação das atividades e recursos;*
- *Identificar o apoio e a importância dada ao desenvolvimento das atividades inclusivas pelo órgão de gestão e pela Rede de Bibliotecas Escolares.*

Decorrentes deste propósito, as finalidades do estudo são:

- *Contribuir para a divulgação de boas práticas de inclusão na biblioteca escolar;*
- *Contribuir para a construção de uma escola/biblioteca inclusiva.*

No desenvolvimento do presente trabalho podemos distinguir dois momentos centrais, um de carácter mais conceptual, onde efetuamos o enquadramento do problema, e outro de carácter empírico, onde se apresenta o estudo realizado.

Na Parte I – Enquadramento Teórico – efetuamos a revisão da literatura, abrangendo alguns estudos sobre as bibliotecas, em geral, as bibliotecas escolares, e a escola inclusiva. Esta primeira parte encontra-se dividida em três capítulos, subdivididos em diferentes pontos. No primeiro capítulo expomos o conceito de biblioteca, as suas transformações e os desafios. No segundo capítulo, abordamos a biblioteca escolar, desde o lançamento da RBE, do conceito e da missão, passando pelos seus objetivos, pelo papel do professor bibliotecário e os métodos de trabalho, tendo em conta os diversos normativos existentes, bem como diversos estudos realizados. No último capítulo desta primeira parte, falamos sobre a inclusão e as bibliotecas escolares, abordando

não só as acessibilidades, mas também o acesso à informação, a participação e a inclusão, através do trabalho colaborativo entre os diferentes atores.

A Parte II é constituída pela apresentação do estudo empírico. O tema que nos propusemos estudar – A Biblioteca Escolar Inclusiva – foi explorado recorrendo-se ao cruzamento de várias fontes, com base numa opção metodológica de matriz essencialmente qualitativa.

Concluimos este estudo com um capítulo destinado à apresentação das conclusões, onde procuramos responder às questões de investigação que foram colocadas e onde expomos igualmente algumas práticas e reflexões, as pequenas e grandes conquistas, deixando aberto o caminho.

A bibliografia apresentada é constituída principalmente por documentos e recursos eletrónicos fundamentais à realização e aplicação deste projeto. Alguns dos autores mencionados na bibliografia não estão diretamente referidos ao longo do corpo do trabalho, mas serviram de base teórica para a estruturação e concretização do mesmo.

No final desta investigação, tendo em conta a implementação do “*Projeto Todos Juntos Podemos Ler*” na escola que foi objeto de estudo, em colaboração com os professores de educação especial e outras estruturas de apoio, espera-se conseguir demonstrar a importância de ações que visem a efetiva criação de uma biblioteca inclusiva.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A escola inclusiva

Tendo em atenção a problemática que abordamos no nosso estudo, consideramos que se justifica iniciar este enquadramento teórico apontando a importância do conceito de inclusão, que vem evoluindo ao longo do tempo, e que acaba por ser, hoje em dia, uma máxima que acompanha de perto toda a realidade escolar.

1.1 Breve perspetiva histórica

As práticas e políticas educativas onde o conceito de inclusão apareceu como uma nova filosofia surgiram com a Declaração de Salamanca, realizada na cidade de Salamanca, em Junho de 1994, na "Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas especiais: Acesso e Qualidade".

O conceito de inclusão, que vem evoluindo ao longo do tempo, tem atualmente um papel de primordial relevância no contexto educativo. Hoje não existe espaço nas nossas escolas para a homogeneidade. Este modelo de escola atual, como refere Bautista (1997:21), está aberta à diferença. Ao dar resposta às necessidades especiais, acaba por beneficiar todos os alunos em geral, uma vez que é um modelo que traz renovação, novos recursos e serviços.

Para entendermos melhor a inclusão deveremos, pois, abordá-la numa perspetiva histórica, confirmando que a escola inclusiva é um tema tratado já há muitos anos. De facto, ao longo dos séculos a sociedade foi alterando a sua visão, sobretudo na forma de encarar o tratamento e a educação de pessoas portadoras de diferentes deficiências.

Sumariamente, poderíamos dizer que a história tratou as pessoas portadoras de deficiências, particularmente as crianças, de uma forma que vai do infanticídio à segregação, e da segregação à integração.

Na Grécia e na Roma antiga, nos primórdios dos tempos, era comum as crianças que nasciam com deficiências serem mortas logo à nascença. Os que

conseguiram escapar à sentença de morte eram isolados do resto da sociedade ou abandonados nas ruas onde vagueavam deixados à sua sorte. Já na Idade Média, essas pessoas eram consideradas “criaturas do diabo”, e como tal não escapavam também à discriminação, eram perseguidas e mortas cruelmente.

Foi no século XIX, com a chegada de novos pensadores, mais humanistas e tolerantes, que se iniciou um processo de aceitação das pessoas portadoras de deficiência. Correia (1997:13) refere que com base na filosofia de Locke e de Rosseau, já numa perspectiva mais humanista, se tentou que as crianças portadoras de deficiência fossem recuperadas no sentido de as ajustar à sociedade envolvente.

Em 1779, o médico francês Jean-Marc Gaspard Itard, encontrou uma criança selvagem nos bosques de Aveyron, considerada então deficiente mental. Essa deficiência foi considerada na altura como “incurável”. É então que Jean-Marc Itard decide desenvolver um programa educativo intensivo com o objetivo de educar essa criança, à qual deu o nome de Vítor. Com o passar dos anos, Vítor não apresentou um desenvolvimento “normal” mas fez enormes progressos. Hoje, Jean-Marc Itard, é reconhecido como sendo o “pai da Educação Especial”.

Freud com a teoria psicanalista, Galton com os testes de medição da capacidade intelectual e Binet e Simon com os testes de inteligência, definiram o conceito de “idade mental”, no século XX, originando-se uma enorme evolução, levando à criação de escolas especiais para acolher as crianças portadoras de deficiências.

Foram as guerras mundiais que, segundo Correia (1997: 14), estiveram na origem da responsabilização da sociedade e no nascimento duma consciência que levou a que, na década de 60, se iniciasse uma série de disposições para permitir a igualdade de oportunidades para as crianças com necessidades educativas especiais.

Em 1978, no Reino Unido, é elaborado o Relatório da Comissão de Inquérito sobre a Educação de Crianças e Jovens com deficiência, conhecido como o relatório Warnock, que apresenta pela primeira vez o conceito de “Necessidades Educativas Especiais”. Neste grupo são incluídos todos os alunos que não conseguem atingir as suas competências de aprendizagem com um

professor normal, necessitando de outras ajudas, de outros técnicos.

Mas a comissão como um todo nunca propôs que todas as crianças deveriam ser ensinadas sob o mesmo teto ou que as escolas especiais devessem ser abolidas.

Tal como é referido por Sanches (1996: 11), “Ter necessidades educativas especiais é, então, precisar de um complemento educativo adicional e/ou diferente daquele que é normalmente praticado nas escolas do ensino regular”, o que significa que a resposta deverá ser individualizada e específica às características de cada indivíduo e promovendo a sua autonomia e inserção na sociedade, baseada em critérios educativo/pedagógicos adequados às suas necessidades.

Seis anos mais tarde, nos Estados Unidos, assiste-se ao nascimento do movimento “The United States Regular Education Initiative”, que pretendia integrar os alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares.

Contudo, apenas em junho de 1994, na “Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade”, realizada em Salamanca, é que este princípio se tornará uma verdadeira consciencialização. No seguimento desta conferência, aparece então o documento conhecido por “Declaração de Salamanca”, onde são estabelecidos os princípios orientadores da inclusão e que premeiam as escolas como os locais por excelência no combate a atos discriminatórios, transportando-nos para uma comunidade inclusiva, onde a educação seja efetivamente para todos.

A declaração estabelece que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas nas escolas do ensino regular, e que este, por sua vez, seja sujeito a uma revisão de forma a permitir dar igualdade de oportunidades a todos os que o frequentem. Assim, estas crianças deveriam ter acesso aos estabelecimentos de ensino regulares, devendo os mesmos adaptar-se a esta população através de um processo assente no aluno e que responda às suas necessidades, ou seja, não são as crianças que terão de se adaptar à escola, mas sim a escola que deverá ir ao encontro das necessidades específicas de cada aluno com necessidades educativas especiais.

O conceito de “Escola Inclusiva” defende que cada indivíduo, pela sua

especificidade, cultura e conhecimento tem um contributo positivo para oferecer à escola e à sociedade, incluindo as crianças portadoras de deficiência.

Na realidade, a escola deve ser vista como um local que proporcione o multiculturalismo, permitindo que a diversidade cultural das pessoas seja sinónimo de enriquecimento e um meio para novas aprendizagens, facilitando desta forma que cada pessoa/aluno construa a sua pessoa através da interação que mantém e assume com o meio que a rodeia (Morgado, 2003).

A partir deste momento, a escola na sua generalidade passou a ter uma população escolar heterogénea, sendo então necessária a adaptação dos espaços físicos, de professores especializados e outros técnicos para dar resposta às crianças com necessidades educativas especiais, permitindo-lhes um apoio adequado e especializado (Rebelo, Simões, Fonseca e Ferreira, 1995), o que também é defendido por Nielsen (1999: 15): “Todas as crianças com NEE têm direito à educação pública gratuita, a qual se deve revelar adequada às suas necessidades educativas”.

Correia (1997) afirma ainda que os alunos com NEE “podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e sócio emocional”. Daqui em diante a escola terá de dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais durante todo o seu percurso escolar de forma a desenvolvê-los e adaptá-los da melhor forma para a sua vida. Importa, pois, que todos contribuam para o incremento de uma sociedade mais justa, onde se aceite a diferença do outro, respeitando os valores democráticos que se querem implementados na nossa escola, bem como na nossa sociedade. O que nos transporta para um dos princípios da escola inclusiva imanados da UNESCO:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades.

(Declaração de Salamanca, 1994: 11-12)

De notar que esta educação para todos também irá acarretar benefícios ao nível dos custos que o sistema educativo comporta, podendo-se assim deslocar fundos para melhorar as condições das escolas, preparando-as para fazer face às dificuldades e necessidades, sejam elas quais forem, que os seus alunos apresentem, proporcionando a todos eles, sem exceção, uma educação de qualidade.

Não sendo fácil a implementação de uma escola inclusiva, é necessário que os diversos intervenientes, desde professores, pais e governo, não se demitam das suas funções de gestão e proporcionem a todas as crianças “condições e de recursos e, (...) de mentalidades abertas à mudança e ao respeito e celebração da diversidade humana”. (Ainscow, 1999, Mittler, 2000 *apud* Sanches e Teodoro 2006: 71).

É papel do professor ser capaz de aprender a conhecer a realidade do aluno, auxiliando a sua evolução de modo adequado, dando resposta às necessidades que forem detetadas. Outras das competências deste, devem visar a capacidade de organizar o ensino, organizar as múltiplas experiências indispensáveis ao aluno, bem como, de avaliar a sua própria atividade.

Contudo, também é fundamental a função da família, uma vez que há necessidade de pais e professores trabalharem em conjunto, criando uma parceria que deve ser construída com base na confiança, na ordem de ideias dos autores anteriores.

A escola inclusiva não se pode contentar em dar assistência aos alunos com NEE, pois assiste-lhe o direito fundamental de otimizar e maximizar o seu potencial. Se a educação e a escola falharem neste desígnio social, cada vez mais serão colocados à parte os alunos com NEE, impedindo-os de contribuírem, ativa e produtivamente, para a vida da comunidade onde se encontram inseridos.

É assim possível afirmar, que nesta escola inclusiva se quer que todos os alunos participem, não estando apenas presentes, mas que sejam atores ativos no processo de ensino e de aprendizagem, sentindo que fazem parte da turma, e conseqüentemente da escola, e que esta seja responsável pelo sujeito, numa dimensão de adaptação do ensino às limitações do aluno, em prejuízo de este se adequar às regras vigentes na escola (Sanches e Teodoro, 2006).

Como tal, é basilar que se comece a aceitar a diversidade humana como uma provocação a um melhor processo de ensino e aprendizagem, que se quer mais criativo e profissional, onde os professores atuem, intervindo a nível da individualidade de cada aluno. Daí que, para uma maior efetividade de uma educação inclusiva, é forçoso que o aluno esteja inserido no grupo-turma, ou seja, na sua sala de aula.

Correia (2008c) refere que a inclusão assenta num conjunto de princípio que procuram modificar a filosofia de educação dos alunos com NEE. Os princípios a que se refere são os seguintes:

- todos os alunos, independentemente da raça, condição linguística ou económica, sexo, orientação sexual, idade, capacidades de aprendizagem, estilos de aprendizagem, etnia, cultura e religião, têm o direito a ser educados em ambientes inclusivos;
- todos os alunos com NEE são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos;
- todos os alunos com NEE devem ter oportunidades iguais de acesso a serviços de qualidade que lhe permitam alcançar sucesso;
- todos os alunos com NEE devem ter acesso a serviços de apoio especializado, quando deles necessitem, que se traduzam em práticas educativas ajustadas às suas capacidades e necessidades;
- todos os alunos com NEE devem ter acesso a um currículo diversificado;
- todos os alunos com NEE devem ter a oportunidade de trabalhar em grupo e de participar em atividades extra escolares e em eventos comunitários, sociais e recreativos;
- todos os alunos devem ser ensinados a apreciar as diferenças e similaridades do ser humano.

(Correia, 2008c)

1.2. O aluno com Necessidades Educativas Especiais

Segundo Jimenez (1997), a evolução conceptual da deficiência pode dividir-se em três épocas: a primeira considerada pré-histórica, engloba as sociedades primitivas, prolongando-se até à Idade Média; na segunda, surge a ideia de que os deficientes são pessoas a quem é preciso prestar assistência; e finalmente a terceira, que corresponde à época atual, onde o conceito de deficiência se desenvolve perspectivado em função de uma sociedade, que ideologicamente declara-se como sendo inclusiva.

No *Warnock Report* (1978) o aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é definido como aquele que apresenta incapacidade (física, emocional, social ou uma combinação destas), que afeta a aprendizagem a tal ponto que são necessários meios de acesso ao currículo (adaptado ou especial), isto é, condições de aprendizagem adequadas para que possa beneficiar de uma educação eficaz.

No início da década de 90, com a publicação do D.L. 319/91, de 23 de agosto, Portugal clarifica e faz referência à evolução de conceitos que interferem com a prática em contexto escolar. Assim, recomenda-se “a substituição da classificação em diferentes categorias, baseada em decisões de foro médico”, pelo conceito de «alunos com necessidades educativas especiais», baseado em “critérios pedagógicos” numa perspetiva mais humanista.

No artigo 10.º, ponto 2, do D.L. 6/2001 de 6 de janeiro, consideram-se alunos com “necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflitam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde”. A tónica é colocada nas dificuldades do aluno em aceder ao currículo definido centralmente ou a nível da escola.

Com a publicação do D.L. 3/2008, de 7 de janeiro, os alunos com NEE são designados como aqueles que apresentam “limitações significativas ao nível da atividade e participação, num ou em vários domínios da vida, decorrentes de

alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento bio psicossocial”.

Apesar do avanço na legislação, na clarificação desta referência, a mesma deixa de fora as crianças com dificuldades de aprendizagem específicas, como dislexias, disgrafias e dispraxias, que são consideradas neste DL como problemas de comunicação, quando elas são, de facto, “desordens” que se inserem no espectro das dificuldades de aprendizagem específicas. Correia (2008b) refere que através deste Decreto-Lei o Ministério da Educação não considera estes alunos “como recetores de serviços de educação especial”, fazendo com que sejam os professores curriculares a tentar responder às necessidades destes alunos, sem terem, na maioria das vezes, uma preparação adequada

Neste sentido, Correia (2014) afirma que este Decreto-Lei não garante a existência e eficácia dos serviços de educação especial para todos os alunos com NEE, uma vez que não está assegurada a exatidão e a adequação das decisões a tomar quanto à provisão desses serviços, nem tão pouco estão garantidos os apoios financeiros necessários ao seu funcionamento. Por outro lado, não foram considerados os conhecimentos científicos que a investigação tem gerado ao nível da educação especial. O autor refere-se ao Decreto-Lei como sendo:

sintática e semanticamente confuso, bastando, para o confirmar, ler-se o primeiro parágrafo do seu preâmbulo. Retórico, com os chavões que, nesta matéria, já nos acostumámos a ouvir, tal como, “Todos os alunos têm necessidades educativas...”, ficando-se pela oratória em detrimento da conceitualização de termos como, por exemplo, o de inclusão, de educação especial e de necessidades educativas especiais.

(Correia, 2014)

Este Decreto-Lei prevê ainda a colocação dos alunos surdos, cegos, com autismo e com multideficiência em instituições de referência, como agrupamentos escolares, ou unidades de ensino estruturado ou especializado contrariando dessa forma “os princípios inerentes à filosofia da inclusão que diz honrar no seu

preâmbulo.” (Correia, 2014). No entanto, o autor refere também aspetos positivos, como a obrigatoriedade da elaboração de um programa educativo individual para os alunos com NEE permanentes e a sua promoção na transição para a vida pós-escolar.

Apesar de todos os defeitos e virtudes que possam ser apontados ao Decreto-Lei, será importante realçar que, independentemente da necessidade que possa existir no processo educativo do aluno, será decisivo criar e estabelecer uma inclusão educativa e social. Isto, para que o acesso e o sucesso educativo sejam permanentes, para que o aluno se torne, o mais autónomo possível, e se sinta confiante ao nível das suas interdependências.

Ao nível organizativo, as escolas devem incluir nos seus projetos educativos, adequações relativas ao processo de ensino aprendizagem, de ordem organizativa e de funcionamento, para que seja possível efetivar uma resposta educativa, adequada aos alunos que beneficiem de educação especial.

Após ser referenciado, o aluno fica a cargo do departamento de educação especial das escolas, e dos serviços de psicologia e orientação, a quem cabe responsabilidade da elaboração de um relatório técnico-pedagógico.

O relatório deve conter os resultados da avaliação por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para crianças e Jovens (CIF-CJ). Segundo Capucha (2008), a CIF-CJ tem como objetivo, estabelecer as regras relativas ao serviço docente.

Para se obter respostas educativas, e respetivas formas de avaliação, será necessário planificar e programar, tendo-se estabelecido um único documento oficial, o Programa Educativo Individual (PEI), que fixa e fundamenta estes parâmetros. Este programa apresenta os indicadores de funcionalidade e os fatores ambientais, facilitadores ou barreiras, relativos à participação e aprendizagem, sempre por referência à CIF-CJ (Capucha, 2008). De referir que o PEI já se encontrava consignado no Decreto-Lei nº 319/1991, de 23 de Agosto.

O processo de ensino-aprendizagem, de alunos com NEE de carácter permanente, comporta, também, medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos referidos alunos: apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares individuais, adequações no processo de

matrícula, adequações no processo de avaliação, currículo específico individual e tecnologias de apoio (Capucha, 2008). Em suma, estamos perante um documento que:

define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação em um ou vários domínios da vida.

(Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro.)

Em conclusão, podemos dizer que para todos estes alunos a escola tem de continuar a dar respostas, e a biblioteca escolar, em particular, deverá desempenhar um papel importante, se tiver na sua equipa docentes com formação adequada, que consigam apoiar os professores curriculares, e eventualmente os professores de apoio, facultando materiais e meios técnicos que possibilitem o desenvolvimento das competências leitoras, implementando na biblioteca serviços que respondam às dificuldades dos alunos, permitindo que estes possam usufruir da biblioteca escolar em igualdade com os seus pares, disponibilizando, se necessário materiais específicos.

2. A Biblioteca Escolar

Em Portugal, o Programa de Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) é iniciado em 1996 através da constituição de um grupo de trabalho criado pelos despachos conjuntos n.º 43/ME/MC/95 de 29 de dezembro e n.º 5/ME/MC/96, de 9 de janeiro, e estabeleceu-se como um importante programa de políticas públicas. Esta política articulada dos Ministros da Educação e da Cultura, visava promover os hábitos e práticas de leitura da população portuguesa, através do “desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública” (Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95, de 29 de dezembro.).

Este grupo de trabalho era constituído por Isabel Veiga (coordenadora), Cristina Barroso, José António Calixto, Teresa Calçada e Teresa Gaspar. O grupo de trabalho teve como objetivo estudar e estabelecer os princípios, as linhas de orientação e o programa de lançamento da rede de bibliotecas escolares das escolas portuguesas.

Todo o trabalho realizado teve em conta a realidade da época, das escolas e das bibliotecas escolares, bem como o contributo de vários profissionais, através da consulta de professores, bibliotecários, técnicos e investigadores, tendo os seus contributos sido considerados no relatório final apresentado. Após a apresentação desse documento, intitulado Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares (Veiga *et al.*, 1996), foi criado o Gabinete da RBE e nomeada como coordenadora, Teresa Calçada.

Os estudos efetuados pela equipa permitiram verificar a existência de um grande atraso nos hábitos de leitura e das competências de literacia da população em geral quando comparado com as suas congéneres europeias. Relativamente às escolas, constatava-se a falta de bibliotecas escolares modernas e agradáveis, a falta de equipamento e fundo documental de qualidade, o livre acesso e a formação específica dos professores responsáveis.

Assim, partindo do diagnóstico efetuado, o relatório apontava para a criação de bibliotecas escolares segundo parâmetros atualizados, em

consonância com as referências difundidas por organizações internacionais como a UNESCO e a IFLA. São delineados como objetivos de ação essenciais:

Cada biblioteca deverá tornar-se um núcleo da vida da escola, atraente, acolhedor e estimulante, onde os alunos:

- i) se sintam num ambiente que lhes pertence e se habituem a considerar o livro e a informação como necessidades do dia-a-dia e como inesgotáveis fontes de prazer e de desenvolvimento pessoal;
- ii) tenham acesso à informação e ao conhecimento, através de grande diversidade de livros, jornais, revistas, audiovisuais e tecnologias de informação;
- iii) possam descobrir e alimentar o prazer de ler e de se informarem recorrendo a fontes documentais disponíveis nos mais variados tipos de suportes;
- iv) possam estudar e encontrar com facilidade fontes documentais, se habituem a seleccionar e gerir informação para realizarem atividades curriculares (individualmente ou em grupo, autonomamente ou com apoio docente e de técnicos especializados);
- v) adquiram competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e produzam documentos em suportes e linguagem diversificadas.

(Veiga et al, 1996: 16-17)

Neste programa de ação inicial podemos desde logo identificar uma preocupação direcionada para a integração de todos os alunos, independentemente das suas condições pessoais. Os objetivos enunciados devem, pois, estender-se a todos e a qualquer criança ou jovem, para que esta consiga usufruir das potencialidades que a biblioteca escolar pode e deve oferecer.

A RBE convida então as escolas a candidatarem-se a apoios para a criação ou renovação de bibliotecas escolares, que são apoiadas, do ponto de vista técnico e financeiro, sempre que cumprem com os parâmetros de qualidade exigidos. No primeiro ano de execução do Programa foram integradas na Rede 164 bibliotecas. Presentemente, ao comemorar 20 anos de RBE, são já mais de 2624 as bibliotecas integradas na Rede, abrangendo a quase totalidade dos alunos do ensino básico e do ensino secundário, chegando também a uma

grande parte dos alunos do pré-escolar, sobretudo, nos últimos anos, com o aparecimento dos chamados centros escolares. A Rede integra ainda bibliotecas escolares de algumas escolas particulares com contrato de associação e escolas de ensino profissional.

Em 1999 surge o IFLA/UNESCO Library School Manifesto (UNESCO, 1999). Este manifesto, que sofreu várias revisões e atualizações ao longo dos anos, identifica a missão e os objetivos das bibliotecas escolares, estabelecendo os fundamentos de gestão, de formação de equipas e funcionamento. Estas orientações são, desde do início, uma das preocupações centrais da RBE.

No entanto, a formação dos professores, inicialmente, e a indefinição do estatuto de professor bibliotecário constitui um constrangimento ao desenvolvimento das bibliotecas escolares, sobretudo a nível do reconhecimento das suas funções e da sua ação. A este constrangimento acrescenta-se uma fraca estratégia global de formação especializada, e contínua, direcionada aos professores bibliotecários (Baleiro, 2008).

A partir de 2005, a RBE introduziu propostas de formação para os professores bibliotecários. Ao longo dos anos os temas propostos têm vindo a alargar a sua temática, bem como os destinatários, chegando aos órgãos de gestão, ao pessoal não docente e a todos os docentes em geral.

Em 2007, o tema das bibliotecas escolares foi considerado uma prioridade nacional na formação contínua acreditada e financiada pelo PRODEP, quer para os professores bibliotecários e as suas equipas, bem como para os professores em geral. Sobre esta iniciativa, Baleiro (2008) refere:

Esta iniciativa veio reforçar junto das instituições a relevância dos temas relacionados com as bibliotecas, o que permitiu colocar no terreno cerca de 600 ações em todo o país, com um grau de execução ao nível dos 90%, registando grande adesão não só das equipas, como tem vindo a cativar o interesse de muitos professores.

(Baleiro, 2008)

Nas instituições de ensino superior foram surgindo cursos de formação especializada direcionados aos professores bibliotecários, com diversos currículos, que se foram ajustando gradualmente à ação do professor

bibliotecário, tendo em conta as exigências da sociedade atual, congregando as mais diversas áreas, como a tecnologia, a comunicação, a informação, a leitura, o marketing, as literacias e a gestão de projetos.

A institucionalização da figura do professor bibliotecário e dos coordenadores interconcelhios, com a publicação da Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho, veio clarificar o papel do professor bibliotecário, definindo com rigor o seu carácter funcional, dando resposta aos novos desafios e necessidades, garantindo uma estabilidade profissional dos professores bibliotecários.

Este papel tem vindo a ser trabalhado, mantendo-se nos normativos mais recentes a função central de coordenação: *“Ao professor bibliotecário cabe, com apoio da equipa da biblioteca escolar, a gestão da biblioteca da escola não agrupada ou do conjunto das bibliotecas das escolas do agrupamento.”* (Portaria n.º 192-A/2015 de 29 de junho, n.º 1 do Artigo 3.º - Conteúdo funcional). A equipa da biblioteca escolar, coordenada pelo professor bibliotecário, deve ser constituída por docentes que dispõem de competências nos domínios pedagógico, de gestão de projetos, de gestão da informação, das ciências documentais e das tecnologias de informação e comunicação, deve assegurar o serviço de biblioteca para todos os alunos, promovendo a articulação das atividades da biblioteca com os objetivos do projeto educativo e dos planos de turma, assegurando os recursos humanos e documentais afetos à biblioteca que devem ser integrados nas práticas de professores e alunos. O professor bibliotecário deve ainda desenvolver parcerias com entidades locais e apoiar atividades livres, bem como implementar processos de avaliação.

A formação contínua (em bibliotecas escolares ou em tecnologias da informação e comunicação) é também um fator primordial cuja obrigatoriedade se encontra contemplada na legislação (Portaria n.º 192-A/2015 de 29 de junho, n.º 1 do Artigo 15.º - Formação contínua).

Ao longo dos anos, a RBE tem acompanhado as transformações que se têm dado na sociedade e na própria escola, renovando conceções, objetivos e linhas de atuação, nomeadamente com a difusão das literacias, não só a da leitura, mas também as literacias dos média e da informação, passando pela preocupação com os alunos com necessidades educativas especiais. Exemplo

desta preocupação é a concepção de um projeto conjunto entre a Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Leitura e a Direção de Serviços da Educação Especial e Apoios Socioeducativos denominado “Todos Juntos Podemos Ler”, que tem como principal objetivo a criação de bibliotecas inclusivas, capazes de proporcionar oportunidades de leitura para todos os alunos, e surge em linha com o manifesto da biblioteca escolar da IFLA/UNESCO (1999), que afirma:

As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que, por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos.

(IFLA/UNESCO, 1999)

2.1 A escola inclusiva e a biblioteca escolar

De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1998), e como atrás referimos, as escolas inclusivas são norteadas por uma filosofia de aceitação das diferenças individuais, de respeito pelos direitos e pelo reconhecimento da diversidade humana, respondendo a todos os alunos de acordo com as suas necessidades e/ou potencialidades, trabalhando a equidade nas relações interpessoais, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e solidária, cujos valores são a aprendizagem cooperativa, a busca de identidade, a dignidade humana, o exercício da cidadania, o direito de pertencer e de celebração das diferenças.

Neste contexto, a educação de pessoas com deficiências junto daquelas não deficientes, é importante para o convívio de todas as crianças: ao entender as deficiências e diferenças entre elas através da convivência diária, esta situação possibilitará um respeito maior à diversidade, conduzindo igualmente para se eliminar a formação de preconceitos. Estes aspetos são visíveis, sobretudo, na

nossa experiência enquanto professor bibliotecário, na realização de atividades com alunos com necessidades educativas especiais inseridos em turmas. As turmas onde estes alunos estão inseridos sabem como lidar com algumas situações imprevistas, ajudam-se mutuamente e, principalmente, revelam respeito pelas diferenças, demonstrando assim que todos têm a ganhar.

A escola inclusiva não se pode contentar em dar assistência aos alunos com necessidades educativas especiais, pois, assiste-lhe o direito fundamental de otimizar e maximizar o seu potencial habilitativo e cognitivo. Se a educação e a escola falharem nesta cruzada social, cada vez mais serão colocados à parte os alunos com necessidades educativas especiais, impedindo-os de contribuírem, ativa e produtivamente, para a vida da comunidade onde se encontram inseridos.

O Manifesto das Bibliotecas Escolares, da IFLA/UNESCO (1999), e as suas Diretrizes para as Bibliotecas Escolares (IFLA/UNESCO 2002), preconiza que a Biblioteca Escolar, no âmbito da sua missão *“proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis”* (p. 3).

Segundo Oliveira (2011), à medida que a aprendizagem centrada no professor e nos conteúdos foi cedendo lugar à aprendizagem centrada no aluno e no processo, as tradicionais bibliotecas foram dando lugar a espaços bem diferentes. Esta situação tem permitido, por exemplo, que se proporcione a todos e a cada aluno a possibilidade de se construir percursos formativos que permitam uma aprendizagem de sucesso.

Neste contexto, a biblioteca escolar desempenha um papel importante, pois é “um elemento transversal às escolas e ao currículo, ela deve ser encarada como um recurso privilegiado para o desenvolvimento daquelas literacias” (Pires, 2013). Wesson e Keefe (1995), citados por Pires (2013), definem a Biblioteca Escolar como o centro da escola, a partir da qual práticas mais inclusivas podem ser implementadas, já que permite a aceitação das diferenças individuais.

Em 2009, a publicação de legislação específica para as bibliotecas escolares veio reconhecer a importância cada vez maior das bibliotecas

escolares. A Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho, abriu portas à mudança organizacional da instituição escolar e permitir caminhar para novos modos de relação profissional entre professores, garantindo que a biblioteca escolar se assuma “no novo modelo organizacional das escolas, como estrutura inovadora, funcionando dentro e para fora da escola, capaz de acompanhar e impulsionar as mudanças nas práticas educativas, necessárias para proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento e o seu uso, exigidos pelas sociedades atuais” (Portaria n.º 756/2009 de 14 de julho). Esta portaria institucionaliza pela primeira vez a figura de professor bibliotecário.

A gestão da equipa da biblioteca escolar é outro dos pontos cruciais para formar uma biblioteca escolar inclusiva. A formação destes elementos, aliada a uma formação contínua por parte do próprio professor bibliotecário, é essencial para atingir os objetivos. No entanto, a formação da equipa da biblioteca escolar nem sempre é feita de acordo com as necessidades da mesma.

O professor bibliotecário deve determinar para a biblioteca escolar uma política clara, definindo objetivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades dos seus utentes, de todos os utentes. Os serviços disponibilizados também devem ser adaptados às diferentes necessidades da comunidade educativa. Esta visão é partilhada por Oliveira (2011), que refere ainda que a colaboração deve ser encarada como o caminho mais eficaz a seguir na construção do sucesso de todos os alunos.

Por outro lado, no que se refere ao papel do professor bibliotecário na promoção de uma biblioteca escolar inclusive, recordemos as palavras de Farmer:

School library media specialists have a broad and deep knowledge about resources across the curriculum and in different formats, which can help special educators match materials with individual students. While special educators might know more about adaptive technologies, school library media specialists are likely to know Internet and other online resources that could be useful for students with special needs.

(Farmer, 2009: 40)

No que respeita ainda à colaboração, a própria RBE reforça esta temática em vários documentos, nomeadamente por Araújo (2014) no documento “Biblioteca escolar e o trabalho colaborativo”, publicado pela RBE, onde a autora refere que “A colaboração é hoje entendida como uma das chaves para o êxito de qualquer organização e uma estratégia fundamental na educação porque se considera que o trabalho colaborativo facilita o sucesso das aprendizagens”.

O próprio “Modelo de Avaliação das Bibliotecas Escolares”, tanto na primeira como na segunda versão (cf. RBE, 2010 e 2013) aponta o trabalho colaborativo entre o professor bibliotecário e os restantes professores como sendo um fator crítico para o sucesso. A colaboração entende-se aqui como um conjunto variado de atividades, ou relações, estabelecidas para atingirem um objetivo comum. Todavia, como refere Bastos (2014), o atual modelo de avaliação tem uma perspetiva menos incisiva sobre esta questão, por comparação com a versão de 2010.

Analisando outro documento orientador da RBE, concretamente o *Programa Rede de Bibliotecas Escolares - Quadro estratégico 2014-2020*, verificamos que uma das áreas prioritárias e linhas de intervenção aí definidas, num total de treze, aponta as bibliotecas escolares como sendo organizações inclusivas, que garantam a igualdade de acesso aos serviços e recursos de informação. As bibliotecas escolares são apontadas ainda, pela natureza da sua missão, como uma base de apoio natural para os alunos com necessidades educativas especiais.

Assim, as bibliotecas escolares deverão criar as condições físicas e tecnológicas que as tornem capazes de dar resposta aos alunos com necessidades educativas individuais.

Apesar de algumas fragilidades que se mantêm, a cultura de colaboração, cada vez mais enraizada nas nossas escolas, tem vindo a substituir gradualmente o isolamento da sala de aula. É precisamente esta cultura de colaboração que os professores bibliotecários disseminam na comunidade educativa, em torno de projetos comuns, impulsionando o trabalho colaborativo, pois cada vez mais este é visto, pelos seus pares, como um especialista em informação.

O Manifesto da Biblioteca Escolar (ILFA/UNESCO 1999) já referia também

o trabalho colaborativo como fundamental para o sucesso acadêmico dos alunos:

Está comprovado que, quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os alunos atingem níveis mais elevados de literacia, de aprendizagem, de resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias da informação e comunicação.

(IFLA/UNESCO, 1999)

Em 2002, também as diretrizes para as bibliotecas escolares, da IFLA/UNESCO, defendem claramente o trabalho colaborativo entre o professor bibliotecário e os restantes professores:

A cooperação entre professores e bibliotecário escolar é essencial para otimizar o potencial dos serviços da biblioteca. Professores e bibliotecários trabalham em conjunto para atingir o seguinte:

- Desenvolver, instruir e avaliar a aprendizagem dos alunos ao longo do curriculum;
- Desenvolver e avaliar as competências dos alunos em literacia da informação e em conhecimento da informação;
- Desenvolver planificações de atividades letivas;
- Preparar e conduzir programas de leitura e eventos culturais;
- Integrar tecnologias de informação no curriculum;
- Explicar aos pais a importância da biblioteca escolar.

(IFLA/UNESCO, 2002)

Em Portugal, a portaria 756/2009, de 14 de julho, do Ministério da Educação, reforça também o caráter colaborativo da função de professor bibliotecário, indicando que é da competência deste:

definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos e, ainda, apoiar as atividades curriculares e favorecer o desenvolvimento de competências da leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente com todas as estruturas da escola.

(ME, portaria 756/2009, de 14 de julho)

Assim, é importante frisar que o professor bibliotecário não desenvolve a sua atividade sozinho, mas em colaboração com diferentes atores, quer dentro

quer fora da escola. Como refere Farmer:

Since library use should support the curriculum, school library media specialists can link learning activities with special educators' strategies. Even more than special educators, school library media specialists work with the entire school community, and can introduce special educators to teachers who might not otherwise come into contact with them.

(Farmer, 2009: 41)

É com este espírito que foi lançado o programa da RBE “Todos juntos podemos ler”, no âmbito do qual uma parte prática do presente trabalho tem os seus alicerces. Este programa tem por objetivo: *“dotar as bibliotecas escolares de recursos adequados, em diferentes formatos acessíveis aos alunos com necessidades educativas especiais; e desenvolver boas práticas de promoção da leitura, tendo em conta as capacidades e necessidades individuais dos alunos.”*

O programa pretende também criar recursos que possam ser usados no desenvolvimento de práticas inclusivas nas bibliotecas escolares, criar espaços WEB de partilha de divulgação, bem com o divulgar o projeto em sessões públicas.

2.2 A biblioteca inclusiva – alguns dados no contexto português

Ribeiro e Leite (2002) abordam o conceito de biblioteca inclusiva, transpondo o conceito de escola inclusiva para o plano da biblioteca e do acesso à informação. Assim, definem um conjunto de quatro requisitos para que a mesma possa ser considerada inclusiva, e que são: a cooperação interinstitucional; técnicos informados; equipamentos e serviços; e espaços.

Como parte integrante de uma escola que se quer inclusiva, a biblioteca escolar também o deve ser. Deste modo, deve-se partir do princípio que as pessoas com e sem deficiência devem ter uma vida normal e com qualidade, utilizando ao mesmo tempo os serviços e os espaços da biblioteca, possibilitando

que as pessoas possam desenvolver atividades da vida diária com autonomia, sem a presença de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, metodológicas, instrumentais e programáticas.

Em Portugal, são escassos os estudos sobre a importância do papel formativo da biblioteca escolar no desenvolvimento de crianças com necessidades educativas especiais, bem como sobre as iniciativas de promoção da leitura e a disponibilização de materiais adaptados para estes alunos, para que os mesmos possam participar em atividades com os seus pares, promovendo uma verdadeira inclusão. Ainda assim, à medida que o conceito de educação para todos começa a ser uma realidade cada vez mais presente nas nossas escolas, têm vindo a ser produzidas algumas investigações e comunicações sobre esta temática.

Em 2006, Bastos, na sua comunicação “Investigar sobre Bibliotecas Escolares: problemas, prioridades, campos de estudo”, apresentada no seminário “Bibliotecas Escolares: Investigar e desenvolver”, na Fundação Calouste Gulbenkian, referia a escassez de estudos relacionados com as bibliotecas escolares em Portugal, em contraste com o que acontecia, sobretudo, nos países de língua inglesa.

Por essa altura, a prática investigativa em Portugal neste campo encontra-se ainda numa fase inicial, considerando que “No contexto da escola portuguesa, o estudo de uma realidade multifacetada como a Biblioteca Escolar constitui, pois, um campo em que é preciso criar conhecimento” (Bastos, 2006). A autora dá, como exemplo, alguns campos que considera serem mais urgentes e interessantes serem estudados, dividindo-os em: estudos globais; estudos sobre as atitudes e representações; estudos sobre o impacto nas aprendizagens; e estudos de utilização. É precisamente nos estudos sobre o impacto nas aprendizagens que surge o papel da Biblioteca Escolar na integração de crianças com necessidades educativas especiais, que em Portugal continua a ser pouco investigado, mas que a nível internacional tem sido dada uma atenção especial.

Os estudos realizados em Portugal sobre bibliotecas escolares e inclusão, apesar de pouco significativos, debruçam-se sobretudo sobre os indicadores dos níveis de colaboração entre o professor bibliotecário e os professores de

educação especial, na adequação dos recursos tecnológicos e na adequação da coleção, tentando compreender de que forma a biblioteca escolar desenvolve atividades de compreensão e estimulação da leitura e do acesso à informação dos alunos com necessidades educativas especiais.

Bastos (2009) refere que os estudos realizados sobre bibliotecas escolares nas últimas décadas são, preferencialmente, de cariz qualitativo orientados, na maioria dos casos, “para a identificação e resolução de problemas reais e com aplicação concreta (investigação-ação)”. Podemos encontrar estes estudos no âmbito da Educação Especial, principalmente no domínio cognitivo e motor, e no âmbito das Bibliotecas Escolares.

Ao analisarmos alguns dos estudos produzidos, verificamos que se registam algumas limitações ao nível da atuação da biblioteca escolar na consolidação de uma verdadeira escola inclusiva, nomeadamente por falta de recursos específicos para alunos com necessidades educativas especiais, fruto de uma política de aquisição que não responde às necessidades destes alunos, algumas das vezes por falta de meios financeiros (Pires, 2013: 121-122). A ausência do trabalho colaborativo entre os professores bibliotecários e os professores de educação especial é também outro fator apontado nos estudos, designadamente dois trabalhos académicos realizados igualmente no âmbito do mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, da Universidade Aberta (cf. Oliveira, 2010 e Pinheiro, 2014).

Estas limitações resultam na quase inexistência de atividades de leitura para os alunos com necessidades educativas especiais por parte da biblioteca escolar. Apesar do papel da biblioteca escolar ser reconhecido pelos professores do ensino regular e pelos professores de educação especial como importante no seu papel formativo, bem como as suas potencialidades junto das crianças com necessidades educativas especiais, o trabalho colaborativo entre estes profissionais e os professores bibliotecários na conceção e implementação de atividades direcionadas para este público-alvo é pontual ou inexistente (Oliveira, 2010 e Pinheiro, 2014).

Em especial o estudo de Joaquim Pinheiro (2014), assente na análise de um conjunto de professores bibliotecários e de professores do ensino especial,

apresenta dados interessantes que revelam não só fragilidades a nível do trabalho colaborativo, como um relativo desconhecimento, de ambas as partes, em relação às potencialidades efetivas que a biblioteca escolar pode assumir junto dos alunos com NEE. Isto porque, embora todos reconheçam, como referimos atrás, a importância da BE, na prática ou desconhecem os recursos existentes para a concretização dessa função da BE, ou não articulam estratégias em benefício do desenvolvimento das competências desses alunos. Citamos um excerto das conclusões desse trabalho, por constituir um “retrato” que, de certo modo, pretendíamos afastar do contexto em que mais diretamente intervimos:

apesar de todas as bibliotecas escolares estarem integradas na RBE, dos professores bibliotecários serem profissionais com estabilidade laboral e por isso, com experiência profissional, e ainda, da maioria possuir formação específica, estes não apresentam a iniciativa e a vontade de incluírem a educação especial na sua programação, de a incluir nas suas equipas, em atividades de formação e rentabilização de recursos e na missão da biblioteca escolar dentro da comunidade escolar e social. Não sentem os envolvidos na educação especial, alunos e docentes, como utilizadores normais, regulares, necessários e enriquecedores.

Os professores de educação especial também não são alheios, nem podem ser desresponsabilizados nesta situação. Este “esquecimento” do professor bibliotecário em relação à educação especial é igualmente visível, e na mesma medida, no sentido inverso.

(Pinheiro, 2014: 110)

Outro estudo/intervenção, levado a cabo num contexto um pouco diferente – ensino superior – na Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Ribeiro e Leite, 2002), permitiu adotar uma série de procedimentos que levaram a que alunos cegos pudessem usufruir dos recursos disponibilizados pela biblioteca de uma forma autónoma, após um período de adaptação e acompanhamento, sem necessidade de um apoio permanente do pessoal auxiliar. Esta intervenção é talvez a que mais se aproxima do conceito de uma biblioteca inclusiva, não existindo um local específico para os alunos cegos, como acontece em algumas bibliotecas, através da criação dos chamados “serviços de leitura especial”, onde esses utentes estão separados dos restantes, confinados a um espaço físico próprio, sem interação com os demais. A biblioteca inclusiva deve

partir do princípio que as pessoas com e sem deficiência devem ter uma vida normal e com qualidade, para que todos utilizem, ao mesmo tempo, os serviços e os espaços da biblioteca, possibilitando o desenvolver atividades com autonomia e interagindo entre si.

Por outro lado, outro estudo, intitulado “O cumprimento das directrizes da IFLA/UNESCO nas Bibliotecas Escolares do Concelho de Braga: estudo de caso” (Costa, 2011), que remete para o manifesto da UNESCO (1999), não encontramos qualquer referência a alunos com NEE, ou com algum tipo de dificuldade, nomeadamente nas acessibilidades e na disponibilização serviços e materiais específicos para utilizadores que, por alguma razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns da biblioteca escolar. A ideia de inclusão subjacente ao manifesto e às diretrizes IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares não é aqui mencionado. Podemos ainda constatar que nos inquéritos realizados neste estudo, e à semelhança de outros estudos analisados, não existe nenhuma questão relacionada com acessibilidades, serviços/documentos adaptados, nem relacionadas com a formação dos professores ao nível da educação especial.

Contudo, apesar dos estudos neste campo serem de facto muito poucos, nunca se falou tanto em bibliotecas escolares inclusivas como nos últimos anos. Prova disso são, por exemplo, os temas abordados nos encontros de bibliotecas escolares subordinados a esta temática, dando apenas alguns exemplos:

- I Encontro da Rede de Bibliotecas Escolares de Bragança - "Leituras em Rede: inovação, acesso e inclusão social" (8 e 9 de Março de 2013);
- II Encontro de Bibliotecas Escolares do Alentejo - Ler e Formar Leitores no século XXI – Bibliotecas e Inclusão (3 e 4 de julho de 2014);
- FOLIO - Festival Literário Internacional de Óbidos – FOLIO EDUCA - Biblioteca Inclusiva (Laboratório de Ideias. Sessões Paralelas) (15 a 25 de Outubro de 2015);
- 5.º Encontro de Bibliotecas de Barcelos - “Bibliotecas em linh@: Ler,

- Jogar e Incluir” (23 e 24 de outubro de 2015);
- Seminário - Bibliotecas Inclusivas, Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, em parceria com o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial e o Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra (8 e 9 de abril de 2016);
 - Encontro de Bibliotecas Escolares de Matosinhos A-MAR-LER pretende ser um espaço de partilha de ideias em torno do papel da leitura e das bibliotecas como fatores de aprendizagem, sucesso educativo, inclusão social, formação integral e felicidade individual e coletiva. (29 e 30 de Abril de 2016);
 - Encontro da Rede de Bibliotecas do concelho de Tondela - Bibliotecas Inclusivas: Novas Literacias, Novos Leitores (20 e 21 de Maio de 2016).

Tendo participado em alguns destes encontros/ações de formação, constata-se uma preocupação crescente com a inclusão nas bibliotecas escolares, no entanto, ao analisar-se atentamente algumas comunicações, verifica-se ainda uma grande confusão no que respeita ao conceito de inclusão, o que vai ao encontro das afirmações de Correia (2014) quando afirma que o próprio Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, “ficando-se pela oratória em detrimento da conceitualização de termos como, por exemplo, o de inclusão, de educação especial e de necessidades educativas especiais.”.

Também algumas das propostas apresentadas nestes encontros são direcionadas em exclusivo para alunos com necessidades educativas especiais, sem interação com os restantes alunos da turma/escola. Os alunos com necessidades educativas especiais são tratados individualmente, ou como um grupo à parte, para o qual são direcionadas atividades.

Como exemplo desta situação, num encontro de bibliotecas sobre inclusão, tivemos uma apresentação do Professor Doutor Luís Miranda Correia, Professor Catedrático e coordenador da área de Educação Especial do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, que por diversas venceu o que é inclusão,

onde todos os alunos sem exceção participam e aprendem, para logo de seguida ser apresentada uma atividade direcionada em exclusivo para alunos com necessidades educativas especiais como sendo uma atividade inclusiva.

Relativamente ao conceito de Biblioteca Inclusiva, os próprios estudos existentes sobre a realidade portuguesa fazem confusão no conceito de alunos com NEE, tendo em conta o explanado no Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, e o que está escrito no manifesto da biblioteca escolar da IFLA/UNESCO (1999). No entanto, temos presente no manifesto, um conceito de inclusão alargado a todos os utilizadores que, “por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns na biblioteca”, ou seja todos os alunos com NEE, de carácter permanente, ou não. Mas a inclusão presente neste manifesto é também entendida como uma inclusão social, ao referir que a biblioteca escolar deverá disponibilizar os seus serviços “de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social.”.

Todavia, os estudos analisados debruçam-se exclusivamente em alunos com NEE, apresentando casos de alunos que são elegíveis para os serviços de Educação Especial, através da aplicação da CIF-CJ. Neste sentido, será importante realçar que, independentemente da necessidade que possa existir no processo educativo do aluno, é crucial criar e estabelecer uma inclusão educativa e social.

Ao analisar as conclusões de vários estudos, constatamos que a falta de colaboração entre os professores bibliotecários e os professores de educação especial, a falta de meios financeiros e as políticas de aquisição e desenvolvimento das coleções, são os maiores obstáculos à implementação das bibliotecas inclusivas.

No que diz respeito à formação dos professores bibliotecários, detetamos que os vários estudos existentes referem apenas a formação destes no que diz respeito à formação académica e contínua em bibliotecas escolares. Contudo, esses estudos, não têm em conta a formação dos professores bibliotecários no âmbito da Educação Especial, não existindo em nenhum deles qualquer tipo de referência a este tipo de formação, académica ou contínua. Este aspeto, na nossa

opinião, deverá ser analisado mais profundamente, uma vez que a falta de formação inicial e contínua na área de Educação Especial nos cursos de professores poderá também ser um dos obstáculos à criação de uma verdadeira escola inclusiva, onde obviamente a biblioteca escolar se integra, tal com se depreende da recomendação n.º 1/2014 Políticas Públicas de Educação Especial, do Conselho Nacional de Educação Diário da República, 2.ª série - N.º 118 - 23 de junho de 2014.

Os professores bibliotecários deverão, assim, valer-se do conhecimento e da partilha de saberes dos docentes de educação especial, ou dos mais antigos, dos que ao longo dos anos foram ganhando cada vez mais experiência, é o que afirma Florian (1998):

Um professor sem formação apropriada, por muito aberto e bem intencionado que seja, não conseguirá dar a educação apropriada a alunos com dificuldades de aprendizagem ou outras necessidades educativas especiais se não tiver o apoio dos colegas mais experientes.

(Florian, 1998: 45)

Deve assim o professor, e o professor bibliotecário em particular, procurar ter a formação apropriada para dar uma resposta ajustada à diversidade de alunos com NEE, procurando fazer formação constante, atualizando os seus conhecimentos.

Deverá também ser efetuada uma revisão à formação inicial dos professores, para que esta venha a comportar uma vertente na assunção de atitudes positivas face a esta problemática da inclusão. Neste sentido, Correia (2010) refere que *“o movimento da inclusão só terá sucesso se, em primeiro lugar, os cidadãos o compreenderem e o aceitarem como um princípio cujas vantagens a todos beneficia”* e se os professores obtiverem uma formação adequada, ao nível da formação inicial, tornando-os seguros e portanto capazes de responder aos desafios da inclusão, permitindo acabar de uma vez por todas com a exclusão dos alunos com NEE significativas das suas salas de aula.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Contextualização do estudo empírico

A Escola Básica da Abelheira é a escola sede do Agrupamento de Escolas da Abelheira, onde decorre o nosso estudo, e está situado na Freguesia de Santa Maria Maior, da cidade de Viana do Castelo. O concelho, ao qual pertence a cidade, estende-se por uma área de 318,6 km² e a sua população ronda, segundo os dados mais recentes do INE, os 88 725 habitantes.

Todos os estabelecimentos do Agrupamento localizam-se em espaços que outrora foram zonas rurais, sendo hoje, dado o significativo aumento da população entretanto registado, zonas habitacionais de elevada densidade populacional. Os seus alunos são, por isso, na sua maioria, de origem urbana. No entanto, é com relativa facilidade que se consegue chegar ao centro histórico da cidade, onde se pode usufruir de vários equipamentos, tanto culturais como de lazer, postos à disposição de locais e visitantes.

Com a designação inicial de Escola C+S de Viana do Castelo, abriu as suas portas no ano letivo 1990/91, tendo permanecido com esta denominação até ao ano letivo de 1998/99.

No ano letivo de 2014/2015, e de acordo com a Portaria n.º 30/2014 de 5 de fevereiro, o Agrupamento de Escolas da Abelheira, Viana do Castelo, passa a ter a seguinte constituição: Escola Básica da Abelheira, Viana do Castelo; Escola Básica n.º 1 da Abelheira, Viana do Castelo; Escola Básica do Calvário, Meadela, Viana do Castelo; Escola Básica da Igreja, Meadela, Viana do Castelo (que integra também o Jardim de Infância); e Jardim de Infância n.º 1 de Viana do Castelo.

Do Agrupamento fazem parte, desde há alguns anos, duas salas de apoio permanente a alunos com multideficiência – uma na Escola Básica n.º 1 da Abelheira (1.º ciclo) e a outra na Escola Básica da Abelheira, Viana do Castelo (2.º e 3.º ciclo). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, estas salas passaram a designar-se por Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita (UAEM).

A partir do ano letivo de 2007/2008, o Agrupamento de escolas passou a

ser considerado “escola de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão”, englobando os seguintes estabelecimentos de ensino: Jardim-de-Infância n.º 1 de Viana do Castelo, Escola Básica n.º 1 da Abelheira e Escola Básica da Abelheira, Viana do Castelo, que integram o Agrupamento, e ainda a Escola Secundária de Monserrate.

Em 2008/2009 foi acolhido o Centro de Recursos TIC para Educação Especial (CRTIC), resultante da criação de uma rede nacional, decorrente de uma política de inclusão dos alunos com NEE, de carácter prolongado, no ensino regular e da medida inserida no “Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade”. Este serviço tem como finalidade a avaliação destes alunos para fins de adequação das tecnologias de apoio às suas necessidades específicas, na informação/formação dos docentes, profissionais, auxiliares de educação e famílias sobre as problemáticas associadas aos diferentes domínios de deficiência ou incapacidade, cobrindo dezassete concelhos da zona norte.

Desde 1997 que a Escola Básica da Abelheira integra uma biblioteca escolar na Rede de Bibliotecas Escolares. Em 2004 foi integrada também na RBE a biblioteca escolar da Escola Básica n.º 1 de Abelheira e, mais recentemente, em 2014, foi integrada na RBE uma terceira biblioteca escolar, situada na Escola Básica da Igreja – Meadela, perfazendo um total de três bibliotecas integradas na RBE, servindo uma população escolar com cerca de mil e quinhentos alunos.

A biblioteca da escola sede possui no seu fundo documental, 5609 monografias, 197 DVD; 64 registos sonoros, 148 DVD multimédia; e 643 documentos disponibilizados em linha. Do fundo documental fazem parte 54 documentos em *braille*, 26 em SPC, 20 áudio, 20 em suporte digital (PDF, Word e *PowerPoint*) e 38 eBooks. Como equipamento, para além de diverso mobiliário específico, a biblioteca possui 6 computadores fixos acessíveis a alunos, 1 computador portátil com *software* de leitura de Ecrã (*PTJaws*), 2 *tablets* com diverso *software livre*, uma Lupa TV, uma lupa de mesa, e um *SmartMonkey* (Science4You) com *software* instalado num *tablet*.

Respeitando o rácio da portaria n.º 192-A/2015 de 29 de junho, estão colocados no agrupamento, através de concurso externo, dois professores

bibliotecários, que repartem o seu trabalho pelos estabelecimentos de ensino do agrupamento, sendo apoiados por uma equipa de professores de vários grupos disciplinares, que prestam também um serviço de apoio ao estudo aos utilizadores da BE.

Para efetuar uma caracterização dos alunos com necessidades educativas especiais, foi efetuado um levantamento junto dos professores de Educação Especial e professores titulares/diretores de turma, que permitiu chegar a um diagnóstico da população com NEE do agrupamento, tendo em conta as competências e hábitos de leitura, bem como a utilização da biblioteca. Assim, recorreu-se ao projeto apresentado à RBE pelo Agrupamento de Escolas da Abelheira na candidatura ao programa “Todos Juntos Podemos Ler”, que já anteriormente caracterizámos.

Estiveram envolvidos os alunos com NEE do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que já desenvolveram competências de leitura, gostam de ler, ouvir histórias e costumam ir à biblioteca com regularidade (todas as semanas). Alguns alunos (20%), de forma autónoma, assumem a leitura como a sua preferência. Os outros apresentam interesses divergentes, recorrendo aos audiovisuais e a atividades lúdicas na biblioteca. Estes últimos, na sua maioria, apresentam dificuldades na leitura, o que os afasta da leitura autónoma.

Os alunos com NEE do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico também gostam de ler, ouvir histórias e costumam ir à biblioteca, autonomamente, requisitam livros, usam os computadores e os materiais audiovisuais.

Os alunos da UAEM, acompanhados pelos técnicos e professores da Educação Especial, também se deslocam com regularidade à biblioteca (todas as semanas), desenvolvendo atividades adaptadas, tendo em conta que uma parte significativa destes alunos apresenta graves dificuldades a nível da leitura, existindo alguns que não sabem ler. Estes alunos deslocam-se à biblioteca, essencialmente para o desenvolvimento de atividades lúdicas, relacionadas com os audiovisuais e/ou a acompanhar a turma em que estão inseridos para a realização de atividades, nomeadamente a hora do conto. Uma das principais atividades identificada nos registos de utilização, é o uso dos computadores para atividades lúdicas. A maioria destes alunos não requisita livros da biblioteca

escolar.

Os restantes alunos com NEE, principalmente os que já dominam as competências de leitura, são utilizadores frequentes da biblioteca apresentando alguma autonomia na sua utilização. Quase todos requisitam livros e recorrem também aos meios audiovisuais e aos computadores para fins lúdicos e de pesquisa/trabalho. Os professores de Educação Especial desenvolvem estas competências através de visitas que fazem à biblioteca escolar, no desenvolvimento de diversas atividades.

Os alunos cegos e de baixa visão não recorrem muito à leitura na biblioteca em virtude de não existirem muitos documentos e equipamentos específicos adaptados.

Segundo o projeto que o agrupamento de escolas da Abelheira apresentou em 2013 na sua candidatura ao programa “Todos Juntos Podemos Ler”, e no âmbito do qual foi elaborada uma análise da situação, os professores titulares/diretores de turma eram da opinião que a biblioteca possuía material adaptado em número insuficiente para as dificuldades evidenciadas por alguns alunos com NEE. A articulação entre a biblioteca escolar, os docentes da educação especial e o professor titular/diretor de turma no desenvolvimento das atividades com os alunos NEE é também referida como sendo algo débil. Foi com o propósito de alterar estes aspetos, entre outros do nosso contexto educativo, que se efetuou a referida candidatura. Uma parte significativa da intervenção que foi realizada é analisada na parte empírica do presente trabalho.

2. Aspetos metodológicos

Investigar significa, etimologicamente, entrar nos vestígios, procurar nos sinais o conhecimento daquilo que os gerou. “*É a ação de procurar aquilo que não se conhece*” (Sousa, 2005:12).

Tendo em atenção o percurso investigativo que pretendíamos desenvolver, a investigação-ação é a que mais se adequa à situação contextual deste estudo, possibilitando dar uma resposta aos objetivos que se propõem alcançar:

a investigação-ação é concebida, atualmente, como um processo de investigação conduzido pelas pessoas que estão diretamente envolvidas numa situação e que desempenham, o duplo papel de investigadores e participantes

(Máximo-Esteves, 2008: 42)

Pretende-se analisar a realidade, compreendê-la e intervir de forma reflexiva e ativa, prezando a colaboração entre todas as partes envolvidas, para alcançar a finalidade a que este estudo se propõe.

A investigação-ação utiliza uma variedade de técnicas de investigação, embora frequentemente se debruce sobre metodologias e técnicas aliadas ao estudo de casos, tal como acontece nesta investigação.

Assim, o estudo de caso apresenta-se como uma abordagem metodológica de investigação, sendo o mais adequado quando há a pretensão de incidir num contexto próprio, estudando “*a totalidade, a particularidade, a realidade, a participação, a negociação, a confidencialidade e a acessibilidade*” de uma situação específica (Pacheco, 1995: 75). O estudo de caso reveste-se de particular importância na medida em que se pretende conhecer e avaliar a situação para posteriormente a transformar.

A escolha da investigação-ação como metodologia de investigação contribuirá para a melhoria da prática educativa. Esta não é uma metodologia de investigação sobre educação, mas sim “*uma forma de investigar para a educação*” (Coutinho, 2009: 376).

Esta investigação, enquadra-se num paradigma sociocrítico, uma vez que,

tal como refere Coutinho (2009), a investigação desenvolve-se num ambiente de colaboração social e preconiza a mudança de uma forma mais intencional, uma vez que a mesma vai além da mera ação pedagógica, mas intervém na transformação do próprio sistema, procurando facilitar e implementação de soluções que promovam a melhoria da ação, onde as responsabilidades pela mudança são assumidas em conjunto, através de um trabalho colaborativo.

Este projeto de investigação-ação pretende criar uma relação colaborativa com todos os docentes e técnicos envolvidos, de forma a partilhar e discutir experiências que contribuam para o processo transformador a alcançar, o que pressupõe planificar, implementar, avaliar e rever, de forma sistemática e colaborativa. Centra-se numa entidade específica, num determinado local, com um grupo particular (escola – biblioteca – alunos com necessidades educativas especiais e utilizadores da Biblioteca Escolar).

2.1 Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados que utilizámos foram o questionário, a observação, a entrevista e, com menor incidência, a análise documental.

O questionário é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito, tendo como principal objetivo uma avaliação sumária de conceções, valores e atitudes das pessoas a quem se aplicam (Sousa, 2005). No presente caso foram usados questionários mistos, englobando questões abertas e fechadas. Antes da sua aplicação, o questionário foi testado, de forma a averiguar a sua validade e precisão.

A observação, nesta investigação, manifesta-se como intencional e foi caracterizada como participante, uma vez que o investigador tem um papel ativo, envolvendo-se diretamente com os investigados, e como sistemática, na medida em que se irá seguir um plano pré-estabelecido. “*Observar é olhar atentamente*” (Sousa, 2005: 108).

Estas observações, uma vez que o investigador está implicado na

participação, foram efetuadas quer na biblioteca escolar quer no desenvolvimento de atividades promovidas pela biblioteca escolar fora do seu espaço físico (sala de aula, ginásio e outros espaços da escola).

Durante as observações, optámos, também, por efetuar o registo de imagens fotográficas, devidamente enquadradas no contexto do estudo, o registo áudio das entrevistas e a utilização de grelhas de registo de notas de campo. Através da pesquisa documental, pudemos completar alguma informação que não nos foi possível recolher através da observação. As imagens captadas, e que se encontram disponíveis em anexo, obtiveram autorização dos intervenientes, ou dos seus encarregados de educação, no entanto, e por questões de preservação da identidade e privacidade, os rostos foram tapados.

O investigador recorreu também a instrumentos de registo, como as notas de campo e o diário de investigador, técnicas que permitem recolher as observações, registar reflexões, hipóteses e explicações de ocorrências, com o objetivo de desenvolver o pensamento crítico e melhorar a prática. Na observação participante, o investigador vive as situações para depois fazer os registos dos acontecimentos de acordo com a sua perspetiva/leitura. Permite recolher dois tipos de dados: os dados registados nas notas de campo, que são do tipo da descrição narrativa e os dados que o investigador anota no seu diário de bordo que pertencem ao tipo da compreensão pois fazem apelo à sua própria subjetividade.

A observação participante é uma técnica de investigação qualitativa adequada ao investigador que pretende compreender, num meio social, um fenómeno que lhe é exterior e que lhe vai permitir integrar-se nas atividades/vivências das pessoas que nele vivem.

Bogdan & Biklen (1994) referem que:

Os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. (...) Como os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais, tentam agir de modo a que as atividades que ocorrem na sua presença não difiram significativamente daquilo que se passa na sua ausência.

(Bogdan & Biklen, 1994: 68)

Para este estudo recorreu-se ainda à entrevista semiestruturada, com um guião de questões pré-definidas, podendo ser orientadas de forma flexível, tendo em conta o evoluir da entrevista.

Em termos dos procedimentos seguidos, foi solicitada autorização de gravação do teor da entrevista por meios digitais ao informante privilegiado.

A entrevista consiste na “aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interação humana.” (Quivy; Campenhoudt, 2008, p. 191), tendo sido escolhida também para informação, passível de ser refletida, se conseguir obter pelo contato direto com os entrevistados que fazem parte da nossa amostra, ainda segundo os mesmos autores.

Usamos a entrevista como método de recolha de dados, em que a consciência crítica do entrevistador deverá direcionar as respostas dos seus entrevistados, no sentido de estes não fugirem em demasia ao cerne das questões que se pretendem ver respondidas, e ainda “de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível.” (Quivy; Campenhoudt, 2008: 192). Estamos pois, a falar da “entrevista semidirectiva, ou semidirigida”, onde o investigador utiliza um guião de perguntas que coloca aleatoriamente, deixando o entrevistado pronunciar-se livremente.

Para Quivy e Campenhoudt (2008: 194), as grandes vantagens da entrevista são: a recolha de uma enorme quantidade de dados para reflexão e análise, e ainda “A flexibilidade e a fraca diretividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores”. Articulada com a entrevista deverá surgir a análise de conteúdo que permite perceber e estudar o teor das respostas recolhidas, comparando divergências e simetrias nas respostas, com o fim de ver respondidas as questões de partida, indo ao encontro dos objetivos traçados para esta investigação (Quivy; Campenhoudt, 2008: 195).

A entrevista à professora coordenadora da Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas da Abelheira teve por objetivo averiguar questões relativas à implementação de uma biblioteca escolar que responda às necessidades dos alunos com necessidades educativas especiais, tendo como ponto de partida a implementação do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”. Nesta entrevista procedeu-se à construção de um guião que foi elaborado com base nas

dimensões utilizadas por Rodrigues *et al.* (2007). Assim, adaptamos e construímos o nosso próprio guião (cf anexo II) que comporta um total de dezanove questões, divididas em sete dimensões que passamos a enumerar: i) Contextualização da entrevista; ii) Caracterização pessoal e profissional; iii) Formação especializada ou contínua na área das bibliotecas escolares; iv) Formação especializada ou contínua na área da educação especial; v) Projeto “Todos Juntos Podemos Ler”; vi) Trabalho colaborativo com os vários docentes e órgãos de gestão do agrupamento; vii) e Atividade inclusiva que mais impacto produziu e impacto nos alunos com NEE.

De notar que este guião de entrevista antes de ser aplicado à nossa amostra foi testado, tendo sido aplicado a outro professor bibliotecário, com o intuito de se perceber a sua exequibilidade.

De forma a obter informação complementar, que consideramos importante para o nosso estudo, procedemos também à recolha de dados através da pesquisa documental (Plano Anual de Atividades da Biblioteca Escolar 2012/2013 e 2014/2015; Projeto Todos Juntos Podemos Ler do Agrupamento; e Plano de Melhoria da Biblioteca Escolar 2013/2014; Base de dados do programa BiblioActiv (programa que permite registar a entrada/atividade realizada na BE).

Algumas das atividades desenvolvidas foram gravadas em vídeo, com a colaboração do CRTIC de Viana do Castelo, e encontram-se disponíveis no blogue da BE (<http://biblioabelheira.webnode.pt/>); no blogue do CRTIC de Viana do Castelo (<https://crticvianadocastelo.wordpress.com/>); e no blogue do projeto “Todos Juntos Podemos Ler” (<http://biblioabelheira-tjpl.webnode.pt/>). Estas gravações foram realizadas no âmbito da formação orientada pela coordenação nacional do CRTIC, através da Dra. Ida Brandão, e também para divulgar as atividades do Agrupamento e das boas práticas inclusivas em diversos encontros, quer em Portugal quer no estrangeiro.

3. Apresentação e análise dos dados

3.1 O questionário

Recorreu-se inicialmente ao inquérito por questionário (cf Anexo I) como instrumento para a recolha de dados que permitissem aferir a opinião dos professores de educação especial sobre os serviços prestados aos alunos com NEE pela BE do agrupamento, e dessa forma orientar a nossa ação neste estudo. Assim, este instrumento permitiu recolher opiniões de todos os docentes de educação especial em funções no agrupamento, num total de doze docentes. O questionário foi aplicado em maio de 2014, durante o primeiro ano de implementação do projeto.

O anonimato e a confidencialidade das respostas foram tidos em conta, permitindo que os inquiridos dessem respostas o mais fiéis possível e com tempo suficiente para refletir e preencher as questões. Os questionários foram apresentados individualmente a todos os inquiridos, com uma explicação sucinta da sua finalidade, bem como da forma de aceder ao mesmo através da plataforma *Google Forms*, para preenchimento *online*.

A maioria das perguntas é de resposta fechada, apresentando-se várias respostas tipo. No questionário existem algumas perguntas de respostas simplificada e no final solicita-se aos inquiridos uma opinião pessoal sobre a biblioteca escolar.

O questionário foi aplicado previamente a quatro professores de Educação Especial de outros agrupamentos, tendo sido possível assim efetuar alguns ajustes, tendo em conta quer as sugestões efetuadas quer a análise das respostas recolhidas.

O questionário foi estruturado em 9 partes, e na apresentação dos resultados seguimos esta mesma estrutura:

- A. Dados socioprofissionais
- B. Condições de acesso à biblioteca escolar pelos alunos NEE
- C. Recursos materiais disponibilizados pela biblioteca escolar para alunos NEE

- D. Atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar para a inclusão da diversidade de alunos
- E. Articulação com os docentes
- F. Divulgação dos recursos e atividades específicos para alunos NEE
- G. Contributo da biblioteca escolar para a aprendizagem e o desenvolvimento de competências dos alunos NEE
- H. Avaliação do trabalho da equipa da BE
- I. Opinião pessoal sobre a BE

Foram inquiridos todos os docentes de educação especial do agrupamento, num total de doze, pertencentes aos grupos 910 (Educação Especial 1 – apoio a crianças e jovens com graves problemas cognitivos, com graves problemas motores, com graves perturbações da personalidade ou da conduta, com multideficiência e para o apoio em intervenção precoce na infância), com 9 docentes, e do grupo 930 (Educação Especial 3 – apoio educativo a crianças e jovens com cegueira ou baixa visão), com 3 docentes.

De seguida apresentamos a análise dos inquéritos preliminares efetuados ao grupo de educação especial do agrupamento.

A. Dados socioprofissionais

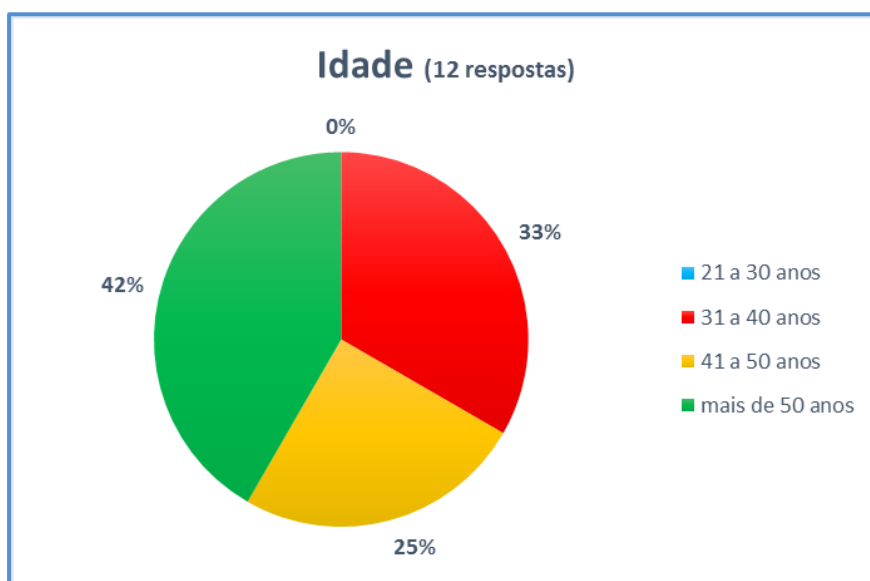


Gráfico 1 – Idade dos docentes

Ao analisarmos os dados socioprofissionais deparamo-nos com docentes com idade superior aos 30 anos, sendo que oito deles (67%) apresentam uma idade superior a 40 anos.

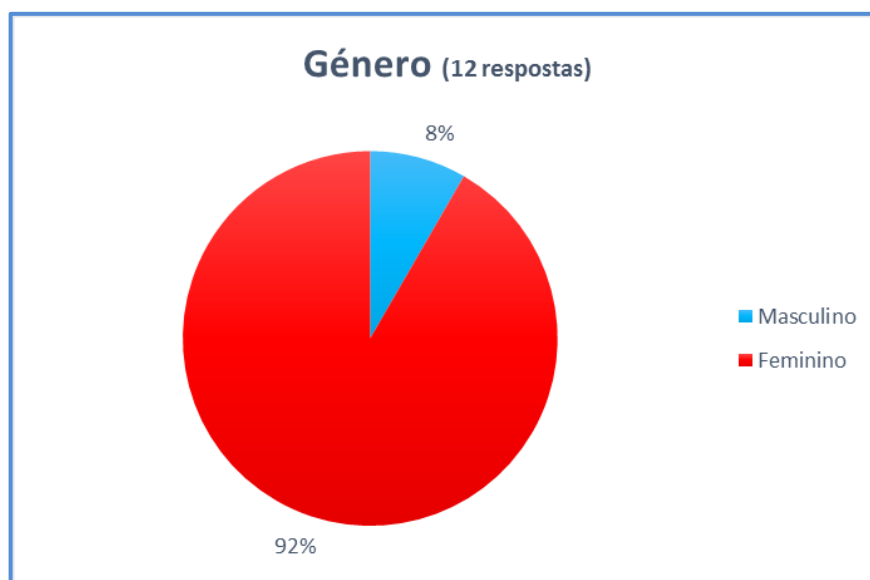


Gráfico 2 – Género dos docentes

Apenas um docente é do sexo masculino. A faixa etária dos docentes leva a crer que os mesmos apresentam bastante experiência ao nível da docência.

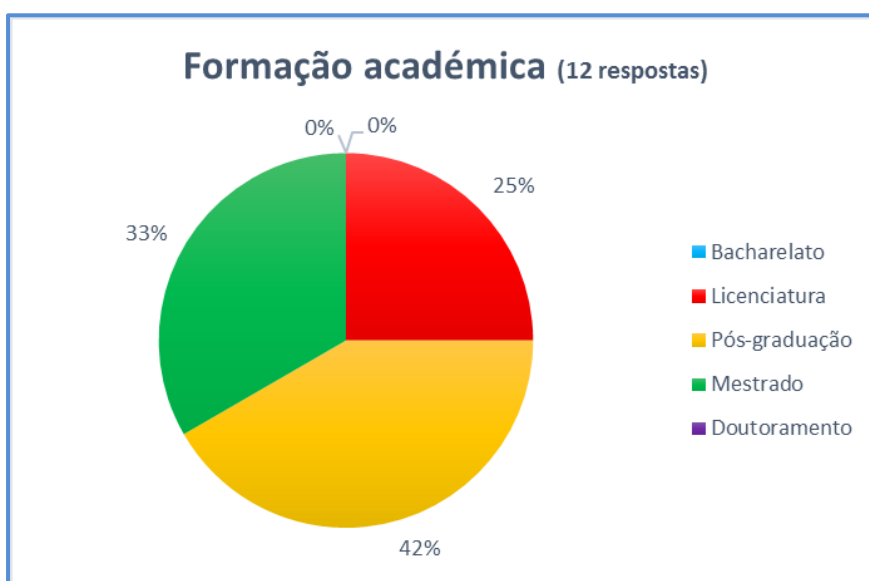


Gráfico 3 – Formação académica dos docentes

Ao nível das habilitações académicas, nove docentes (75%) têm pós-graduações ou mestrados, e só três docentes (25%), correspondente aos professores do grupo 930, referem ter uma licenciatura.

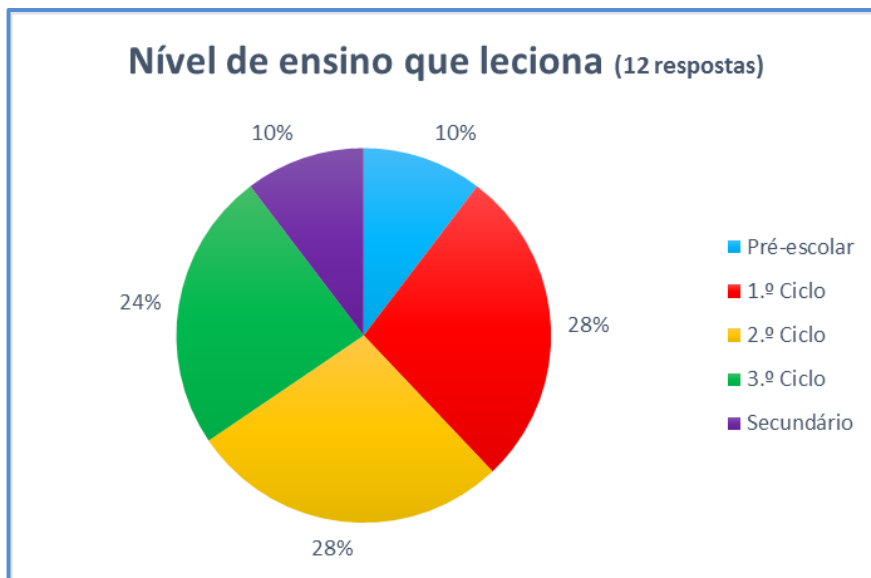


Gráfico 4 – Níveis de ensino lecionados pelos docentes

Os docentes inquiridos prestam apoio aos alunos de educação especial nos diversos níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário. No entanto a maioria presta apoio aos três níveis do ensino básico (1.º, 2.º, e 3.º ciclo).

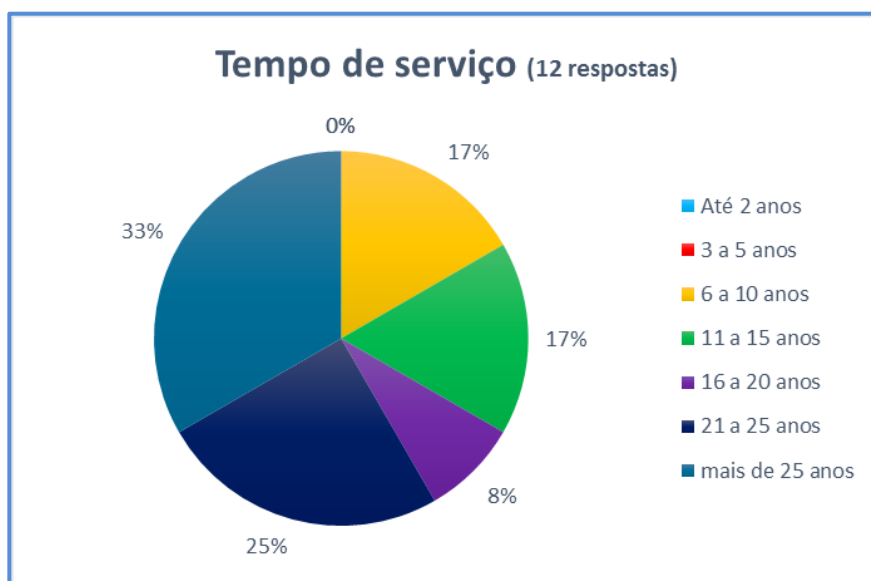


Gráfico 5 – Tempo total de serviço docente

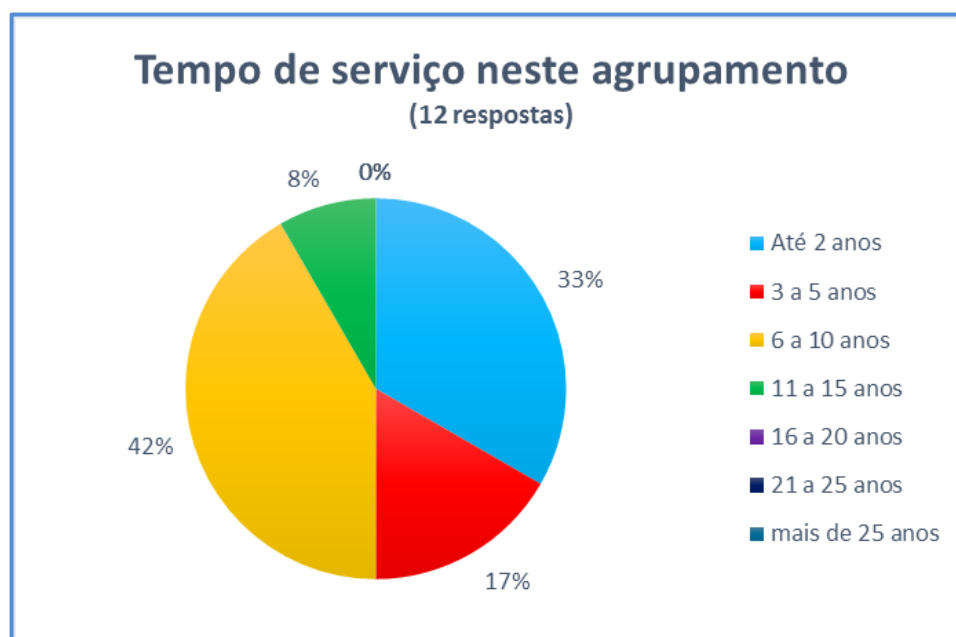


Gráfico 6 – Tempo de serviço docente no agrupamento

Relativamente ao tempo de serviço, quatro docentes (33%) possuem mais de 25 anos e três docentes (25%) entre 21 e os 25 anos de tempo de serviço. Estes dados revelam que a maioria dos docentes possui bastante experiência (tal como já tínhamos adiantado pela análise da faixa etária), não só na educação especial mas também sobre a realidade do próprio agrupamento, uma vez que seis docentes (50%) estão em funções no agrupamento há 6 anos ou mais anos. Este facto poderá ter como resultado um maior grau de envolvimento com a escola e com o trabalho desenvolvido com os alunos com NEE, designadamente em termos da continuidade desse mesmo trabalho, prestando um maior, e melhor, apoio às atividades inclusivas desenvolvidas pela BE.

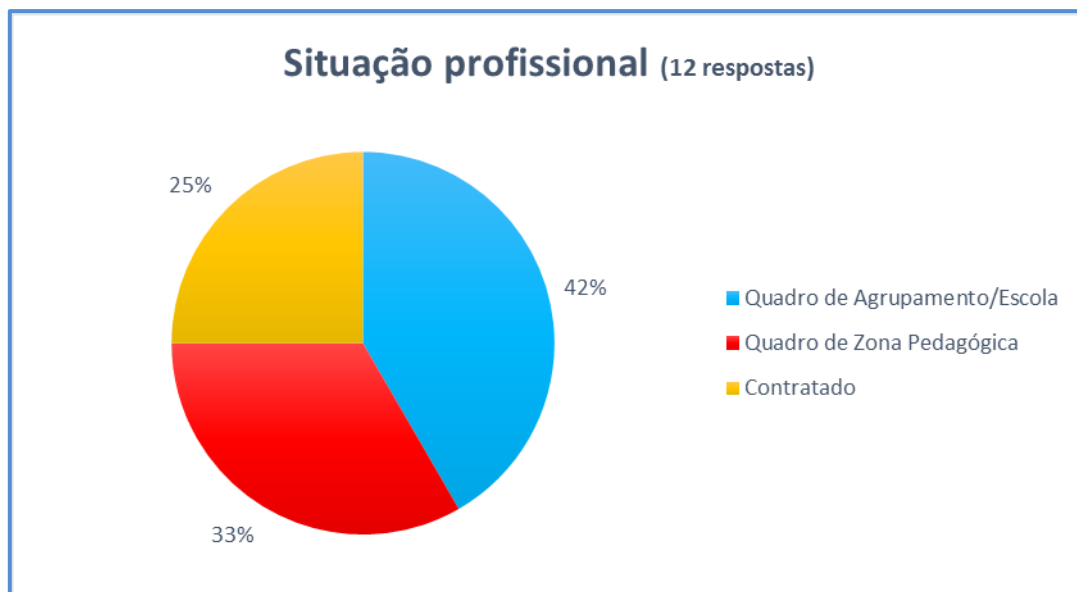


Gráfico 7 – Situação profissional dos inquiridos

Analisando a situação profissional, constata-se que 33 % dos docentes pertencem ao quadro de agrupamento/escola, 42 % pertencem aos quadros de zona pedagógica e apenas 25 % (correspondente aos 3 docentes do grupo 930) são contratados.

Todos os docentes desempenham apenas funções de Professor de Educação Especial neste agrupamento, embora dois deles se encontrem em funções no CRTIC de Viana do Castelo.

B. Condições de acesso à biblioteca escolar pelos alunos NEE

Esta parte do questionário pretendia verificar a avaliação dos docentes de educação especial relativamente às acessibilidades da biblioteca escolar, tendo em conta o acesso físico dos alunos com NEE, a localização, o horário e as condições físicas e materiais disponibilizadas pela biblioteca escolar.

O gráfico seguinte apresenta uma visão de conjunto dessas diferentes dimensões, que permite evidenciar os elementos mais e menos apreciados pelos inquiridos. A questão da acessibilidade do espaço é a que tem mais apreciações

negativas; por outro lado, o horário e as condições de acomodação proporcionadas no espaço da BE, aos alunos com NEE, são as que têm uma valorização mais positiva.

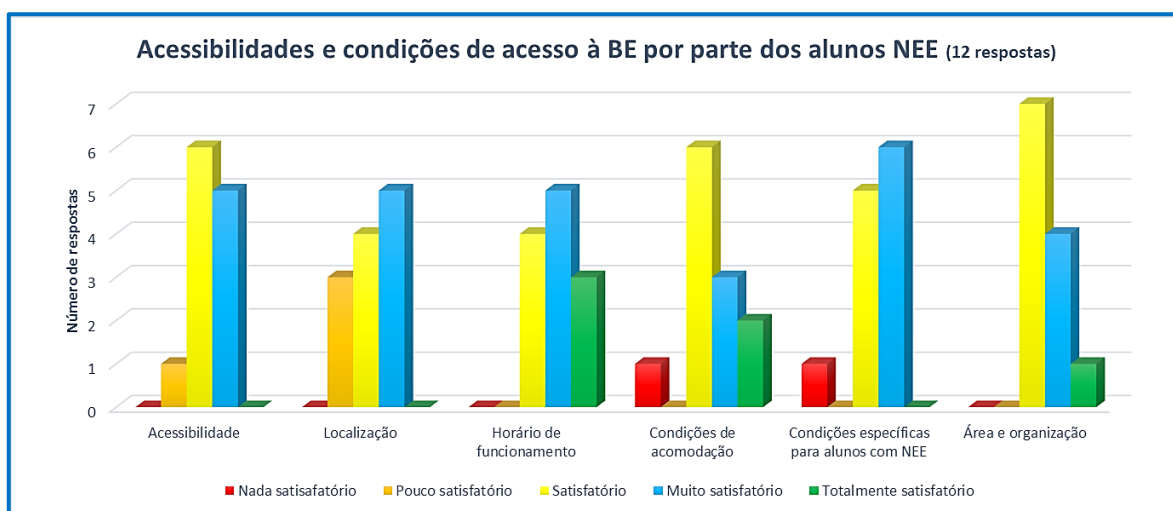


Gráfico 8 – Apreciação sobre as acessibilidades e condições de acesso à BE, para os alunos com NEE.

Nos gráficos seguintes apresentamos estas várias dimensões de uma forma desagregada, acrescentando alguns comentários específicos.

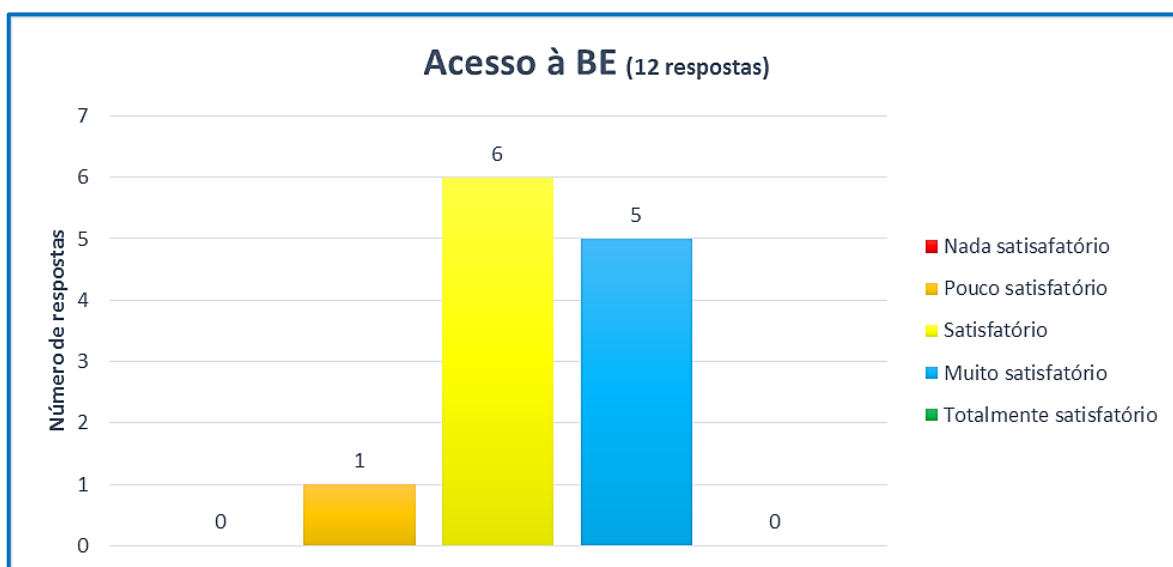


Gráfico 9 – Condições de acesso à BE

Apenas um docente (8%) considera que as condições de acesso à biblioteca são pouco satisfatórias, tendo em conta as características dos alunos com NEE do agrupamento. Seis (50%) docentes considera satisfatório e cinco (42%) considera muito satisfatório. Estes resultados devem-se ao facto dos constrangimentos na utilização dos meios de apoio ao acesso ao primeiro piso, onde se encontra a BE, que se faz através de uma plataforma elevatória na escola sede e de um elevador na escola básica n.º 1 de Abelheira.

Estes meios colocam alguns constrangimentos no acesso aos alunos que se deslocam em cadeiras de rodas, uma vez que não podem usar estes meios de forma autónoma, são lentos e a capacidade é de apenas de um aluno em cadeira de rodas, acompanhado por um auxiliar.

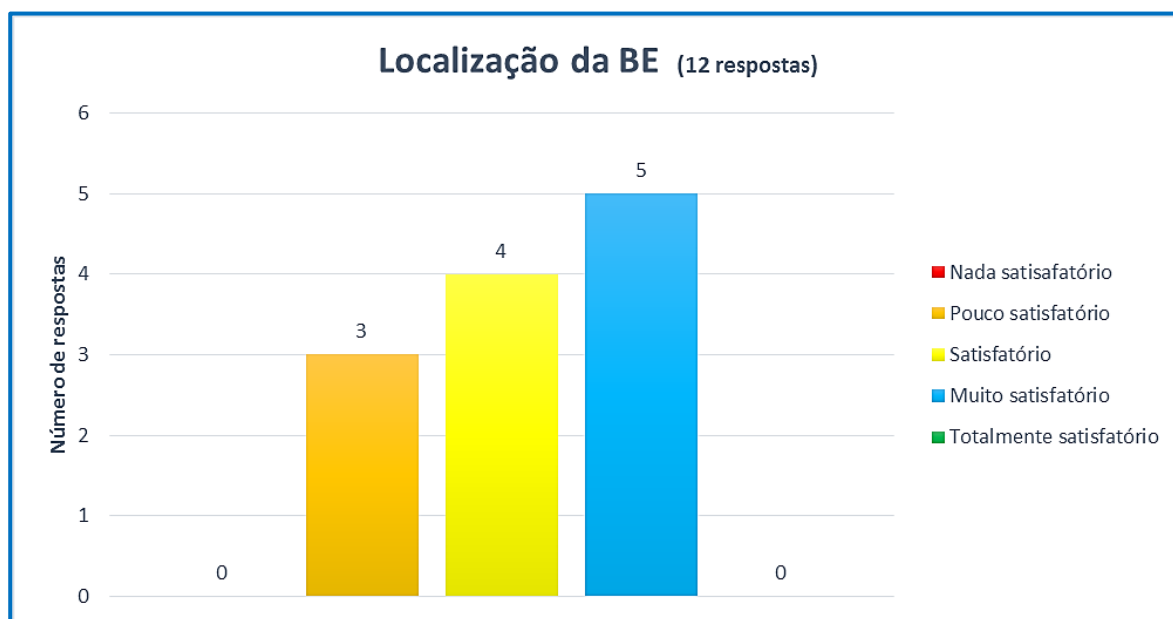


Gráfico 10 – Localização de BE

Relativamente à localização da biblioteca, três (25%) dos docentes classificam-na como pouco satisfatória, quatro (33%) como satisfatória e cinco (42%) como muito satisfatória. Tal como já foi referido no ponto anterior, a localização de duas bibliotecas no piso superior é um fator que contribui negativamente para esta avaliação.

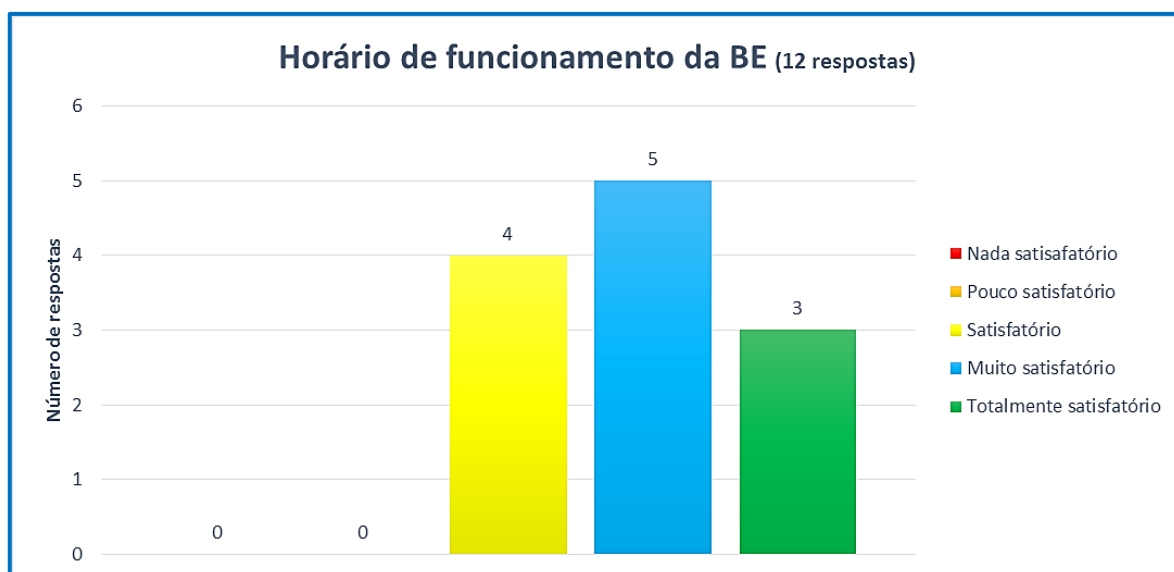


Gráfico 11 – Horário de funcionamento da BE

O horário de funcionamento é classificado como totalmente satisfatório por três (25%) docentes, muito satisfatório por cinco (42%) docentes e satisfatório por quatro (33%) docentes. Neste ponto, a BE da escola sede do agrupamento tem um horário mais alargado, que coincide com o horário letivo dos alunos, enquanto as BE das escolas do primeiro ciclo têm um horário mais reduzido, no entanto estas duas BE, encontram-se também abertas à hora do intervalo da manhã e do almoço.

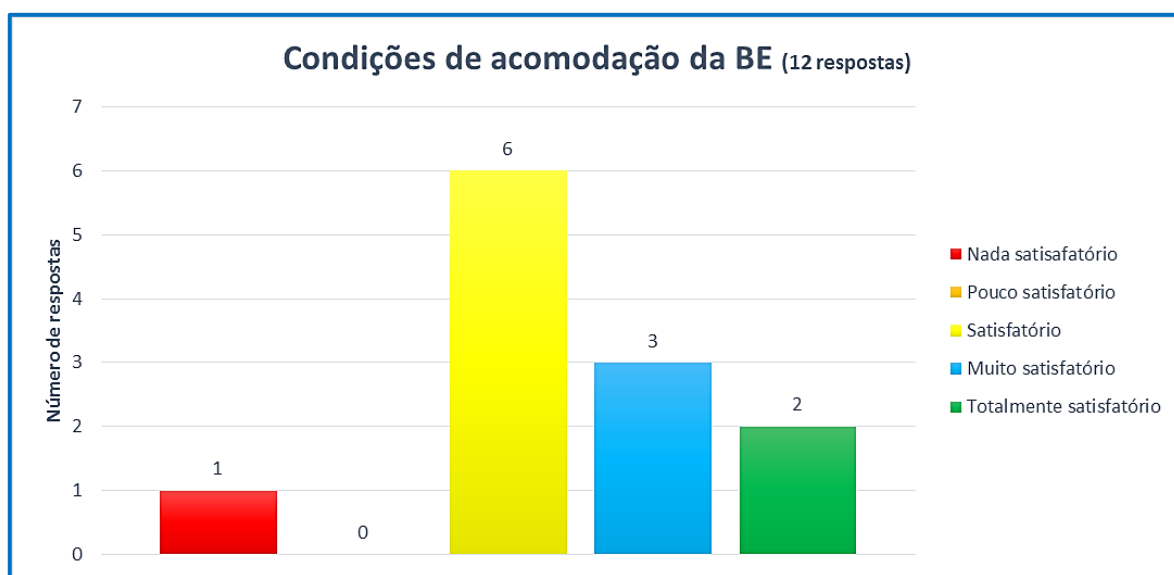


Gráfico 12 – Condições de acomodação da BE

Relativamente às condições de acomodação, um docente (8%) classifica como nada satisfatório, seis (50%) dos docentes classificam como satisfatório, três (25%) classificam como muito satisfatório e dois (17%) como totalmente satisfatório. Neste ponto, e sobretudo na escola sede, o número de lugares disponíveis, bem como os espaços, ficam de facto aquém do que seria ideal, tendo em conta o número de alunos que ali se encontram matriculados (38 lugares sentados para 726 alunos matriculados). O mobiliário existente também não está adaptado para acolher alunos que, por exemplo, se deslocam em cadeiras de rodas. Por outro lado, alguma da decoração e mobiliário, bem como a disposição das estantes, dificultam a circulação de alunos em cadeiras de rodas e também dos alunos cegos.

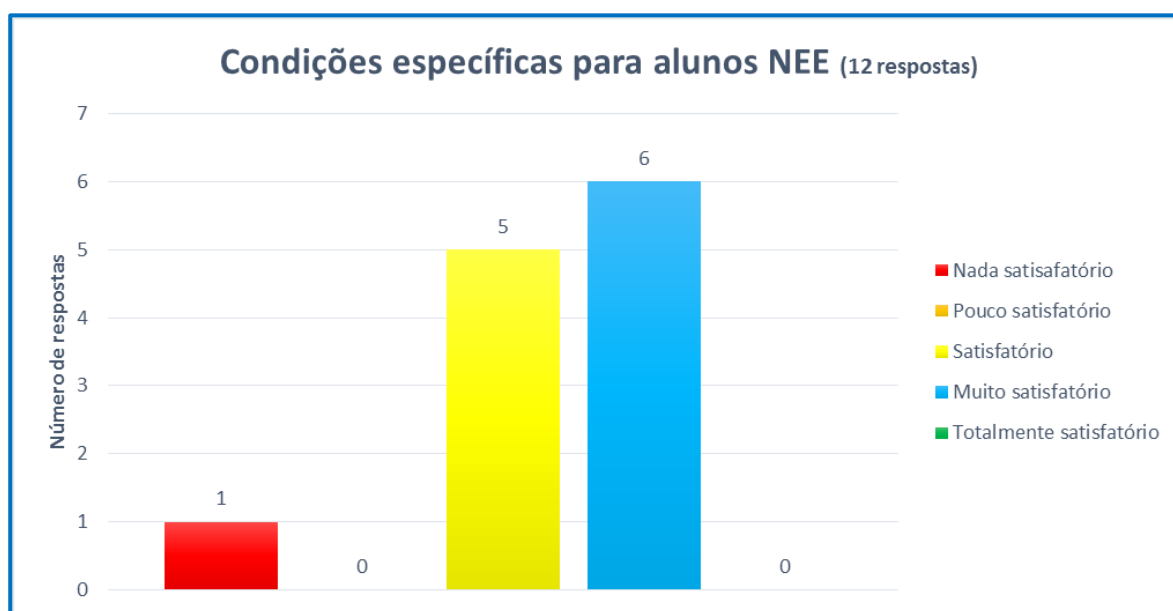


Gráfico 13 – Condições específicas para alunos com NEE

Apenas um docente (8%) classifica as condições específicas para alunos com NEE como sendo nada satisfatórias. A maioria dos docentes (onze) classifica estas condições como sendo satisfatórias e muito satisfatórias (42% e 50% respetivamente). Este ponto, juntamente com o anterior, são os únicos a merecerem uma menção “nada satisfatório”.

Estas duas avaliações foram dadas pelo mesmo docente, que se encontra no 1.º ciclo, na unidade de multideficiência, o que revela um grau de insatisfação

em relação à biblioteca escolar desse estabelecimento. Este aspecto deve merecer atenção, na medida em que indica a necessidade de intervenção no espaço da BE, para que esta possa cumprir a sua função face à inclusão dos alunos com NEE.

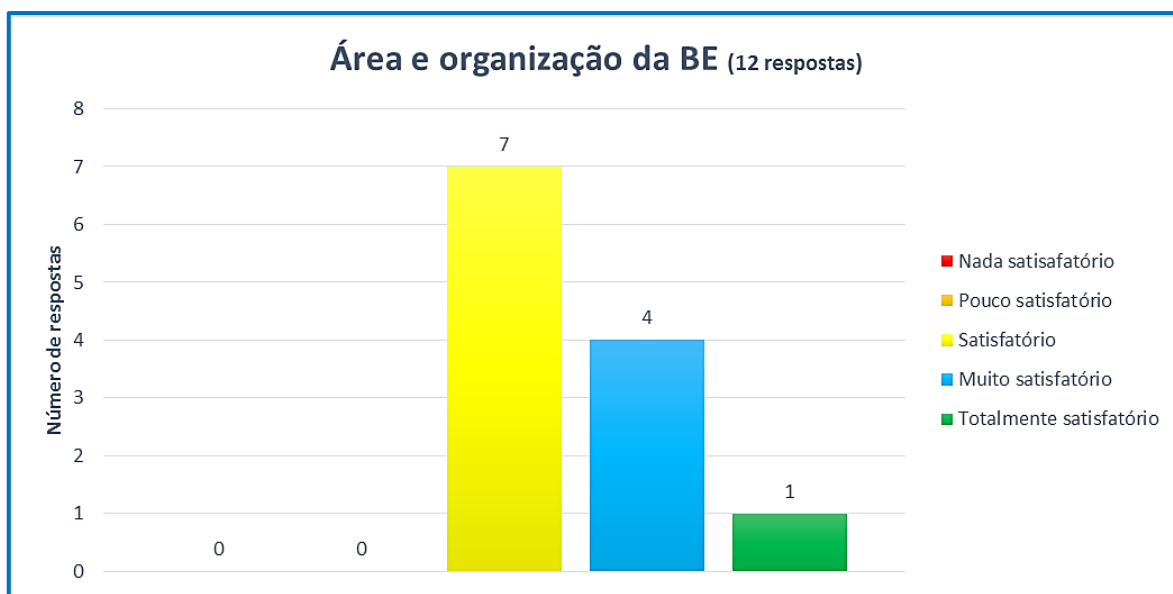


Gráfico 14 – Área e organização

Em relação à área e organização da biblioteca, sete (58%) docentes consideram satisfatório, quatro (33%) docentes muito satisfatório e apenas um docente (8%) totalmente satisfatório. Neste ponto, a BE destaca-se. Os vários espaços da BE estão bem definidos, através de sinalética e mobiliário adequado, o que permite aos alunos com NEE perceberem claramente para que servem os diversos espaços. Esta situação permite aumentar os níveis de autonomia desses alunos. Este aspecto deve ser salientado, tendo em atenção o desenvolvimento das suas competências e da sua integração social. Cumpre-se, por esta via, as orientações internacionais, que assinalam a importância de a escola contribuir para que os alunos possam usufruir de forma autónoma dos serviços da biblioteca escolar.

C. RECURSOS MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PELA BIBLIOTECA ESCOLAR

Esta parte do questionário pretendia inquirir sobre a satisfação dos docentes de educação especial relativamente ao material disponibilizado pela biblioteca para atividades com os alunos com NEE, quanto ao número, atualização, adequação e disponibilização de recursos para trabalho específico com alunos com NEE.

Apresentamos no gráfico seguinte uma visão de conjunto em relação às diferentes dimensões que estavam sujeitas a apreciação pelos inquiridos.

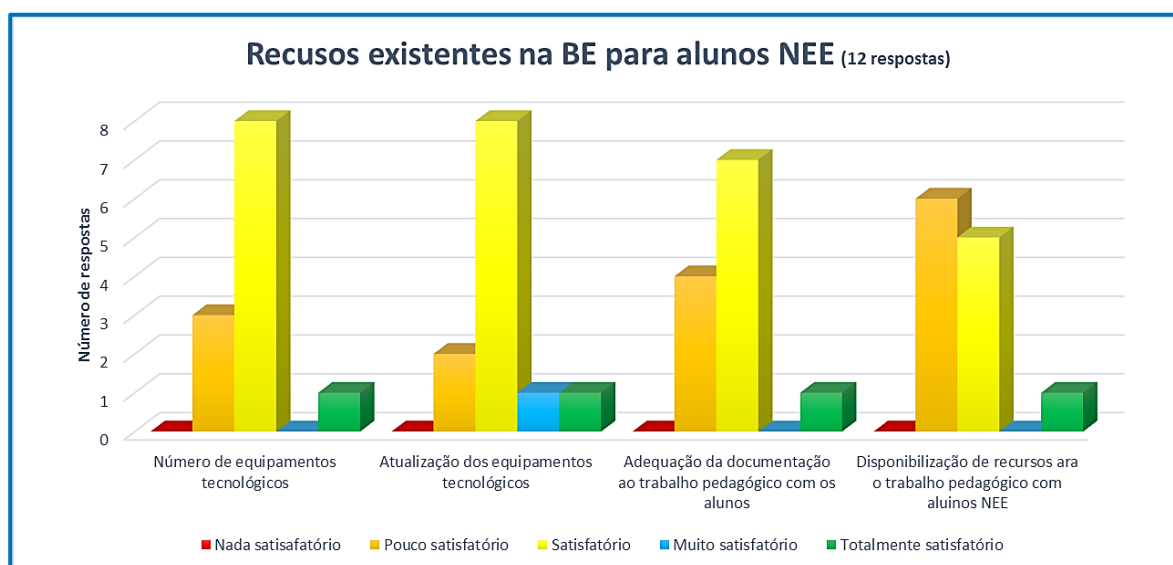


Gráfico 15 – Apreciação dos recursos existentes na BE

Analisando os dados obtidos, nota-se que a maioria dos inquiridos situa a sua apreciação numa situação intermédia (satisfatório).

Em seguida comentamos cada um dos itens de forma desagregada.

Relativamente ao número de equipamentos tecnológicos existentes na biblioteca para o desenvolvimento de práticas inclusivas, três (25%) docentes consideram-nos pouco satisfatório, 66,7% satisfatório e 8,3% totalmente satisfatório. Já em relação à atualização dos equipamentos tecnológicos, comparado com o gráfico anterior regista-se uma pequena melhoria, sendo considerado apenas como pouco satisfatório por 16,7% dos docentes. Esta apreciação relativa aos equipamentos tecnológicos para uso dos alunos com NEE

revela, sem dúvida, um dos pontos que merecerá a atenção da equipa da BE, embora, muitas das vezes, existem constrangimentos devido ao custo elevado dos mesmos.

Na adequação da documentação ao trabalho pedagógico com alunos com NEE regista-se que 33,3% dos docentes o considera pouco satisfatório, 58,3% satisfatório e 8,3% totalmente satisfatório. Relativamente à disponibilidade de recursos registam que 50% dos docentes o considera pouco satisfatório, 41,7% satisfatório e apenas 8,3% totalmente satisfatório. Ao comparar estes gráficos, percebe-se que estes dois pontos são, sem dúvida, os menos positivos. Tanto a adequação como a disponibilidade dos recursos específicos para alunos com NEE merecem uma avaliação mais pormenorizada e uma ação de melhoria.

D. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A INCLUSÃO DA DIVERSIDADE DE ALUNOS

Nesta componente pretendia-se verificar a frequência com que a biblioteca escolar desenvolve atividades inclusivas, com destaque para atividades de integração dos novos alunos (sessões de acolhimento e formação de utilizadores), sessões de promoção da leitura e outras de cariz cultural.

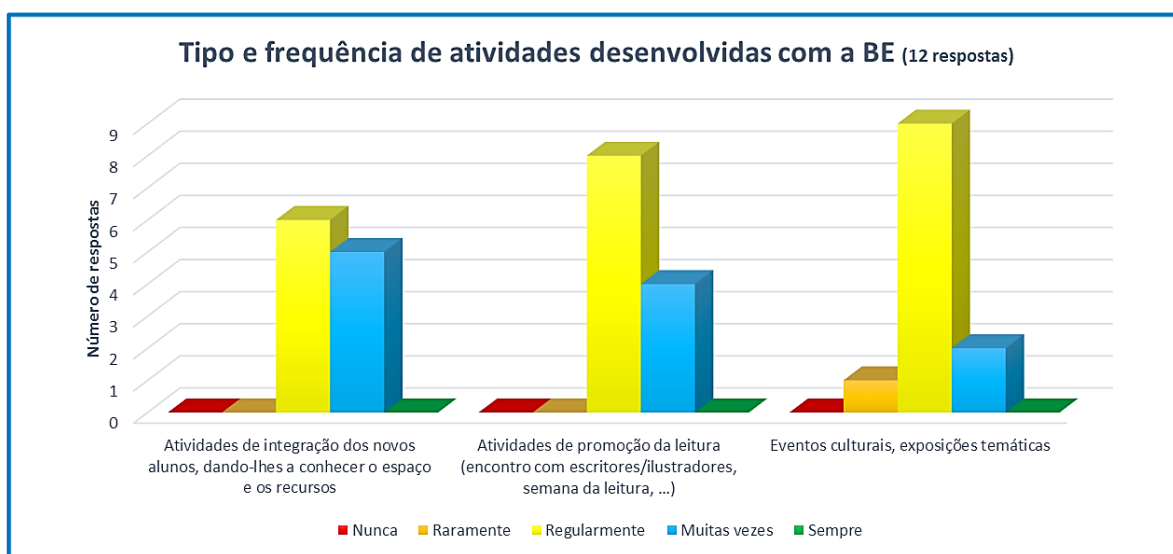


Gráfico 16 – Tipo e frequência de atividades desenvolvidas com a BE

Dos docentes inquiridos, cinco (42%) consideram que as atividades e/ou projetos de integração dos novos alunos é efetuada muitas vezes e seis (58%) regularmente. Já na promoção de leitura, quatro (33%) dos docentes responde muitas vezes e oito (67%) regularmente. Relativamente aos eventos culturais, exposições temáticas, apenas dois (17%) consideram serem feitas muitas vezes, nove (75%) com regularidade e apenas um (8%) raramente. Este último é docente num estabelecimento de ensino que não possui biblioteca escolar. Tendo em conta esta resposta, deverá ser dada particular atenção aos serviços prestados pela biblioteca escolar nos estabelecimentos de ensino do agrupamento onde não existe biblioteca escolar.

E. ARTICULAÇÃO COM OS DOCENTES

Nesta parte do questionário pretendia-se perceber o nível de colaboração existente entre os docentes e a biblioteca escolar no desenvolvimento de atividades.

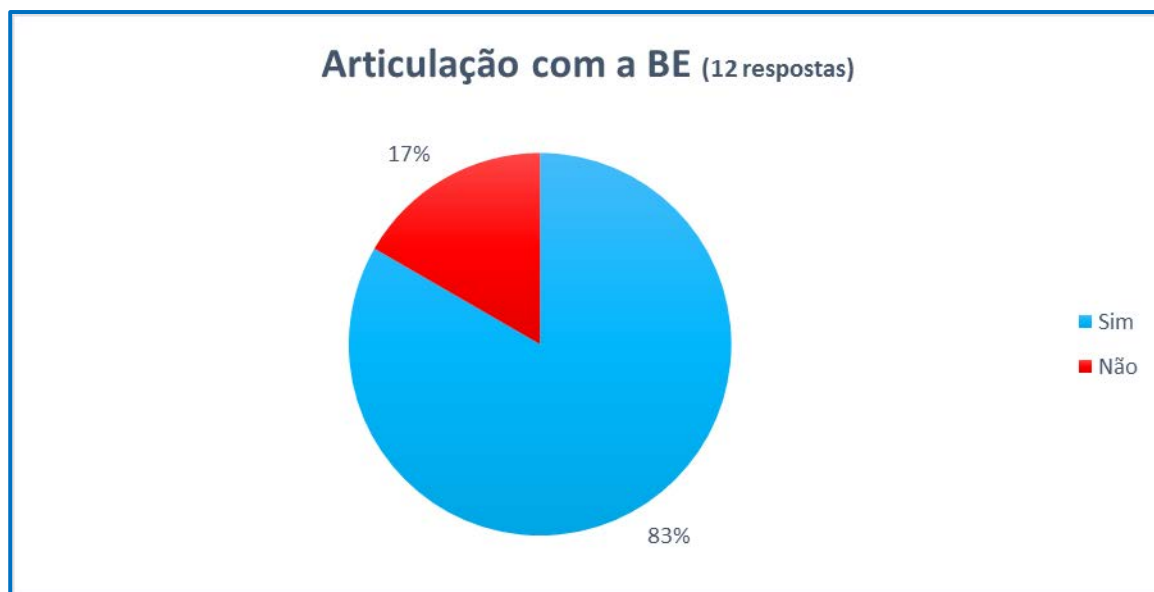


Gráfico 17 – Articulação com a biblioteca escolar

Relativamente à articulação dos docentes de educação especial com a BE, apenas dois docentes (17%) referem não articular enquanto dez docentes (83%) referem efetuar articulação. Analisando individualmente as respostas, verificamos que as duas respostas negativas são dos dois docentes em funções no CRTIC de Viana do Castelo.

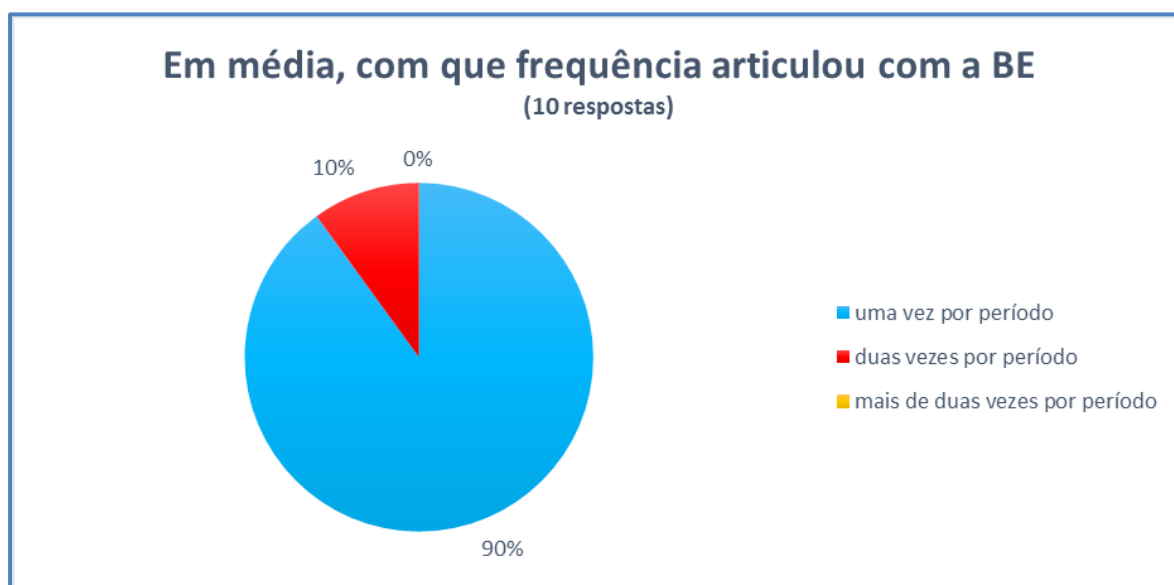


Gráfico 18 – Frequência de articulação de atividades

Dos dez docentes que afirmam articular com a BE, a maioria, nove (90%), articula atividades com a biblioteca escolar uma vez por período, enquanto apenas um (10%) articula duas vezes por período.

Estes dados revelam que, de facto, as atividades de colaboração poderão estar pouco consolidadas, confirmando, de certa forma, a situação que encontramos descrita em Pinheiro (2014). No entanto, do ponto de vista do professor bibliotecário poderemos ter uma perspetiva diferente, uma vez que efetua onze atividades por período, se forem efetuadas individualmente. Este aspeto deverá ser objeto de uma análise mais aprofundada, recorrendo-se às atividades que constam do plano anual de atividades da biblioteca e da entrevista realizada à professora bibliotecária.

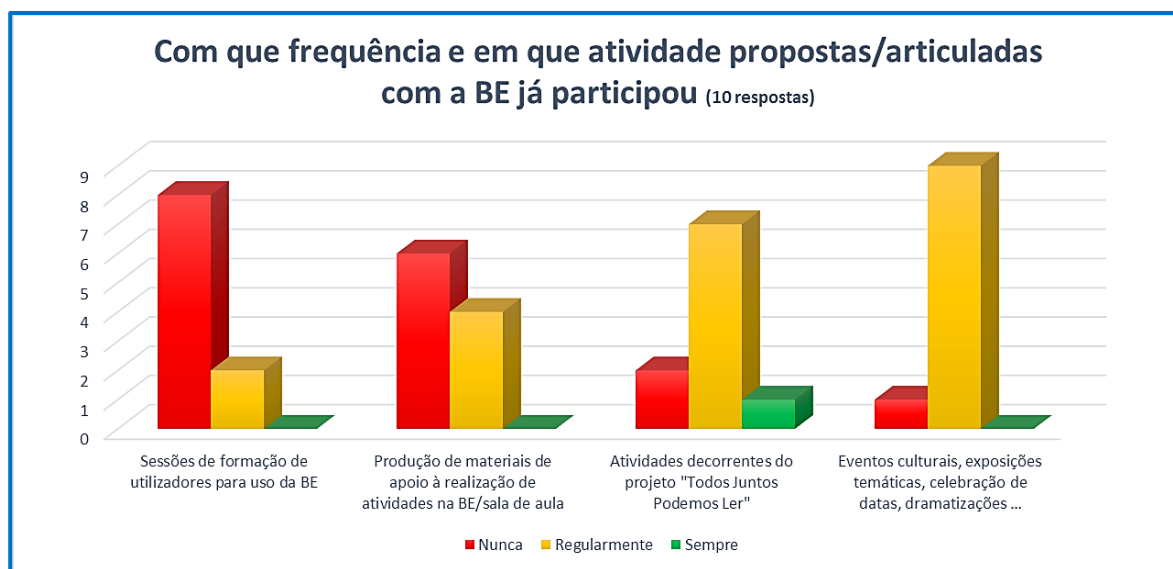


Gráfico 19 – Frequência de articulação por tipo de atividades

Relativamente à identificação das atividades em que existiu articulação, dois (20%) docentes referem ter articulado regularmente sessões de formação de utilizadores para o uso da biblioteca, quatro (40%) docentes articulou regularmente a produção de materiais de apoio à realização de atividades, um (10%) docente articulou sempre atividades decorrentes do projeto Todos Juntos Podemos Ler e sete (70%) dos docentes regularmente. Já dois (20%) docentes afirmam nunca ter articulado qualquer atividade decorrente do projeto.

Na articulação em eventos culturais, exposições temáticas, celebrações de datas, dramatizações, apenas um docente (10%) nunca articulou, enquanto nove (90%) dos docentes articulam regularmente.

Podemos pois concluir que a grande maioria das atividade efetuadas em articulação com a biblioteca escolar se prendem com o projeto “Todos Juntos Podemos Ler” e nas atividades relacionadas com eventos culturais e exposições. Estas últimas são desenvolvidas sobretudo pelos professores que prestam serviço nas UAEM, o que se compreende devido à limitação dos alunos.

F. DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS E ATIVIDADES

Nesta parte do questionário pretendia-se aferir a eficácia da biblioteca escolar na divulgação dos recursos específicos para alunos com NEE, a divulgação das atividades inclusivas junto dos docentes de educação especial, e quais os canais de divulgação da informação.

Apresentamos os resultados às três questões efetuadas, e em seguida comentamos os dados obtidos.

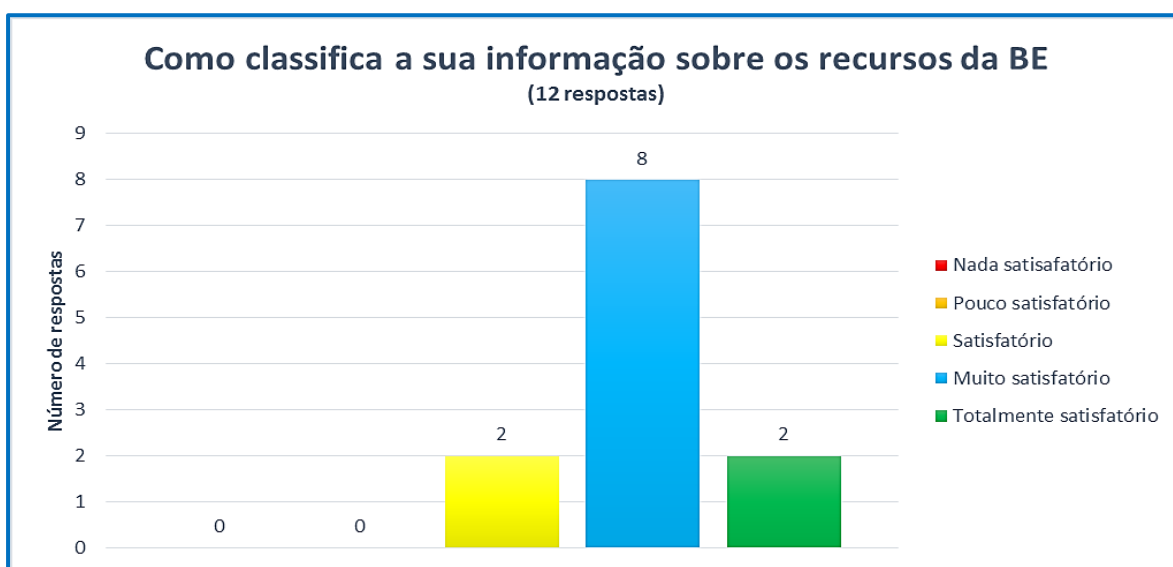


Gráfico 20 – Informação sobre os recursos da BE

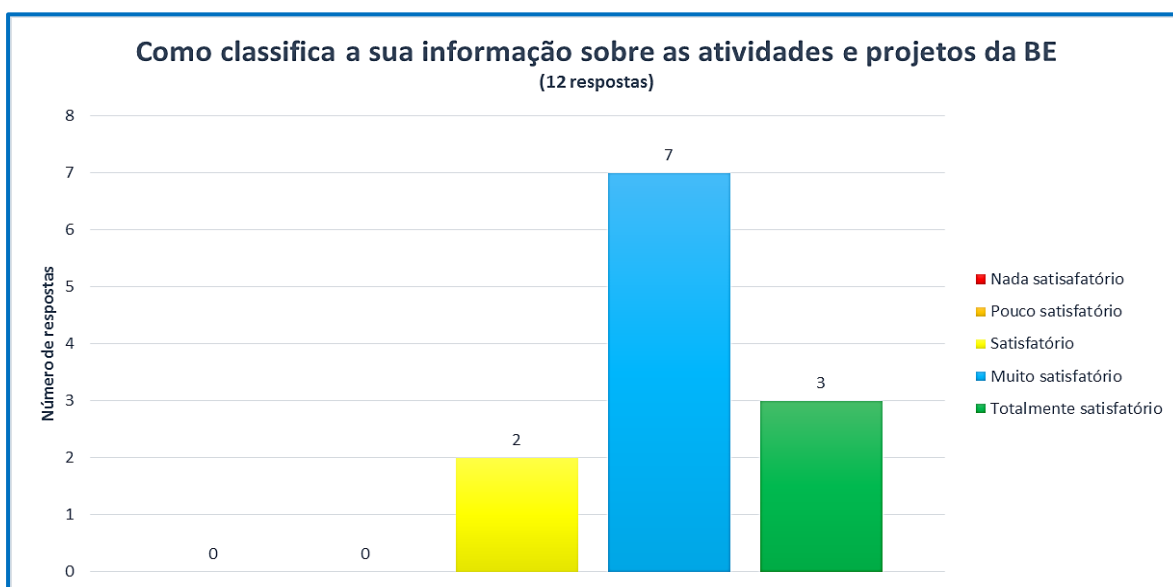


Gráfico 21 – Informação sobre as atividades/projetos da BE



Gráfico 22 – Informação sobre os recursos e atividades da BE

Assim, dois (17%) dos docentes afirmam estar informados de forma totalmente satisfatório sobre os recursos existentes, oito (67%) estão muito satisfeitos e dois (17%) satisfeitos. Os meios através dos quais os docentes referem tomar conhecimento dos recursos e atividades da biblioteca são as reuniões de grupo disciplinar e as redes sociais, com oito referências, logo seguido do placard informativo na sala de professores.

Os docentes demonstram, no geral, estar ao corrente dos recursos e das atividades da BE através dos diferentes meios utilizados por esta na sua divulgação.

Estes resultados apontam para uma estratégia de comunicação mais próxima com o grupo disciplinar de Educação Especial, em particular com a docente representante do grupo disciplinar. O uso das redes sociais é também uma das apostas da BE para chegar aos docentes. De facto, constata-se uma forte aposta na presença da BE nas redes sociais, através do Facebook e do blogue. Outro fator crucial, para uma boa comunicação das atividades e recursos, é a presença da Coordenadora da Biblioteca Escolar e da representante de Educação Especial nas reuniões do Conselho Pedagógico.

G. CONTRIBUTO DA BE PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS.

Nesta parte do questionário pretendia-se aferir a perceção dos docentes de educação especial sobre a contribuição da biblioteca escolar no desenvolvimento das competências dos alunos com NEE.

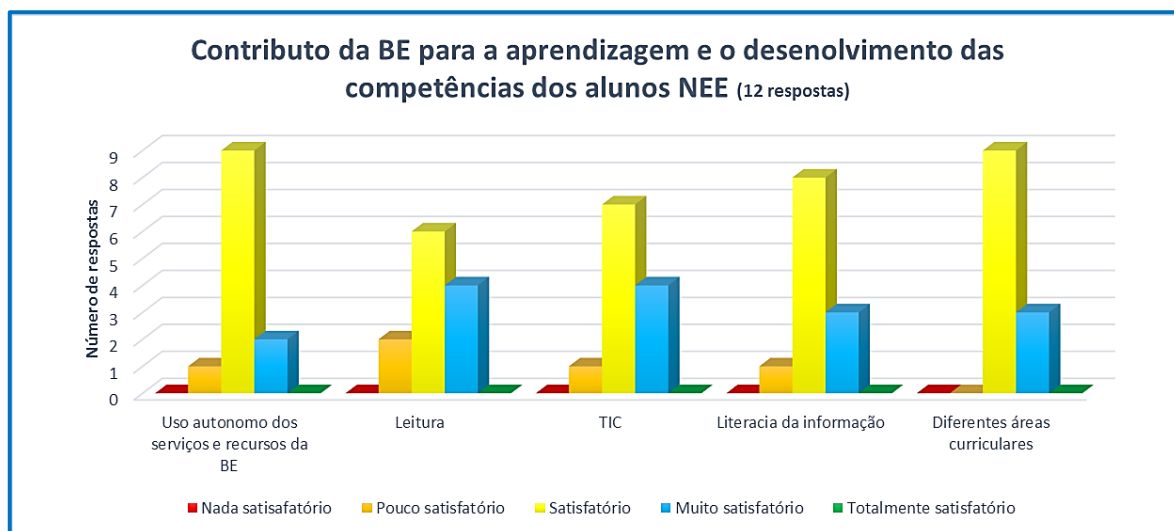


Gráfico 23 – Contributo da BE para a aprendizagem dos alunos NEE

Tal como noutras questões, verificamos que a maior parte dos respondentes situa a sua apreciação na posição intermédia (posição 3).

Analisamos de seguida os diferentes itens de forma desagregada.

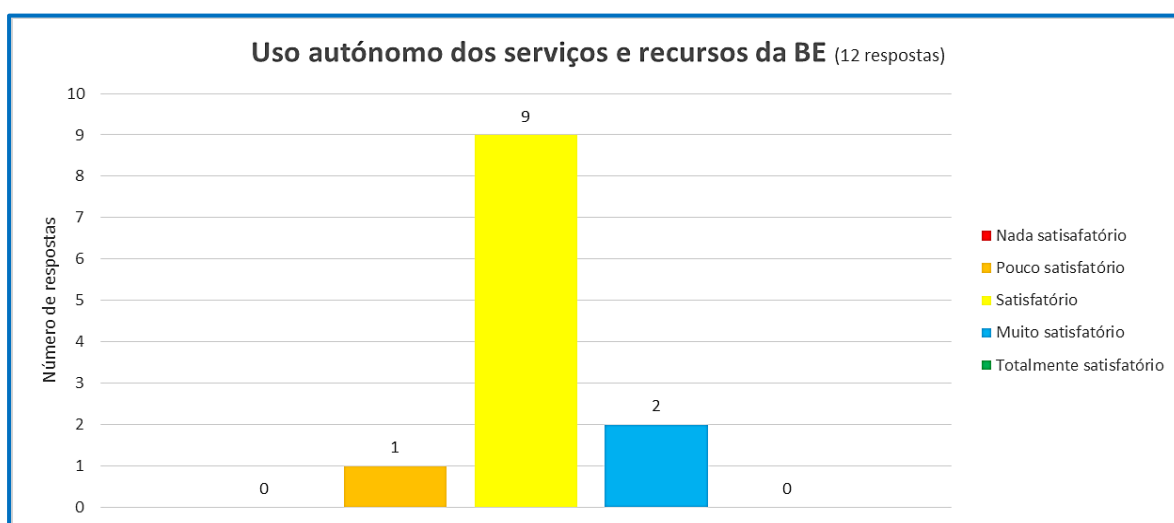


Gráfico 24 – Contributo da BE para o uso autónomo dos alunos NEE

Apenas um docente (8%) refere que a biblioteca escolar contribui de forma pouco satisfatória para o uso autónomo dos seus serviços por parte dos alunos com NEE. A maioria, nove docentes (75%), considera que é satisfatório e dois (17%) considera muito satisfatório. Estes dados indiciam que as ações que foram sendo efetuadas e que permitiram dotar a BE com alguns equipamentos e fundo documental adaptado têm resultado, mas que ainda não foram atingidos os níveis desejáveis. Este deverá ser um dos aspetos a melhorar.

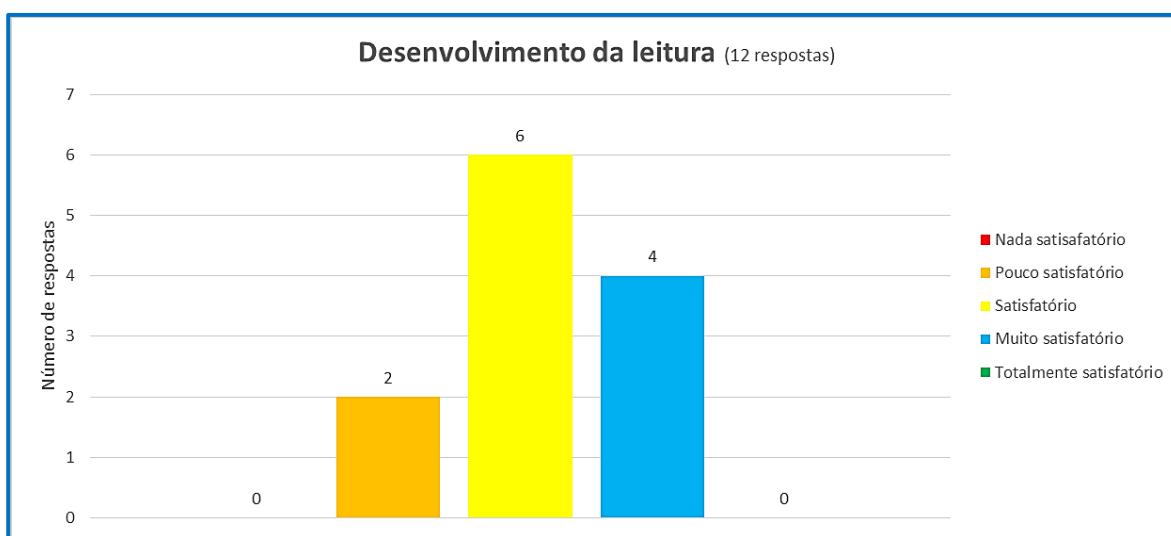


Gráfico 25 – Contributo da BE para o desenvolvimento das competências de leitura dos alunos NEE

Relativamente ao desenvolvimento da leitura, dois docentes (17%) considera o contributo da biblioteca pouco satisfatório, seis docentes (50%) satisfatório e quatro docentes (33%) muito satisfatório. Neste item verifica-se uma maior satisfação dos docentes de educação especial. O número de atividades relacionadas com a leitura, utilizando vários suportes, como são exemplo o encontro com escritores e a partilha de leituras, têm gerado uma grande satisfação nos alunos com necessidades educativas especiais.

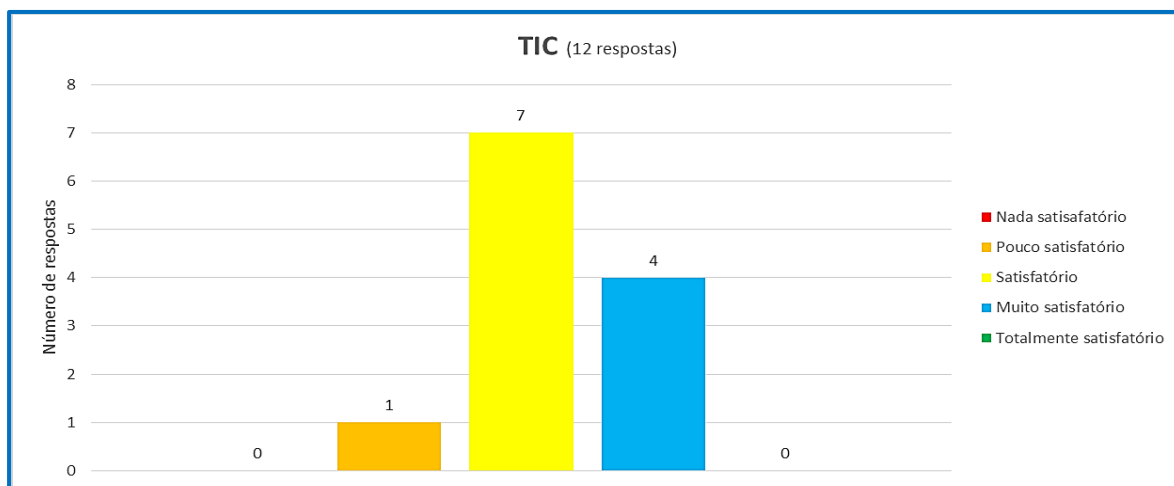


Gráfico 26 – Contributo da BE para o desenvolvimento das competências TIC dos alunos NEE

No que respeita às TIC, quatro docentes (33%) consideram o contributo da biblioteca muito satisfatório, 58,3% satisfatório e apenas 8,3 % pouco satisfatório. Apesar do esforço da equipa da BE, não foi ainda possível dotar a mesma com o equipamento ideal. Este facto deve-se à falta de orçamento para a BE e, sobretudo, ao elevado custo dos equipamentos. A equipa da BE tem tentado conseguir financiamento através da candidatura a projetos, mas até ao momento não tem sido contemplada, para além do financiamento atribuído ao abrigo do projeto Todos Juntos Podemos Ler.

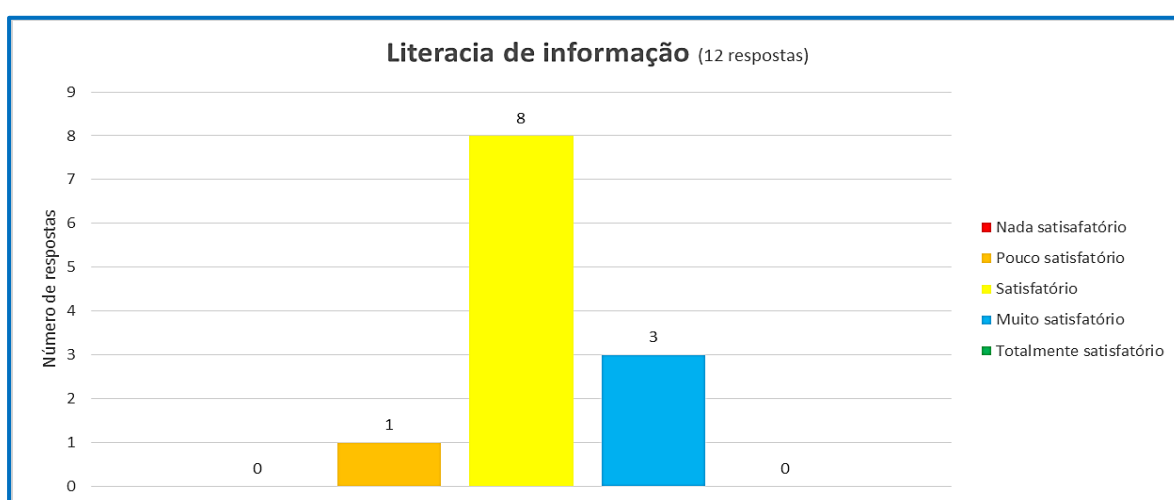


Gráfico 27 – Contributo da BE para o desenvolvimento da literacia de informação dos alunos NEE

Relativamente à literacia da informação, três docentes (25%) referem um contributo da BE muito satisfatório, oito docentes (67%) satisfatório e apenas um docente (8%) pouco satisfatório. Este aspeto mereceu uma atenção por parte da equipa da BE, com a construção de um sítio na Internet, em caracteres pictográficos e imagens, para que os alunos com NEE possam também desenvolver a literacia da informação.

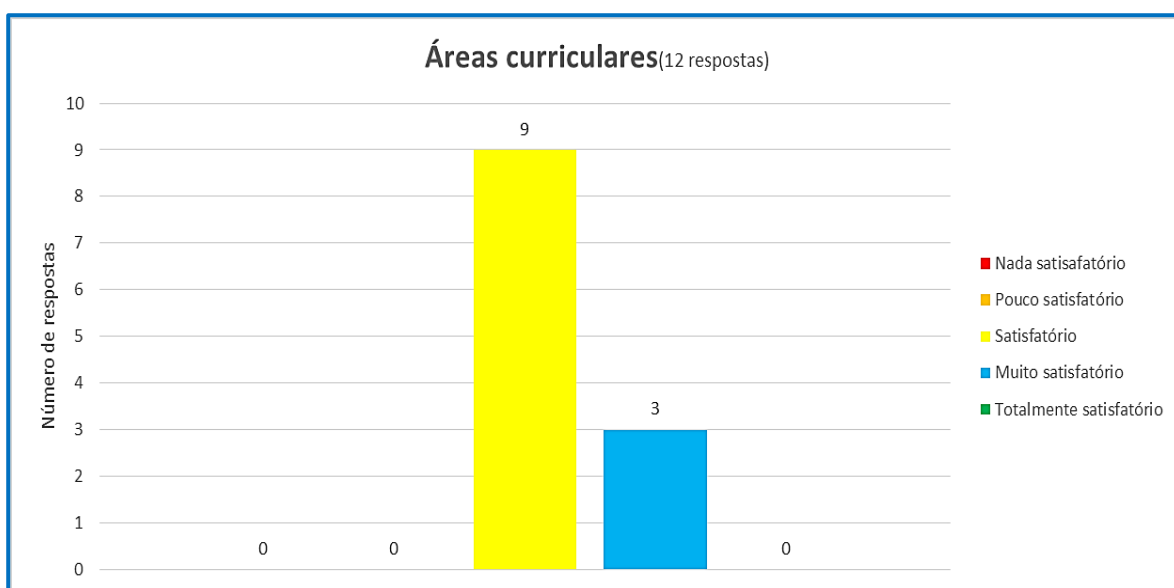


Gráfico 28 – Contributo da BE para o desenvolvimento de competências nas diferentes áreas curriculares dos alunos NEE

Em relação às diferentes áreas curriculares, o contributo da BE é considerado satisfatório por nove docentes (75%) e muito satisfatório por três (25%) docentes. Neste item, a BE não apresenta qualquer menção pouco satisfatória.

No geral, podemos concluir que os docentes consideram que a biblioteca escolar contribui para o sucesso escolar dos alunos com NEE.

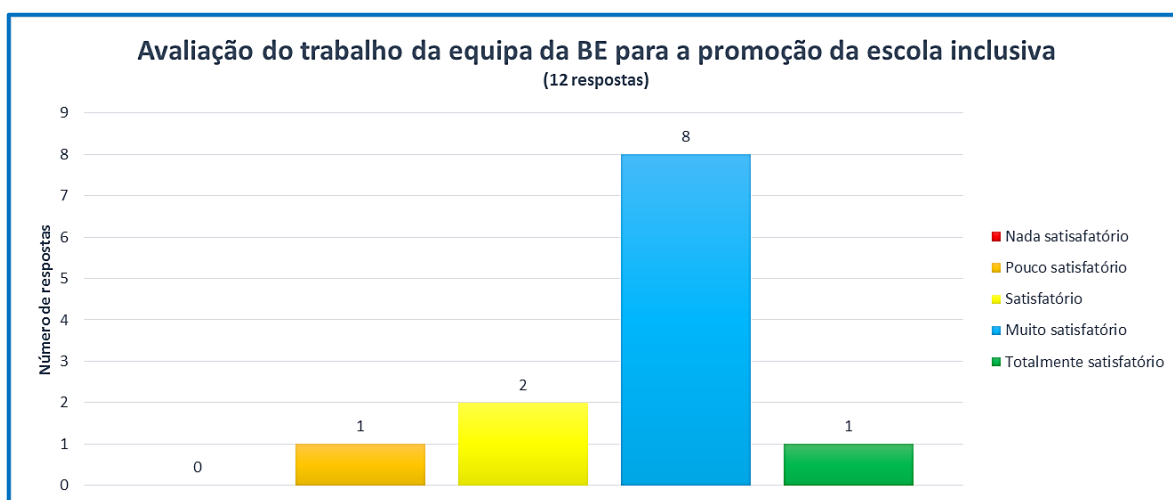


Gráfico 29 – Contributo da BE para a promoção da escola inclusiva.

O trabalho da equipa da biblioteca é avaliado por oito docentes (67%) de Educação Especial como sendo muito satisfatório, por dois docentes (17%) como satisfatório, por um docente (8%) como sendo totalmente satisfatório e igualmente por um docente (8%) como sendo pouco satisfatório.

A grande maioria dos docentes, oito (67%), classificam o trabalho da biblioteca escolar para a promoção de uma escola inclusiva, como sendo “muito satisfatório”. Estes dados servem também como confirmação dos resultados obtidos nas perguntas anteriores, que tendencialmente apresentavam resultados mais positivos.

Após uma análise mais pormenorizada dos inquéritos, constatamos que os dois docentes que não articulam atividades com a biblioteca escolar são os que desempenham funções no CRTIC de Viana do Castelo. Este dado parece-nos relevante, uma vez que seria de todo importante existir uma articulação entre este serviço de apoio aos alunos com NEE e a biblioteca escolar. Outro dado que resulta de uma leitura individual dos inquéritos é que a maioria das respostas tidas como “não satisfatórias” são de professores colocados na escola do primeiro ciclo onde não existe BE, o que revela alguma dificuldade desta para chegar aos alunos com NEE destes estabelecimentos.

Comparando as respostas dos docentes do grupo 910 com os docentes do grupo 930, concluímos que são estes últimos (3 docentes) que avaliam de forma menos satisfatória os itens relacionados com as TIC, ao nível do *hardware* e do

software, bem como os meios auxiliares de apoio disponíveis na biblioteca. De facto, os professores do grupo 930, no apoio aos alunos, utilizam equipamentos e programas que a BE não dispõe devido ao elevado custo dos mesmos. As TIC são também referidas nas respostas ao item “Complete a frase: Usaria mais a biblioteca se...”, bem como a falta de materiais adaptados e a falta de espaço na BE como fatores condicionantes ao uso da BE.

As respostas que obtivemos à sugestão “Usaria mais a biblioteca se....” são as seguintes:

- *... tivesse um espaço mais amplo e com mais software educativo para esta população.*
- *... tivesse um espaço mais amplo e mais software educativo para esta população*
- *... tivesse mais disponibilidade*
- *... esta fosse um espaço mais amplo e com mais meios eletrónicos adaptados às condições dos alunos. Alguma coisa tem sido feito mas muito ainda se pode fazer.*
- *... fosse chamada a colaborar em mais atividades.*
- *... tivesse menos alunos, para poder dar um apoio mais individualizado.*
- *... Tivesse mais tempo.*
- *... existisse mais material adequado para alunos com NEE (ex: livros táteis...)*
- *... estivesse mais perto dela, dado que presto apoio a alunos no 1.º ciclo do ensino básico.*
- *... se tivesse materiais mais diversificados, tendo em conta a tipologia dos alunos.*
- *... tivesse mais tempo disponível.*
- *... no meu horário tivesse maior disponibilidade*

Na generalidade, as afirmações denotam uma preocupação com o pouco espaço da biblioteca escolar, bem como com o material disponível para os alunos com NEE, quer na quantidade quer na diversidade. No entanto regista-se um número significativo de referências relacionadas com a indisponibilidade dos docentes de Educação Especial em se deslocarem à biblioteca, devido ao horário de trabalho. Um dos docentes refere que se encontra a prestar serviço numa escola do primeiro ciclo, onde, se apurou, não existe biblioteca.

Demos igualmente a oportunidade, numa questão de resposta aberta (questão 17), para a apresentação de outras sugestões, eventualmente não contempladas pelas restantes perguntas do questionário. Dois dos inquiridos utilizaram esta possibilidade, registando as seguintes opiniões:

- *É de louvar o esforço levado a cabo pelos profissionais que a dirigem. Parabéns!*
- *A biblioteca devia ser maior.*

Apesar de termos apenas duas respostas, uma vez que este item era facultativo, verificamos mais uma vez a referência ao espaço da biblioteca, aspeto que certamente terá de ser equacionado. A outra resposta é um elogio ao trabalho desenvolvido pela equipa da biblioteca escolar.

3.2 A entrevista

Após a obtenção dos dados do inquérito aos professores de educação especial, foi efetuada uma entrevista à coordenadora da biblioteca escolar em Dezembro de 2014, de forma a perceber a perceção da mesma sobre a implementação do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, tendo em conta o princípio da biblioteca inclusiva. Esta entrevista foi realizada após a primeira avaliação da implementação do projeto, remetida à RBE.

Numa primeira fase, foram efetuadas perguntas que permitiram compreender a experiência da docente como professora bibliotecária, no que diz respeito à formação académica na área das bibliotecas escolares e aos anos de serviço no desempenho do cargo. Assim, sabemos que a docente possui uma formação académica na área das bibliotecas, possuindo uma Pós-Graduação em Ciências da Informação - Biblioteconomia e Documentação, pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, curso este que consta do anexo II da Portaria 192-A/2015 de 29 de junho, e confere 35 pontos para o concurso de professor bibliotecário. Pertenceu à equipa da biblioteca escolar (durante 4 anos) e exerceu o cargo de professora bibliotecária durante 4 anos, os dois últimos como coordenadora das bibliotecas escolares do agrupamento de escolas em análise. Ao longo dos anos realizou diversas ações de formação na área das bibliotecas escolares. Podemos assim concluir que a docente tem uma experiência significativa na área das bibliotecas escolares.

A docente afirmou não possuir formação académica no âmbito da Educação Especial, nem ter tido qualquer cadeira nessa área durante o curso de formação inicial de professores. No entanto, a docente considera ser fundamental adquirir conhecimentos nesta área para ser possível implementar uma biblioteca escolar inclusiva. Sentindo essa necessidade, a docente realizou formação contínua direcionada para a problemática de crianças e jovens com deficiência visual, realizada no próprio agrupamento de escolas. Esta formação não foi considerada pela RBE para efeitos do concurso de professores bibliotecários.

Relativamente ao apoio concedido no âmbito do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, a professora bibliotecária considera que sem o mesmo teria sido

impossível ter uma biblioteca escolar inclusiva, principalmente porque é necessário aplicar uma verba elevada para a aquisição de *software* e *hardware* específico para apoiar os alunos com NEE. Por outro lado, o apoio concedido permitiu também a aquisição de fundo documental específico, afirmando que “*O projeto permitiu o cumprimento da Missão das Bibliotecas Escolares, disponibilizando serviços de aprendizagem, livros e recursos*”. No âmbito do apoio é referida a importância do apoio concedido pela RBE, mas também o apoio da Fundação PT, que no âmbito do projeto, ofereceu um computador portátil com o *software* PTJaws pré-instalado, um *tablet* HP de 7” e um rato para computador.

Ainda no âmbito do projeto, a docente referiu-se aos encontros regionais como uma mais-valia, nomeadamente pela troca de experiências e a apresentação de atividades e materiais entre os agrupamentos/escolas envolvidos/as. Neste âmbito, o agrupamento foi convidado a apresentar as suas atividades, no encontro que decorreu no Porta, a 20 de novembro de 2014, na escola secundária Garcia de Orta. Os encontros também são referidos como uma forma de sentir “*que a equipa da RBE ligada a este projeto está comprometida com o mesmo, é uma forma de proximidade, de descentralização*”. A docente destacou também o sítio Web do projeto (na plataforma Sapo Campus) como um espaço de partilha importante.

Em relação ao trabalho colaborativo com os professores, a docente destaca o grupo de educação especial, considerando que existe “*um verdadeiro trabalho colaborativo, focado no melhor interesse dos alunos com NEE*”. Para além do trabalho colaborativo com o grupo de educação especial a docente realça ainda o grupo de Português, porque “*é um grupo que já colaborava em diversas atividades*”. O facto de a docente destacar o trabalho colaborativo com o grupo de educação especial, e tendo em conta os resultados dos inquéritos efetuados, pensamos que este aspeto deverá merecer uma particular atenção, de modo a aumentar a frequência com que são articuladas as atividades com os diferentes docentes. Por outro lado, e tendo em conta as respostas dos professores de educação especial, temos um total de 11 atividades por período efetuadas em articulação com a BE. Do ponto de vista do professor bibliotecário, poderão ser vistas como sendo muitas atividades, no entanto, como verificamos que na sua

maioria nessas atividades estão presentes apenas um professor de educação especial, estes têm uma percepção mais individual, o que se compreende. Relativamente a este ponto, e comparando o plano anual de atividades da biblioteca do ano letivo 2012/2013 e do ano 2013/2014, antes e depois da implementação do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, verificamos um aumento significativo nas atividades colaborativas entre a biblioteca escolar e os professores de educação especial. Assim, passamos de 3 ações/atividades, em 2012/2013, para 15 ações/atividades em 2013/2014, sendo que três delas se repetiam ao longo do ano, uma a duas vezes por período.

Quando solicitada a destacar uma das atividades inclusivas que realizou, a atividade “*leituras partilhadas*” foi a escolhida, por ser “*uma atividade que envolve a colaboração de vários professores*” e “*a realização de diversos materiais*”, em que “*sentimos que todos os alunos participam ativamente*” e é uma atividade “*verdadeiramente inclusiva.*”. Esta atividade, normalmente realizada principalmente aquando da vinda de um escritor à escola, ou na comemoração de efemérides, proporciona aos alunos uma participação ativa, interagindo com o escritor, ao contrário do que acontecia até aqui, em que os alunos com NEE eram meros espetadores. O que corrobora as observações efetuadas.

A docente refere que as alterações operadas na biblioteca escolar foram importantes para dar mais autonomia aos alunos na utilização do espaço e dos materiais disponíveis. A aquisição de fundo documental e de novos meios tecnológicos despertou também o interesse dos alunos para a leitura e para a frequência do espaço. A docente realçou também o facto da alteração efetuada na política de aquisição e gestão do fundo documental do agrupamento, tendo em conta os alunos com necessidade educativas especiais, que permitiu uma avaliação e gestão adequadas da coleção da Biblioteca Escolar. Esta preocupação vai ao encontro do que é preconizado pela Rede de Bibliotecas Escolares (2011), quando diz que só assim se obtém “*a resposta eficaz a necessidades pedagógicas relacionadas com os programas curriculares, de enriquecimento curricular, lúdicas e a específicas, como por ex., multiculturais e outras destinadas a utilizadores especiais.*” (RBE 2011: 3).

O apoio da direção do agrupamento às atividades do projeto é também

referido, embora realce pela negativa o facto das verbas aplicadas pelo agrupamento serem muito reduzidas ou inexistentes. Após analisarmos alguns documentos (plano de melhoria e relatório de avaliação) constatamos que faz parte do plano de melhoria da BE obter a atribuição de um orçamento no início de cada ano letivo, e do relatório de avaliação consta apenas como gastos em fundo documental, com dinheiro da escola, a aquisição de três publicações periódicas.

A parceria com a biblioteca municipal, através do serviço de leitura especial, é também um dos pontos fortes apontados. De facto, verificamos a referência a este serviço da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo em diversas atividades que constam do plano anual de atividades da biblioteca escolar, nomeadamente na participação da comemoração do dia Internacional da Pessoa com Deficiência e na disponibilização/adaptação de fundo documental em Braille. A Biblioteca Municipal disponibilizou ainda diverso fundo documental adaptado, através do Projeto Leitura Para Todos (cf. Anexo VII), que foi uma iniciativa da biblioteca Municipal de Viana do Castelo que contou com o apoio dos professores de educação especial do agrupamento que estão em funções no CRTIC de Viana do Castelo e foi financiado pela fundação Calouste Gulbenkian. Deste projeto resultaram a adaptação de 20 títulos, do pré-escolar ao primeiro ciclo, que constam do plano nacional de leitura, em vários formatos: Braille (com capa em relevo); PDF (para podermos ampliar os caracteres), Áudio e SPC. Posteriormente, a equipa da biblioteca escolar converteu de PDF para ePUB, uma vez que é um formato mais acessível, que permite aumentar os caracteres sem necessidade de efetuar a deslocação horizontal no ecrã.

Finalmente, a docente referiu que ainda não conseguiu concretizar algumas atividades para tornar a biblioteca escolar mais inclusiva. Entre elas destaca-se a aquisição de *eBooks* e *eReaders*, que, seguindo as diretrizes da IFLA, beneficiariam, em particular, os alunos com dislexia, e em geral todos os outros. Este projeto segue também a linha de orientação mais recente da RBE, que incentiva as bibliotecas escolares a ter um fundo documental em suporte digital. Outra das atividades que gostaria de concretizar seria o aumento efetivo do espaço físico da biblioteca, que neste momento se encontra reduzido devido à sobrelotação do estabelecimento de ensino. A concretizar-se esta ação, permitiria

efetuar uma melhor gestão do espaço, adaptando-o às exigências dos alunos que se deslocam em cadeiras de rodas e aos alunos cegos, criando maior mobilidade no interior da biblioteca escolar. Esta preocupação está em linha com as preocupações dos professores de educação especial, uma vez que a falta de espaço é um dos aspetos negativos mais salientado nos inquéritos.

3.3 As observações

Para este estudo efetuámos algumas observações com a finalidade de recolher descrições detalhadas das atividades dos utilizadores (alunos com NEE) e do seu comportamento na utilização da BE. Para tal foi utilizado um diário de campo manuscrito, onde foram registadas as observações efetuadas. Posteriormente, estas observações foram alvo de uma análise, em colaboração com professores de educação especial e professor bibliotecário, que serviu para identificar as ações mais apropriadas, no sentido de tornarem a BE mais inclusiva. Após a implementação das ações, as mudanças foram novamente objeto de análise, com a finalidade de verificar se foram alcançados os resultados pretendidos.

A observação decorreu durante o primeiro e segundo períodos escolares, em dias aleatórios, no segundo ano de implementação do projeto, na biblioteca da escola sede e foi dividida em quatro partes:

- A. Observação das acessibilidades para alunos com NEE (nove momentos de observação).
- B. Observação da utilização da biblioteca escolar por parte dos alunos com NEE (vinte momentos de observação);
- C. Observação da interação dos alunos com NEE com os seus pares na biblioteca escolar (doze momentos de observação);
- D. Observação da utilização da biblioteca escolar pelos alunos com NEE da UAEM com os docentes de Educação Especial (dezassete momentos de observação).

Com o intuito de registrar as observações efetuadas, foram desenvolvidas grelhas de registo, como o quadro seguinte ilustra:

Data	Local	Contexto	Observado	Intervenção	Avaliação
22/1/2015	Biblioteca Escolar – Escola sede	Utilização da biblioteca escolar por parte dos alunos com NEE - alunos com baixa visão.	Os alunos deslocam-se com relativa facilidade pela biblioteca escolar, no entanto registam-se constrangimentos na leitura da sinalética presente nas prateleiras.	Solicitar junto do professor de educação especial (grupo 930) indicação sobre o tamanho e cor da letra e suporte que deve constar na identificação das prateleiras, de forma a	Foi colocada, a título experimental, novas etiquetas, tendo em conta as indicações dadas pelos professores do grupo 930, referentes aos alunos com baixa visão. Constatou-se, que os alunos demonstraram uma satisfação por conseguirem ler as etiquetas. Procedeu-se à uniformização da restante sinalética.
5/2/2015	Biblioteca Escolar – Escola sede	Observação da interação dos alunos com NEE (baixa visão) com os seus pares na biblioteca escolar	Para efetuarem algumas atividades, os alunos demonstram dificuldades na manipulação da lupa, deslocando-se para junto das janelas.	Após detetarmos estas dificuldades, e em conversa com os professores do grupo 930, concluímos que o ideal seria a existência de uma Lupa TV de carácter permanente no espaço da BE. Essa Lupa TV foi emprestada pelo núcleo de educação especial.	Colocou-se a lupa TV num local da biblioteca que beneficia de luz natural. Os alunos deixaram de utilizar com tanta frequência a lupa de mesa e passaram a acompanhar o ritmo dos colegas da turma.

Quadro 1
Exemplo do registo de observação – Diário de Bordo

Após as observações efetuadas, foi realizada uma reflexão que permitiu identificar os pontos fortes e fracos da interação dos alunos com NEE na utilização da BE.

Estes resultados possibilitaram identificar soluções viáveis para colmatar alguns dos pontos fracos identificados. No entanto, é de realçar que as soluções encontradas resultaram de um trabalho conjunto entre o professor bibliotecário e a equipa de educação especial. Este trabalho colaborativo permitiu também rentabilizar alguns recursos existentes na escola. Assim, na linha do que já foi dito, pretende-se que esta investigação vá além da mera ação pedagógica, mas possa intervir na transformação do próprio sistema, procurando facilitar e implementação de soluções que promovam a melhoria da ação, onde as responsabilidades pela mudança são assumidas em conjunto, através de um trabalho colaborativo, tal como defende Coutinho (2009).

À medida que foram sendo implementadas as ações de melhoria, foram efetuadas novas observações que possibilitaram avaliar e validar/invalidar, as alterações efetuadas.

Uma vez que quer na entrevista como no questionário não foram recolhidas informações sobre o *feedback* dos alunos relativamente às várias atividades e intervenções efetuadas, estes foram sendo auscultados sobre várias das intervenções efetuadas (por exemplo: implementação do código ColorADD, intervenção nos livros e na sinalética para facilitar a leitura, etc.). Esse feedback por parte dos alunos, as observações efetuadas após a implementação das diversas ações, bem como a avaliação efetuada pelos professores de educação especial após cada atividade, foram importantes na melhoria das diversas ações/atividades realizadas.

No decorrer deste processo foram propostas algumas soluções que, devido sobretudo a fatores económicos, não foram possíveis de implementar, ou ficaram aquém da situação ideal. Neste âmbito, não foi possível adquirir uma Lupa TV para satisfazer as necessidades dos alunos com baixa visão, nem substituir a plataforma elevatória por um elevador, de forma a facilitar, e agilizar, o acesso à BE por parte dos alunos em cadeiras de rodas. Outra das soluções a implementar, que não foi possível de concretizar foi a aquisição de alguns

eReader. Para outras situações encontraram-se soluções mais baratas, como por exemplo o recurso a *software* livre para a elaboração de fundo documental em SPC, neste caso o *software AraWord*, ou o recurso a professores de educação visual para a elaboração da sinalética, em vez serem gastos recursos financeiros na sua aquisição.

Este registo permitirá que outros agrupamentos/escolas, que possuam condições, as possam implementar, ou encontrar alternativas.

Foram ainda objeto de registo as atividades inclusivas efetuadas em articulação com os diversos docentes e a biblioteca escolar, quer no espaço da própria biblioteca escolar quer em outros espaços da escola, como é o caso das unidades de apoio à multideficiência e em sala de aula.

Assim, efetuaram-se diversas observações a atividades que, após uma avaliação, resultaram em planos de intervenção, no sentido de as tornar mais inclusivas.

Além da já referida colaboração dos professores de educação especial que trabalham diretamente com os alunos com NEE do agrupamento, passou-se a contar com a colaboração do CRTIC de Viana do Castelo, no aconselhamento de *software* livre e outras soluções. Em contrapartida, a equipa da biblioteca escolar, passou a colaborar em ações de formação com os elementos do CRTIC, prestando um apoio ao nível das TIC. Esta colaboração com o CRTIC verificou-se após terem sido analisados os inquéritos efetuados e constatado que os docentes aí colocados não tinham qualquer interação com a BE, e sendo um recurso que estava no agrupamento seria uma mais valia aproveitar.

Os professores de educação especial, por sua vez, foram dando o seu parecer sobre as questões de organização e de espaço, sempre que se deslocavam à biblioteca escolar com os alunos, tanto na realização de atividades, como no apoio individualizado.

Através das observações efetuadas, registamos a existência de dificuldades dos docentes de educação especial em movimentar os alunos em cadeiras de rodas no espaço interior da biblioteca escolar, bem como a existência de alguns obstáculos à circulação dos alunos cegos. Para colmatar estas dificuldades, em conjunto com os professores de educação especial, foram

efetuadas pequenas alterações na biblioteca para melhorar a acessibilidade. Assim efetuou-se uma reorganização do espaço, facilitando o acesso e circulação de pessoas com mobilidade reduzida, e suprimiram-se alguns obstáculos, nomeadamente caixotes de lixo e vasos, que dificultavam a circulação dos alunos cegos e em cadeiras de rodas. As limitações de espaço levantaram constrangimentos às modificações que a equipa da biblioteca escolar considerou ser a ideal. Para colmatar esta situação, na realização de algumas atividades na BE que envolvam as turmas de alunos com NEE, com o objetivo de melhorar a mobilidade, em particular dos alunos em cadeiras de rodas, propôs-se a colocação de rodas nas estantes que não se encontram encostadas às paredes, de forma a tornar o espaço modular, conseguindo diversas configurações, consoante as necessidades e as características de cada atividade desenvolvida, bem como dos alunos que nela participam.

O acesso à biblioteca escolar por alunos que se deslocam em cadeiras de rodas, uma vez que a mesma se encontra situada no primeiro andar, é feito através de uma plataforma elevatória. Este dispositivo é lento, só permite uma cadeira de rodas por viagem, o que torna demorada a chegada de todos os alunos, sempre que estes se deslocam em grupo, provenientes da unidade de apoio à multideficiência. Como não é viável a construção de um elevador com maior capacidade, a única conclusão a que chegamos é que a biblioteca escolar deve ser localizada nos pisos térreos, que já possui rampas de acesso. No caso do estabelecimento objeto de análise, tal medida não é, atualmente, possível de por em prática por indisponibilidade de espaço.

A pensar nos alunos daltónicos, foi introduzida a sinalética ColorADD, que se encontra em fase de implementação. Para esta atividade foi decidido envolver um dos alunos com daltonismo, que desde o primeiro ciclo conhece o respetivo código. Este código permite que os alunos possam identificar as cores atribuídas às diferentes classes na sinalética da biblioteca, surgindo no cimo de cada estante para identificar a classe, nas prateleiras e posteriormente na lombada de cada livro, associando a cor atribuída a cada classe ao símbolo correspondente. A identificação nas lombadas não foi ainda implementada por falta de verba disponível.

A sinalética das prateleiras e estantes foi adaptada, de forma a possibilitar a leitura por alunos com baixa visão. Assim, de acordo com as orientações dos professores de educação especial, do grupo 930, utilizou-se letra Arial a negrito, tamanho 20 (ou maior), impressa a branco sobre fundo preto.

A colocação de alguns dispositivos auxiliares de leitura em diversos espaços da biblioteca escolar foi efetuada para que não se criasse um espaço único, a pensar numa verdadeira inclusão dos alunos. Assim, os diversos equipamentos estão distribuídos para que os alunos, de forma autónoma, possam usufruir da biblioteca e interagir com os seus pares. Uma vez que não foi possível a aquisição de uma Lupa TV para a BE, foi disponibilizada uma pelo grupo 930, que apesar de não se encontrar nas melhores condições, foi recuperada pela equipa da BE, encontrando-se neste momento operacional, sendo usada com regularidade.

Verificou-se que algum fundo documental adaptado não se encontrava catalogado. Para colmatar esta situação, foi dada prioridade à sua catalogação, para que o mesmo ficasse acessível através da pesquisa no catálogo em linha.

Numa das observações da utilização da biblioteca escolar por alunos cegos, constatou-se que quando estes efetuavam a procura de livros nas prateleiras demoravam muito tempo até encontrar o título, o que não acontecia com os alunos normovisuais, uma vez que estes últimos liam o título na lombada ou na capa. Para colmatar esta situação, após a consulta dos docentes de educação especial do grupo 930, foram impressos os títulos em braille e colados nas capas dos livros, o que permitiu um acesso mais rápido ao título por parte dos alunos cegos. Após esta alteração, constatou-se uma satisfação por parte dos alunos cegos, que agora não precisavam de abrir os livros para procurar o título.

Embora existam alguns constrangimentos devido à arquitetura do edifício, houve uma preocupação em colocar os equipamentos destinados a alunos com baixa visão num local com iluminação natural adequada, permitindo também a possibilidade do uso de iluminação artificial (cf. Anexo XV).

Com o intuito de divulgar o fundo documental adaptado, do *hardware* e do *software* existente na biblioteca escolar, foi efetuado um levantamento do mesmo (cf. anexo XI). Este levantamento permite fornecer aos docentes de educação

especial uma lista completa, e atualizada, com o material disponível na biblioteca escolar. Juntamente com esta listagem, são também fornecidos aos docentes de educação especial alguns exemplos de atividades possíveis de serem realizadas, tanto na biblioteca como em sala de aula ou nas unidades de apoio à multideficiência. Esta atividade permitiu identificar algumas lacunas, sobretudo no que diz respeito ao fundo documental, tendo em conta as obras de leitura obrigatória para a disciplina de Português, mas também ao nível dos meios auxiliares de leitura. Assim, com a colaboração da Biblioteca Municipal, conseguiu-se a transcrição de alguns títulos para Braille.

Através do registo da biblioteca escolar, os professores têm acesso ao portal Sapo Campus do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, da RBE, onde são partilhadas, por todos os agrupamento/escolas não agrupadas que integram o projeto, atividades e materiais.

A biblioteca escolar efetuou o levantamento das atividades desenvolvidas pelos alunos NEE em contextos inclusivos. Assim, são desenvolvidas na biblioteca escolar atividades com os alunos com NEE, associadas ao estudo, empréstimo de livros, pesquisa de informação, jogos de tabuleiro, formação de utilizadores, visionamento de filmes. Algumas destas atividades são uma forma de ocupação dos tempos livres com os seus pares.

A biblioteca escolar apoia, em contexto de sala de aula, atividades das turmas com alunos com NEE, através do empréstimo de fundo documental adaptado, nomeadamente em Braille, para trabalho em sala de aula, bem como de meios auxiliares de leitura, como são exemplo as lupas de mesa e o computador portátil com o programa PTJaws. Quando solicitada, a biblioteca escolar tem efetuado a adaptação de alguns excertos de obras para suporte digital que depois são impressas em Braille.

Os alunos com NEE têm desenvolvido na biblioteca algumas atividades regulares, com a presença semanal dos alunos que frequentam a unidade de apoio à multideficiência, para a audição de áudio livros, visionamento de filmes e hora do conto.

A biblioteca escolar tem igualmente proporcionado atividades aos alunos com NEE, em conjunto com os seus pares da turma, como são exemplo o

encontro com escritores através das leituras partilhadas (cf. Anexo IX), utilizando a obra apresentada em formato adaptado (braille, SPC e/ou digital), em vários suportes e utilizando equipamentos auxiliares de leitura. Esta atividade permite a todos os alunos trabalharem as obras apresentadas em conjunto.

Efetuada uma caracterização das mudanças verificadas ao nível da relação entre os alunos e a biblioteca, os alunos e os livros, verificou-se um aumento das atividades de grupo efetuadas pelos alunos com NEE, nomeadamente com a presença regular dos alunos que frequentam a unidade de apoio à multideficiência. Estas atividades passaram a fazer parte da programação anual da unidade de apoio à multideficiência, pois até então eram atividades efetuadas esporadicamente.

Ao analisarmos a frequência das atividades efetuadas por alunos com NEE, verificamos um aumento, sobretudo ao nível da utilização dos computadores para trabalho e pesquisa, seguido da realização dos trabalhos de casa. Comparando os dados recolhidos nos dois últimos anos, verificou-se um aumento de 25%. Estes dados foram obtidos através de um *software* de registo de entrada na biblioteca escolar (*BiblioActiv*). Este *software* permite registar as atividades efetuadas na biblioteca pelos alunos, individualmente ou em grupo/turma.

A procura da biblioteca escolar por parte de alunos com NEE para efetuar atividades lúdicas também aumentou, sobretudo para o visionamento de filmes, jogos de tabuleiro e de computador. Comparando os dados recolhidos verificamos um aumento de 32% após o primeiro ano de implementação do projeto Todos Juntos Podemos Ler.

As requisições, sobretudo de livros em Braille, também registou um aumento significativo, uma vez que até aqui era residual. Verificou-se um aumento das requisições de livros por alunos com NEE, sobretudo dos alunos do 5.º e 6.º ano. O fundo documental adaptado registou também um aumento na consulta presencial, fruto da utilização regular do mesmo pelos alunos da unidade de apoio à multideficiência. Os professores de educação especial aumentaram também o empréstimo para sala de aula. Verificou-se também a procura por parte de um aluno cego de alguns títulos que não se encontram disponíveis no catálogo

da biblioteca escolar. Para colmatar esta situação recorreu-se ao empréstimo interbibliotecário e à colaboração da Biblioteca Municipal, através do serviço de leitura especial, na produção de alguns livros em braille.

3.4 Projeto “Todos Juntos Podemos Ler”

O projeto “Todos Juntos Podemos Ler” provocou na biblioteca escolar um mudanças importantes, que podemos dividir em duas vertentes. Em primeiro lugar, despertou na comunidade educativa a importância das bibliotecas inclusivas e o acesso a esta por parte de todos os alunos, independentemente das dificuldades, e por outro lado, permitiu apetrechar a biblioteca com alguns equipamentos e fundo documental essencial à utilização da biblioteca escolar por parte dos alunos com NEE.

Relativamente a este último ponto, a atribuição de uma verba foi um ponto primordial, pois de outra forma a escola não teria disponibilidade financeira, visto que nos últimos anos a aquisição de fundo documental ou outro equipamento tem sido efetuada quase exclusivamente através de verbas atribuídas por entidades externas à escola, ou através de candidaturas a projetos. Por outro lado, este projeto permitiu ainda a aquisição de algum equipamento informático, a par de outro oferecido pela Fundação PT.

Outro aspeto marcante do projeto “Todos Juntos Podemos Ler” é o facto de todas as escolas que aderiram ao projeto estarem ligadas em rede, através da plataforma Sapo Campus da RBE, permitindo a partilha de atividades e materiais produzidos. Este portal serve ainda como forma de contacto entre as escolas e os responsáveis do projeto, que de uma forma geral estão sempre disponíveis para apoiar as escolas.

Todos os anos, o projeto “Todos Juntos Podemos Ler” efetua encontros regionais, que servem para trocar experiências, enquadrar as novas escolas e fazer um balanço das atividades desenvolvidas. Nestes encontros participam os professores bibliotecários, professores de educação especial e membros das

direções dos agrupamentos, em conjunto com os coordenadores interconcelhios. Particularmente, no que se refere ao nosso agrupamento, é de referir que a diretora do agrupamento participou em todos os encontros realizados desde a adesão ao projeto, em conjunto com os dois professores bibliotecários e um docente de educação especial.

O projeto “Todos Juntos Podemos Ler” tem ainda a particularidade de ter efetuado, no último ano, uma formação para equipas de professores bibliotecários e de educação especial dos agrupamentos associados ao projeto, reforçando deste modo o trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos. Este ponto particular da formação contínua em educação especial, nomeadamente dos professores bibliotecários, deverá ser, em nossa opinião, um dos aspetos a ter em conta em futuras investigações.

A nível nacional, regista-se a integração no projeto “Todos Juntos Podemos Ler” de 72 agrupamentos de escolas, ou escolas não agrupadas, abrangendo um total de 3765 alunos com NEE, num total de 7318. Ao longo dos últimos cinco anos letivos, a RBE investiu 194.900€, atribuídos às escolas para adquirirem *software*, equipamentos e fundo documental. A Fundação PT contemplou algumas das escolas com a oferta de equipamento diverso e *software* inclusivo, num total de 26.500€. A Fundação Calouste Gulbenkian contribuiu com *software* inclusivo e formação de professores, num montante global de 9.700€.

Sistematização das atividades desenvolvidas no agrupamento:

- Implementação da sinalética ColorADD para Daltónicos (cf. Anexo V);
- Implementação da sinalética para alunos de baixa visão (cf Anexo VI);
- Reorganização dos espaços, possibilitando a mobilidade de alunos em cadeiras de rodas e eliminando algumas barreiras para alunos cegos (cf. Anexo XIII);
- Divulgação junto dos professores de documentos adaptados ou recomendados tendo em conta as necessidades dos alunos;
- Execução, em colaboração com os professores de educação especial e professores de EVT de material para alunos com NEE – Livros em Braille com capa em relevo e SPC (cf. Anexo VIII);

- Participação na ação de formação dinamizada pelo Agrupamento “A Prática Letiva Ligada a Crianças e Jovens com Deficiência Visual: Orientações Pedagógicas e Intervenção dos Professores”;
- Encontro com escritores, com leitura da obra apresentada em vários suportes, com o recurso a produtos de apoio na acessibilidade à leitura (cf. Anexo IX);
- Desenvolvimento de atividades lúdicas (torneio de xadrez) com utilização de tabuleiro de xadrez adaptado para cegos;
- Utilização de jogos para dislexia e disortografia;
- Comemoração do dia internacional da pessoa com deficiência (cf. Anexo XII);
- Leituras partilhadas (em vários suportes) na Biblioteca (cf. Anexo XIV);
- Execução de um sítio WEB totalmente em SPC, integrado na participação ao concurso Ciência na Escola, da Fundação Ilídio Pinho, com o título “Ciência para todos é inclusão”, de forma a responder aos alunos com NEE que comunicam através de uma linguagem alternativa. Site disponível em <http://www.prof2000.pt/users/ruimiguel/>;
- Disponibilização para sala de aula, para alunos com dislexia, de eBooks em formato ePUB;
- Apresentação de boas práticas, encontro regional RBE/DGE “Todos Juntos Podemos Ler”, no Porto, vídeo disponível em: <https://youtu.be/KpBKrvkmfKU>;
- Colaboração com o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial (CRTIC de Viana do Castelo) na realização do vídeo “O papel das TIC e dos produtos de apoio na acessibilidade à leitura”, onde se inclui uma entrevista à Dra. Ana Paula Pereira, responsável do Serviço de Leitura Especial da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Vídeo acessível em: <https://youtu.be/eW0eIYdHDZo?list=FLj7uRjIhMwnEK7Utc3XD6Qg>
- Apresentação do projeto da Biblioteca da Abelheira no painel “Bibliotecas Inclusivas” do *Fólio Educa 2015* (18 de Outubro);
- Apresentação de boas práticas, no encontro nacional “Todos Juntos Podemos Ler”, no fórum Picos, em Lisboa, vídeo disponível no blogue

da BE;

- Colaboração com o CRTIC na elaboração do vídeo “Solução baixo custo para alunos com baixa visão”. Vídeo acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mzlbizssdBo>;
- Adaptação do vídeo “Solução baixo custo para alunos com baixa visão” para a formação “Administering School ICT infrastructure: developing your knowledge and skills” da European Schoolnet Academy e convidado a partilhar as atividades da BE num workshop no Future Lab Classroom em Bruxelas.
- Partilha de leituras na UAEM, pelas turmas com alunos com NEE que frequentam a UAEM, proporcionando momentos de convívio e lazer à volta dos livros, levando histórias, dramatizações e música aos alunos da UAEM (cf Anexo X).

4. Análise das intervenções realizadas

Fazendo uma retrospectiva das intervenções realizadas, em jeito de balanço, podemos afirmar que as mesmas foram pensadas e executadas com a finalidade de tornar a biblioteca escolar num espaço onde todos os alunos, com e sem necessidades educativas especiais, pudessem usufruir dos diversos serviços que a biblioteca escolar pode oferecer.

Na generalidade esse objetivo foi atingido, apesar de sentirmos necessidade de fazer sempre mais e melhor.

Reconhecendo as limitações de carácter financeiro, podemos também concluir que a verba atribuída no âmbito do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, bem como o apoio concedido, no âmbito do mesmo projeto, pela Fundação PT, foi imprescindível à concretização da grande maioria das ações.

No entanto, as mudanças verificadas só contribuirão para uma biblioteca escolar mais inclusiva se os professores envolvidos, equipa da biblioteca escolar, núcleo de educação especial e professores curriculares, continuarem comprometidos com as finalidades do próprio projeto.

O trabalho colaborativo entre os diferentes intervenientes, com particular destaque para a articulação efetuada entre o professor bibliotecário e os professores de educação especial é sem dúvida essencial para que as mudanças verificadas possam ser as mais adequadas, as que melhor respondam às necessidades dos alunos com NEE.

Ao contrário de outros projetos que, por norma, têm um início e um fim pré-estabelecido, este pode, e deve, prolongar-se no tempo. Para isso, talvez não baste sentir que a equipa da RBE está presente através da plataforma *online*, ou de encontros regionais, talvez seja necessário continuar a incentivar as escolas já envolvidas a apresentar novas soluções, novas propostas de intervenção, para tornar a biblioteca escolar mais inclusiva, e esse incentivo deverá traduzir-se num reforço ao nível de equipamentos e fundo documental específico, mas também no preenchimento de uma lacuna existente ao nível da formação dos professores bibliotecários no âmbito da educação especial, reconhecendo que esta formação

é também fundamental para o desenvolvimento das suas funções, e como tal, pensamos que no futuro, deverão ser consideradas para o concurso de professor bibliotecário.

É também importante mencionar que na equipa da biblioteca escolar não existe nenhum professor do grupo de educação especial. Este poderá ser um dos constrangimentos sentidos pelas escolas no desenvolvimento do projeto. Devido a este constrangimento, a preparação, ou idealização, das diversas atividades e intervenções, decorrem, em muitos casos, fora do horário normal de trabalho, em encontros informais, na sala de professores e na troca de informação através de correio eletrónico. Constatou-se que a candidatura ao projeto “Todos Juntos Podemos Ler” deve ser apresentada pelas direções dos agrupamentos, em colaboração com os professores bibliotecários, prescindindo nesta fase da colaboração dos professores de educação especial.

Podemos ainda observar que o reconhecimento do trabalho realizado está também presente no Relatório da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), referente à avaliação externa do Agrupamento de Escolas de Abelheira – Viana do Castelo, apresentado em 2015, que faz referência ao desenvolvimento do projeto Todos Juntos Podemos Ler, no ponto referente às Práticas de Ensino, afirmando:

As bibliotecas escolares (a da sede e das escolas básicas da Abelheira e Igreja) promovem a articulação curricular pela sua dinâmica interdisciplinar e transversal a todo o Agrupamento. O trabalho desenvolvido, através de inúmeras atividades e projetos (e.g. Todos juntos podemos ler, Semana da leitura, Plano Nacional de Leitura), contribui para a promoção do sucesso escolar e para a consecução dos objetivos definidos no projeto educativo.

(IGEC, 2015: 7)

O relatório da IGEC (2015) refere o trabalho da biblioteca como sendo um dos pontos fortes, destacando a dinâmica transversal e interdisciplinar das bibliotecas escolares, que são reconhecidas enquanto estruturas pedagógicas promotoras da articulação curricular, produzindo efeitos positivos na promoção do sucesso escolar e na consecução dos objetivos definidos no projeto educativo.

Falta referir ainda que as alterações dos elementos que constituem a equipa da biblioteca escolar e a equipa de educação especial poderá revelar-se como um fator negativo à concretização das atividades, uma vez que interrompe as dinâmicas entretanto criadas. É sempre mais difícil integrar um novo elemento a meio do percurso. Os professores bibliotecários, coordenadores do projeto, que se encontram colocados através de concurso externo, não tendo o seu lugar assegurado se, por exemplo, surgir um candidato ao concurso interno, e entrar em funções a meio do desenvolvimento de um projeto quebra as dinâmicas entretanto criadas.

Conclusões e recomendações

Numa altura em que o conceito de inclusão está cada vez mais enraizado no seio da comunidade educativa, embora assente, por vezes, em discurso contraditório, pensamos ser de todo pertinente abordar este conceito associado às bibliotecas escolares, refletindo sobre as práticas implementadas, divulgando atividades e metodologias, abrindo caminho a uma efetiva inclusão de um serviço que consideramos ser central no desenvolvimento integral dos alunos, a biblioteca escolar.

Tendo em conta as limitações do presente estudo, as conclusões aqui apresentadas deverão ser encaradas como um contributo para o estudo de uma realidade muito mais vasta. Assim, os dados aqui expostos, não constituindo uma realidade alargada, no que se refere às práticas inclusivas implementadas nas diversas bibliotecas escolares integradas na RBE, poderão direcionar os responsáveis pelas mesmas na adoção de medidas, que dentro da realidade de cada biblioteca/escola, possam conduzir a uma mudança no sentido de as tornar mais inclusivas. No entanto, não podemos deixar de destacar o facto de que nunca foi nossa pretensão, em momento algum, ditar normas, mas apontar caminhos. E esses caminhos que se procuram, como refere Manuela Micaelo (2013), são a essência do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”.

Assim, poderemos concluir que, respondendo à pergunta de partida, as estratégias promotoras de uma biblioteca inclusiva assentam, sobretudo, no trabalho colaborativo entre a equipa da biblioteca escolar e os restantes professores, com destaque para os professores de educação especial. De facto, não é por acaso que as orientações da RBE apontam o trabalho colaborativo como sendo um ponto crítico de sucesso.

Ao longo deste estudo aferimos também a importância das acessibilidades à biblioteca escolar. Após terem sido efetuadas algumas alterações nas condições de acesso à biblioteca escolar, constatamos a satisfação dos alunos, traduzida no aumento da frequência de visitas à biblioteca escolar. Relativamente ao horário da biblioteca escolar, não foi possível retirar conclusões, uma vez que o horário de funcionamento da mesma coincide com o horário letivo. No entanto,

desta forma, podemos constatar que não condicionamos a programação das atividades que, em contexto letivo ou fora deste, os professores queiram efetuar, usando os recursos e/ou o espaço da biblioteca escolar.

Por outro lado, o horário do professor bibliotecário, e do grupo de professores e auxiliares de educação que prestam serviço de apoio à biblioteca escolar, tem uma importância acrescida, na medida em que algumas das atividades são feitas com o apoio destes em articulação com outros docentes. Assim, no caso concreto em estudo, os professores bibliotecários adaptam o seu horário semanal, consoante as atividades propostas. Este aspeto é aquele que poderá gerar mais constrangimentos, pois na generalidade, os docentes estão habituados a cumprir um horário semanal rígido, sem alterações, ao longo do ano.

No que diz respeito aos recursos documentais e tecnológicos, sem dúvida que estes são um dos suportes à implementação de uma biblioteca inclusiva. A identificação destes, ao longo do nosso estudo, embora não tendo sido feita de forma exaustiva, dá uma ideia da enorme quantidade de recursos disponíveis, muitos dos quais partilhados através de redes colaborativas, criadas, por exemplos, pela RBE com o projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, ou pela própria biblioteca escolar através do da WEB. Pensamos mesmo que a maior dificuldade, no que diz respeito aos recursos documentais e tecnológicos disponíveis, será a seleção dos mais adequados ao contexto de cada escola, tendo em conta as características dos alunos com NEE, a par do investimento financeiro em recursos mais específicos, como é o caso do *software* e *hardware* de apoio à leitura para alunos com NEE, em particular alunos cegos.

No entanto, é possível recorrer hoje em dia a *software* livre e candidatar a biblioteca/escola a financiamento através de projetos e concursos diversos, como foi o caso do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”, da RBE, do projeto “Ciência na Escola”, da Fundação Ilídio Pinho e também através da Fundação Calouste Gulbenkian, no apoio a projetos para alunos com necessidades educativas especiais.

A caracterização do trabalho colaborativo entre os diferentes intervenientes foi outro dos objetivos que orientou o nosso estudo. A colaboração entre a equipa da biblioteca escolar, os professores de português e os professores de educação

especial, no que diz respeito a projetos de leitura inclusiva, foi uma característica fundamental em todo o processo. Esta colaboração estendeu-se a outros campos, como por exemplo em ações de formação, no apoio ao nível das tecnologias de informação e comunicação e na participação conjunta em outros projetos, como é o caso do já referido projeto “Ciência na Escola”, da Fundação Ilídio Pinho. Ainda no âmbito da colaboração com os professores de educação especial, regista-se o trabalho colaborativo com o CRTIC de Viana do Castelo.

O benefício da colaboração entre o professor bibliotecário e os docentes de educação especial reveste-se de primordial importância, uma vez que, face há pouca formação na área de educação especial dos professores bibliotecários, é de todo pertinente recorrer aos conhecimentos e experiência dos docentes que trabalham mais diretamente com os alunos com NEE. Por outro lado, o trabalho desenvolvido por estes dois profissionais é idêntico, na medida em que ambos prestam apoio aos professores curriculares, adotando metodologias de trabalho que são do conhecimento de ambos. É pois importante que estes professores possam partilhar conhecimentos específicos das suas áreas de intervenção, debatendo quais as melhores opções a tomar, com vista a prestar um serviço de qualidade aos alunos com NEE, com a finalidade de promover a aprendizagem e possibilitando uma interação destes com os seus pares. São também os docentes de educação especial quem melhor pode transmitir o *feedback* dos alunos com NEE sobre as diferentes ações/atividades realizadas, permitindo uma melhoria na implementação das mesmas.

As atividades e recursos foram sendo divulgados através dos meios de comunicação institucionais do agrupamento de escola, via email, nas redes sociais, mas também através da participação do professor bibliotecário em reuniões formais e informais, ou abordando os professores pessoalmente. As redes sociais serviram também para fazer chegar à comunidade educativa algumas das iniciativas. A presença da coordenadora das Bibliotecas Escolares no Conselho Pedagógico é importante, assumindo um papel mais ativo junto dos seus pares, podendo transmitir, com regularidade, informações sobre as atividades/recursos da biblioteca.

Por outro lado, a participação em encontros de professores e ações de

formação, permitiram levar a experiência adquirida para fora do agrupamento, como é exemplo a participação no Festival Literário Internacional de Óbidos, no Folio Educa 2015 e nos encontros regionais e nacionais do projeto “Todos Juntos Podemos Ler”. Também além-fronteiras foi possível divulgar algumas das atividades, através da contribuição na formação *online* para administradores TIC, promovida pela *European Schoolnet Academy*, com o vídeo “Solução baixo custo para alunos com baixa visão”, que surgiu da colaboração com o CRTIC de Viana do Castelo.

Desde a primeira hora que a direção do agrupamento se mostrou recetiva e empenhada no apoio às atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar no âmbito da inclusão. A presença, e participação, dos membros da direção do agrupamento, nomeadamente da Diretora, em algumas das atividades desenvolvidas foram constantes. Apesar das dificuldades financeiras no apoio a algumas atividades, sempre que possível esse apoio foi surgindo, embora de forma muito ténue. O facto do Agrupamento de Escolas possuir duas unidades de apoio à multideficiência e de ser uma escola de referência para alunos cegos e de baixa visão contribui também para o envolvimento do órgão de gestão.

Reiterando o que outras investigações já sugeriram (Oliveira, 2011 e Pires, 2013), consideramos pertinente que surjam mais estudos semelhantes no futuro, de preferência com amostras mais alargadas, de forma a cobrir uma parte significativa das bibliotecas escolares espalhadas pelo país, alargando o campo investigativo, nomeadamente no que diz respeito à formação, académica e contínua, dos professores bibliotecários na área da educação especial.

Referências bibliográficas

- ANDISSAC, Marie-Noëlle (2014). *Des bibliothèques accessibles et inclusives : quelques exemples de bonnes pratiques en France*. Paper presented at: IFLA WLIC 2014 – Lyon - Libraries, Citizens, Societies: Confluence for Knowledge in Session 70 - Library Services to Persons with Special Needs. In: IFLA WLIC 2014, 16-22 August 2014, Lyon, France. [Online]; acedido em 20.setembro.2014, <http://library.ifla.org/id/eprint/965>
- BALEIRO (2008). “*Mudam-se os tempos, mudam as necessidades...*”, in newsletter RBE N.º 3, Outubro 2008). [Online]; acedido em 15.abril.2014, <http://www.rbe.mec.pt/newsletter/np4/71>
- BASTOS, Glória (2009). *Diálogos entre a ciência da informação e as ciências da educação [Em linha]: o caso da investigação em bibliotecas escolares*. In Borges, Maria Manuel; Sanz Casado, Elias - “*A ciência da informação criadora de conhecimento*”. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra. Vol. 2, p. 315-323 acedido em 20.setembro.2014: <http://hdl.handle.net/10400.2/3067>
- BASTOS, Glória (2014). *Promoting inclusion in school libraries* [CD-Rom]. Papers from the 43rd Annual Conference of the International Association of School Librarianship (IASL). Moscow, Russia, August 25 – 30.
- BASTOS, Glória. (2006). *Investigar sobre Bibliotecas Escolares: problemas, prioridades, campos de estudo, in Seminário “Bibliotecas escolares: Investigar e desenvolver”, F. C. Gulbenkian, 24 de Fevereiro*. Disponível em: <http://theka.activamente.eu/plataforma/course/view.php?id=23> acedido em 20.setembro.2014.
- BOGDAN, R.; Biklen, S.(1994). *Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, Lda.
- CAPUCHA, Luís (Coord.) (2008). *Educação Especial: Manual de Apoio à Prática*. Mem Martins: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

- CARDOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel; CELORICO, Jacinto Antunes. (2010). *Revisão da literatura e sistematização do conhecimento*. Coleção Nova CIDInE 3. Porto: Porto Editora.
- CARMO, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem* (2ª edição). Lisboa: Universidade Aberta.
- CARNEIRO, R. (1991). *Guia de leitura do Decreto de Lei n.º 319/91*. Biblioteca de Apoio à Reforma do Sistema Educativo. Lisboa: Ministério da Educação.
- Conselho Nacional de Educação (2014) - *Recomendação n.º 1/2014 Políticas Públicas de Educação Especial*, Diário da República, 2.ª série — N.º 118 — 23 de junho de 2014, [Online]; acedido em 20.setembro.2014, http://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_DR_1.pdf
- CORREIA, F. J. A. (1998). *A integração de crianças portadoras de deficiência visual nas escolas do 2.º e 3.º ciclos*. Revista Integrar. (16: pp. 40 – 49). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- CORREIA, L. M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais na Classe Regular*. Porto: Porto Editora.
- CORREIA, L. M. (2003). *Educação Especial e Inclusão*. Porto. Coleção Educação Especial: Porto Editora.
- CORREIA, L. M. (2008). *A Palavra a ... Luís Miranda Correia - Educação especial: aspetos positivos e negativos do Decreto-Lei n.º 3/2008*, in Educare.pt <http://www.educare.pt/testemunhos/artigo/ver/?id=12542&langid=1>
- CORREIA, L. M. (2008a). *A Escola Contemporânea e a Inclusão de Alunos com NEE. Considerações para uma Escola com Sucesso*. 1ª Edição. Porto: Porto Editora.
- CORREIA, L. M. (2008b). *Dislexia: o elevado preço da falta de ajuda*. In Educare.pt. [Online]; acedido em 10.março.2015, <http://www.educare.pt/testemunhos/artigo/ver/?id=12559&langid=1>
- CORREIA, L. M. (2008c). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais – um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.

- CORREIA, L. M. (2010) - *Aflige-me que ninguém se tenha pronunciado de forma indelével sobre a falta de rigor científico no Decreto-Lei 3/2008*, in educare.pt
<http://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=14156&langid=1>
- CORREIA, L. M. (2014) - *Educação Especial: o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro*, in IPODINE <http://ipodine.pt/educacao-especial-o-decreto-lei-32008-de-7-de-janeiro/>
- CORREIA, L. M. (Coord.) (2003). *Educação Especial e Inclusiva: Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora.
- COSTA, H. B. & Paixão, M. F. (2004) *Investigar na e sobre a Acção através de Diários de Formação*, in L. Oliveira, A. Pereira & R. Santiago (orgs.) *Investigação em Educação*. Porto: Porto Editora.
- COSTA, Maria Amélia Dias da. (2011). *O cumprimento das directrizes da IFLA/UNESCO nas Bibliotecas Escolares do Concelho de Braga: estudo de caso*. [Online]; acedido em 11.maio.2015,
<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8528>
- COUTINHO, Clara Pereira, et al. (2009) *Investigação-acção : metodologia preferencial nas práticas educativas*, in "Revista Psicologia, Educação e Cultura." ISSN 0874-2391. 13:2 (Dez. 2009) 355-379. [Online]; acedido em 20.setembro.2014,
<http://hdl.handle.net/1822/10148>
- FARMER, Lesley (2009). *School Library Media Specialist Collaboration with Special Education Personnel in Support of Student Learning. Evidence Based Library and Information Practice*, 4:2, 37-55. [Online]; acedido em 20.setembro.2014
<http://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/EBLIP/article/view/4583/5316>
- FLORIAN, L. (1998). *Prática Inclusiva: O quê, Porquê e Como?*. In TILSTONE, C. et al (1998). *Promover a Educação Inclusiva*. (pp. 33 – 49). Coleção Horizontes Pedagógicos. Piaget. Lisboa: Instituto Piaget.
- GUERREIRO, A. D. (2000). *A biblioteca na interacção intelectossocial de todos os cidadãos: algumas reflexões para a tornar inclusiva*. *Biblioteca: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, 5-6, 132-140.

- HILL, Renee F.(2012) *Strengths and Opportunities: School Librarians Serving Students with Special Needs in Central New York State*. School Library Research Vol. 15 (2012). [Online]; acedido em 20.setembro.2014, http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol15/SLR_StrengthsandOpportunities_V15.pdf
- IFLA/UNESCO (1999). *School Library Manifesto* [Online]; acedido em 11.janeiro.2014, <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>
- IFLA/UNESCO (2002). *SCHOOL LIBRARY GUIDELINES* . [Online]; acedido em 20.março.2014, <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/school-guidelines.htm>
- IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência (2015). *Relatório Agrupamento de Escolas de Abelheira VIANA DO CASTELO*. Área Territorial de Inspeção do Norte. De 27 de Maio de 2015
- LEITE, T. e MADUREIRA, I. (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MARTÍNEZ CALVO, Francisco Javier (2014) *The role of libraries in the implementation of the Marrakesh Treaty for persons with a print disability*. Paper presented at: IFLA WLIC 2014 – Lyon - Libraries, Citizens, Societies: Confluence for Knowledge in Session 70 - Library Services to Persons with Special Needs. In: IFLA WLIC 2014, 16-22 August 2014, Lyon, France. [Online]; acedido em 20.setembro.2014, <http://library.ifla.org/id/eprint/913>
- MÁXIMO-ESTEVEVES, L. (2008) *Visão Panorâmica da Investigação-Acção*. Porto: Porto Editora.
- MICAELO, Manuela (2013). *Bibliotecas inclusivas ou em busca do Gato de Cheshire*, Newsletter RBE, número 8, junho de 2013, pag. 16 [Online]; acedido em 15.abril.2014, http://www.rbe.mec.pt/np4/np4/?newsId=942&fileName=newsletter8_rbe.pdf
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1991). *Decreto de Lei n.º 319/91*. Lisboa, 23 de Agosto.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Avaliação e intervenção na área das NEE*. Lisboa: Edição Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2006). *Despacho nº 12591/2006*. Lisboa, 16 de Junho.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2008). *Decreto de Lei n.º 3/2008*. Lisboa, 7 de Janeiro.
- MONTEIRO, Gisele Camargo (2008) - *A Biblioteca escolar na educação inclusiva: Uma parceria necessária*. Universidade Federal Fluminense, Niterói. [Online]; acessado em 11.janeiro.2014
http://rabci.org/rabci/sites/default/files/A_BIBLIOTECA_ESCOLAR_NA_EDUCACAO_INCLUSIVA_UMA_PARCERIA_NECESSARIA.pdf
- MORGADO, J. (2003). *Os desafios da educação inclusiva: fazer as coisas certas ou fazer certas coisas*. In CORREIA, L. M. (Org.) (2000). *Diversidade e diferenciação pedagógica*. Lisboa: AFIRSE.
- MURRAY, Janet (2000) *School libraries and special education: an evaluation*, The Australian Library Journal, 49:4, 357-362, [Online]; acessado em 20.março.2014 <http://dx.doi.org/10.1080/00049670.2000.10755931>
- OLIVEIRA, António José Alves (2010) - *O papel da biblioteca escolar na promoção de competências de leitura em alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente*. Castelo Branco: IPCB, Escola Superior de Educação. 255 f. Dissertação de Mestrado. [Online]; acessado em 15.maio.2014,
<http://hdl.handle.net/10400.11/512>
- OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno; ALVES, Márcia Valéria; MAIA, Maria Aniolly Queiroz (2013) - *A função social do profissional da informação numa biblioteca inclusiva*. Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – FEBAB. v. 25 (2013): XXV CBBB, Florianópolis – SC [Online]; acessado em 20.fevereiro.2014
<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1600>
- OLIVEIRA, Maria Eduarda Ferreira Faustino de (2011) - *O contributo da biblioteca escolar para o desenvolvimento e sucesso educativo das crianças com necessidades educativas*. Repositório Aberto da Universidade Aberta. [Online]; acessado em 19.janeiro.2014,
<http://hdl.handle.net/10400.2/1762>
- PACHECO, J. (1995) *O Pensamento e a Acção do Professor*. Porto: Porto Editora.

- PERRAULT, Anne Marie. *Reaching All Learners: Understanding and Leveraging Points of Intersection for School Librarians and Special Education Teachers. School Library Media Research* Vol. 14 (2011). [Online]; acedido em 15.maio.2014, http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol14/SLR_ReachingAllLearners_V14.pdf
- PIRES, Hermínia de Fátima Morais Almeida (2013) - *O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva*. ReCiL - Repositório Científico Lusófona [Online]; acedido em 09.janeiro.2014, <http://hdl.handle.net/10437/4028>
- QUIVY, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RBE - Rede de Bibliotecas Escolares (2013). *Programa Rede de Bibliotecas Escolares. Quadro estratégico: 2014-2020*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares - Ministério da Educação.
- RBE - Rede de Bibliotecas Escolares (2011). *Gestão da coleção - Política de gestão da coleção - Linhas orientadoras para a política de constituição e desenvolvimento da coleção*. Rede de Bibliotecas Escolares - Ministério da Educação. Lisboa.
- RBE - Rede de Bibliotecas Escolares (2010). *PROJETO TODOS JUNTOS PODEMOS LER*. [Online]; acedido em 09.janeiro.2014, http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/251/todos_juntos_podemos_ler.pdf
- Relatório da Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial, [Online]; acedido em 20.setembro.2014, www.european-agency.org
- RIBEIRO, Alice; LEITE, João (2002). *Contributos para um conceito de "Biblioteca Inclusiva"*. Integrar. Lisboa. – N.º 19, p.50-56. [Online]; acedido em 10.maio.2014 <http://hdl.handle.net/10216/18473>
- RIBEIRO, Daniela Filipa Monteiro (2011). *Práticas e hábitos de leitura dos alunos com necessidades educativas especiais e acesso ao livro*. Dissertação de mestrado integrado em Psicologia (área de especialização em Psicologia Escolar e da Educação) [Online]; acedido em 10.maio.2014, <http://hdl.handle.net/1822/17862>

- RODRIGUES, D. (2006). *Dez ideias (mal) feitas sobre Educação Inclusiva*. In RODRIGUES, D. (ed.), *Educação Inclusiva. Estamos a Fazer Progressos?* (pp.79-87). Lisboa: FMH Edições.
- RODRIGUES, Luzia Lima (Coord.) (2007.) *Percursos de Educação Inclusiva em Portugal: dez estudos de caso*. Cruz Quebrada: Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, FMH.
- SANCHES, I. (2004). *Compreender Agir Mudar Incluir. Da Investigação-acção à Educação Inclusiva*. Revista Lusófona de Educação, 5, pp. 127- 142.
- SANCHES, Isabel e TEODORO, António (2006). *Da Integração à Inclusão Escolar: cruzando perspectivas e conceitos*. Revista Lusófona de Educação, n.º 8 (pp. 68 – 83), [Online]; acedido em 20.setembro.2014, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf>.
- SANCHES, R. (1996). *Necessidades Educativas Especiais e apoios e complementos no quotidiano do professor*. Porto, Porto Editora.
- SILVEIRA, J.G. (2006). *Biblioteca inclusiva? Repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. [Online]; acedido em 15.abril.2014 <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>
- SOUSA, A. B. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TRESSINO, Camila Schoffen; MORO, Eliane Lourdes da Silva (2013). *Da exclusão e sofrimento à inclusão social e leitura: a Biblioteca de São Paulo como referência de biblioteca inclusiva no Brasil*. Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – FEBAB. v. 25 (2013): XXV CBBB, Florianópolis – SC [Online]; acedido em 12.fevereiro.2014 <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1393>
- UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca*. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca. [Online]; acedido em 29.agosto.2014, http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf

WILLIAMS, P. & Nicholas, D. (2006). *Testing the usability of information technology applications with learners with special educational needs (SEN)*. Journal of Research in Special Educational Needs, 6: 31–41. doi: 10.1111/j.1471-3802.2006.00057. [Online]; acedido em 20.abril.2014 <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-3802.2006.00057.x/abstract;jsessionid=D211437D2046A7C04489A3489231EC4A.f01t02?deniedAccessCustomisedMessage=&userIsAuthenticated=false>

WILLIAMS, P. (2005). *Using information and communication technology with special educational needs students: The views of frontline professionals*, Aslib Proceedings, Vol. 57 Iss: 6, pp.539 – 553 [Online]; acedido em 15.abril.2014, <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00012530510634262>

Anexos

Anexo I

Inquérito por questionário realizado aos professores de Educação especial, dos grupos 910 e 930, em funções no agrupamento

Inquérito por questionário realizado aos professores de Educação especial, dos grupos 910 e 930, em funções no agrupamento

O presente inquérito destina-se à recolha de informação no âmbito de um estudo para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, na Universidade Aberta, cujo objetivo geral é conhecer o contributo da Biblioteca Escolar para a promoção da escola inclusiva e a implementação do projeto "Todos juntos podemos ler".

O questionário é anónimo e garante-se a rigorosa confidencialidade dos dados que se destinam exclusivamente ao estudo em curso. A sua aplicação está devidamente autorizada.

O seu contributo é muito importante, pelo que agradeço desde já a sua colaboração.

Muito obrigado, Rui Carvalho.

Maio de 2014

*Obrigatório

Dados Socioprofissionais

1. 1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 21 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 mais de 50 anos

2. 1.1 Género *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

3. 2. Formação académica *

Marcar apenas uma oval.

- Bacharelato
 Licenciatura
 Pós-graduação
 Mestrado
 Doutoramento

4. 2.1. Área(s) de formação *

5. 3. Nível/níveis de Ensino em que leciona *

Pode assinalar mais que uma opção

Marcar tudo o que for aplicável.

- Jardim de Infância
- 1.º Ciclo
- 2.º Ciclo
- 3.º Ciclo
- Secundário

6. 4. Tempo de serviço *

Marcar apenas uma oval.

- Até 2 anos
- de 3 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- de 21 a 25 anos
- mais de 25 anos

7. 4.1 Tempo de serviço neste agrupamento *

Marcar apenas uma oval.

- Até 2 anos
- de 3 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- de 21 a 25 anos
- mais de 25 anos

8. 5. Situação profissional *

Marcar apenas uma oval.

- Quadro de Agrupamento/Escola
- Quadro de Zona Pedagógica
- Contratado

9. 6. Função que exerce neste agrupamento *

Marcar apenas uma oval.

- Professor curricular
- Professor de Educação Especial
- Diretor de Agrupamento

10. 6.1. Outras funções no âmbito da docência

Pode assinalar mais que uma opção

Marcar tudo o que for aplicável.

- Professor Bibliotecário
- Membro da direção do agrupamento
- Coordenador de escola
- Coordenador de departamento
- Diretor de turma
- Representante de área disciplinar
- Coordenador/membro do CRTIC

Condições de acesso à biblioteca escolar**11. 7. Como classifica as acessibilidades e condições de acesso à biblioteca, tendo em conta as características dos alunos com necessidades educativas especiais do agrupamento? ***

Utilize a seguinte escala: 5-Totalmente satisfatório; 4-Muito satisfatório; 3-Satisfatório; 2-pouco satisfatório; 1-Nada satisfatório

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Acessibilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Localização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horário de funcionamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de acomodação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições específicas para alunos com NEE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Área e organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Recursos materiais disponibilizados pela biblioteca escolar**12. 8. Como classifica os recursos existentes na biblioteca escolar, para o desenvolvimento de práticas de inclusão? ***

Utilize a seguinte escala: 5-Totalmente satisfatório; 4-Muito satisfatório; 3-Satisfatório; 2-pouco satisfatório; 1-Nada satisfatório

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Número de equipamentos tecnológicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atualização dos equipamentos tecnológicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação da documentação ao trabalho pedagógico com os alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização de recursos para o trabalho com alunos com NEE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar para a inclusão da diversidade de alunos

13. 9. Que tipo e com que frequências são desenvolvidos atividades/projetos pela biblioteca escolar para promover a participação de todos os alunos? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sempre	Muitas vezes	Regularmente	Raramente	Nunca
Atividades de integração dos novos alunos, dando-lhes a conhecer o espaço e os recursos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades de promoção de leitura (encontro com escritores/ilustradores, semana da leitura, celebração de datas mais significativas...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eventos culturais, exposições temáticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Articulação com os docentes

14. 10. No âmbito das suas funções na escola/agrupamento já articulou alguma atividade com a equipa da biblioteca escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não *Passe para a pergunta 17.*

Articulação com os docentes 2

15. 10.1. Em média, com que frequência articulou as atividades? *

Marcar apenas uma oval.

- uma vez por período
 duas vezes por período
 mais de duas vezes por período

16. 10.2. Com que frequência e em que atividades propostas/articuladas com a biblioteca escolar já participou? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sempre	Regularmente	Nunca
Sessões de formação de utilizadores para o uso da Biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produção de materiais de apoio à realização de atividades da biblioteca/sala de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades decorrentes do projeto "Todos Juntos Podemos Ler"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eventos culturais, exposições temáticas, celebração de datas, dramatizações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Divulgação dos recursos e atividades

17. 11. Como classifica a sua informação sobre os recursos da biblioteca escolar? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
totalmente satisfatório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	nada satisfatório

18. 12. Como classifica a sua informação das atividades/projetos da biblioteca escolar? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
totalmente satisfatório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	nada satisfatório

19. 13. Através de que meios obtém informação sobre os recursos e atividades da biblioteca escolar? *

Pode assinalar mais que uma opção

Marcar tudo o que for aplicável.

- Reuniões de departamento
- Reuniões de grupo disciplinar
- Placar informativo na sala de professores
- Boletim/jornal da biblioteca escolar
- Através da WEB (Página da Escola, Página/Blog da Biblioteca, Newsletter, e-mail)
- Outros ...

20. 13.1. Se assinalou "Outros...", indique qual ou quais.

Contributo da biblioteca escolar para a aprendizagem e o desenvolvimento de competências

21. 14. Avalie o contributo da biblioteca escolar para a aprendizagem e o desenvolvimento de competências dos alunos com necessidades educativas especiais *

Marcar apenas uma oval por linha.

	totalmente satisfatório	muito satisfatório	satisfatório	pouco satisfatório	nada satisfatório
Uso autónomo dos serviços e recursos da biblioteca escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Leitura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TIC	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Literacia da informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diferentes áreas curriculares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. 15. Avalie o trabalho da equipa da biblioteca para a promoção da escola inclusiva *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
totalmente satisfatório	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	nada satisfatório

23. 16. Complete a seguinte frase *

Usaria mais a biblioteca se ...

24. 17. Caso queira acrescentar algo sobre o funcionamento da biblioteca escolar ou sobre algum aspeto não abordado no questionário, poderá fazê-lo no espaço seguinte.

Anexo II

Guião da Entrevista à Coordenadora das Bibliotecas Escolares do
Agrupamento

Guião da Entrevista à Coordenadora das Bibliotecas Escolares do Agrupamento

i. Contextualização da entrevista.

A presente entrevista destina-se à recolha de informação no âmbito de um estudo para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, na Universidade Aberta, cujo objetivo geral é conhecer o contributo da Biblioteca Escolar para a promoção da escola inclusiva e a implementação do projeto "Todos juntos podemos ler".

O seu contributo é muito importante, pelo que agradeço desde já a sua colaboração.

ii. Caracterização pessoal e profissional.

1. Há quantos anos é professora Bibliotecária?

iii. Formação especializada ou contínua na área das bibliotecas escolares.

2. Que formação possui na área das bibliotecas Escolares?

iv. Formação especializada ou contínua na área das bibliotecas escolares.

3. Possui alguma formação ao nível da educação especial? Na formação inicial, formação contínua ou pós-graduada?
4. Pensa que seria importante ter essa formação (educação especial) enquanto professor bibliotecário? Alguma vez sentiu essa necessidade?
5. Efetuou formação após ou antes a implementação do projeto?
6. Essa formação foi considerada para efeitos de concurso de professores bibliotecários?

v. Projeto Todos Juntos Podemos Ler”.

7. Como professora bibliotecária, coordenadora das bibliotecas escolares do agrupamento, qual a importância da implementação do projeto Todos Juntos Podemos Ler na construção de uma biblioteca escolar inclusiva?
8. Participou nos encontros regionais do projeto TJPL. O que pensa sobre esses encontros?
9. O que destaca no apoio concedido pela RBE e Fundação PT no âmbito do projeto “TJPL”?

10. Considera que sem esse apoio seria difícil implementar uma biblioteca escolar inclusiva?

vi. Trabalho colaborativo com os vários docentes e órgãos de gestão do agrupamento e entidades externas.

11. Como caracteriza o trabalho entre os professores de educação especial e a equipa da biblioteca, no sentido de tornar a biblioteca mais inclusiva?

12. Esse tipo de colaboração é extensível aos restantes professores curriculares?

13. (se a resposta for negativa ou parcial) - Porquê apenas alguns?

14. (efetuar a pergunta se for efetuada a anterior) - Existem grupos disciplinares que se destacam nas atividades?

15. Sente que a direção do agrupamento está atenta e comprometida com o projeto, apoiando as iniciativas da BE?

16. Existe algum apoio, ou colaboração, por parte de entidades externas à escola? Como se manifesta esse apoio?

vii. Atividade inclusiva que mais impacto produziu e impacto nos alunos com NEE.

17. Refletindo sobre as atividades inclusivas realizadas, qual gostaria de destacar e porquê?

18. Ao tornar a biblioteca escolar mais inclusiva, através dos serviços prestados aos alunos com NEE, através das modificações operadas ao nível da sinalética e do espaço, na aquisição de fundo documental adaptado e meios auxiliares de leitura, como caracteriza o impacto que essas alterações tiveram nos alunos com NEE?

19. O que gostaria de fazer e ainda não fez no sentido de tornar a BE mais inclusiva?

Anexo III

Transcrição da Entrevista à Coordenadora das Bibliotecas Escolares
do Agrupamento

Transcrição da Entrevista à Coordenadora das Bibliotecas Escolares do Agrupamento

A presente entrevista destina-se à recolha de informação no âmbito de um estudo para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, na Universidade Aberta, cujo objetivo geral é conhecer o contributo da Biblioteca Escolar para a promoção da escola inclusiva e a implementação do projeto "Todos juntos podemos ler".

O seu contributo é muito importante, pelo que agradeço desde já a sua colaboração.

Pergunta (P) Há quantos anos é professora Bibliotecária?

R. Resposta (R) Pertenci durante 4 anos à equipa da biblioteca escolar e exerci o cargo de professora bibliotecária durante 4 anos.

P. Que formação possui na área das bibliotecas Escolares?

R. Tenho um curso de Especialização em Ciências da Informação - Biblioteconomia e Documentação

Ao longo dos anos tenho realizado várias ações de formação contínua na área das bibliotecas escolares, onde se inclui encontros de bibliotecas escolares.

P. Possui alguma formação ao nível da educação especial? Na formação inicial, formação contínua ou pós-graduada?

R. Para além de uma formação contínua ligada a jovens com deficiência visual, participei também em alguns encontros de bibliotecas escolares que se debruçaram sobre esta temática e nos encontros do projeto Todos Juntos Podemos Ler.

P. Pensa que seria importante ter essa formação (educação especial) enquanto professor bibliotecário? Alguma vez sentiu essa necessidade?

R. Penso que é fundamental ter formação nessa área, pois a mesma é indispensável para a concretização da Biblioteca Inclusiva. Essa formação deveria ser realizada durante a implementação do Projeto. Atualmente a RBE já tem essa formação, mas a mesma é centralizada em alguns locais. No norte foi no Porto, com um cronograma um pouco incompatível para quem mora a 70 km e ter de se deslocar durante muito dias.

Sinto que é necessidade, enquanto professora bibliotecária, ter mais formação no âmbito da educação especial e das necessidades diversas e específicas de todos os alunos, sem exceção, para dar cumprimento à missão das BE prevista no Manifesto da UNESCO.

P. Efetuou formação após ou antes a implementação do projeto?

R. Sim, após o início do projeto senti necessidade, sobretudo porque a escola tem alunos cegos e com baixa visão, é uma escola de referência para este tipo de alunos, por isso frequentei a ação de formação "A prática letiva ligada a crianças e jovens com deficiência visual: orientações pedagógicas e intervenção de professores". Esta formação foi importante porque me permitiu compreender melhor a problemática da cegueira e da baixa visão, diversos aspetos ligados ao

braille e à forma como lidamos com os alunos portadores desta deficiência. Isto também permitiu implementar algumas alterações na biblioteca, ao nível da sinalética e do fundo documental em Braille para dar resposta a estes alunos.

P. Essa formação foi considerada para efeitos de concurso de professores bibliotecários?

R. Foi solicitada à RBE mas não foi considerada.

P. Como professora bibliotecária, coordenadora das bibliotecas escolares do agrupamento, qual a importância da implementação do projeto Todos Juntos Podemos Ler na construção de uma biblioteca escolar inclusiva?

R. O projeto permitiu o cumprimento da Missão das BE, disponibilizando serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitiu a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação.

P. Participou nos encontros regionais do projeto TJPL. O que pensa sobre esses encontros?

R. São importantes, pois permite uma troca de experiências entre as escolas envolvidas. As apresentações que alguns agrupamentos efetuam, permite a troca de ideias, das dificuldades encontradas, o que fizeram para as ultrapassar. A apresentação de alguns materiais é também outro contributo que retiramos destes encontros. Por outro lado sentimos que a equipa da RBE ligada a este projeto está comprometida com o mesmo, é uma forma de proximidade, de descentralização.

P. O que destaca no apoio concedido pela RBE e Fundação PT no âmbito do projeto “TJPL”?

R. Em relação à RBE, foi fundamental o apoio monetário, que permitiu adquirir equipamento e fundo documental adaptado. A Fundação PT ofereceu um portátil com um software de leitura de ecrã, que de outra forma a escola não teria possibilidade de adquirir.

P. Considera que sem esse apoio seria difícil implementar uma biblioteca escolar inclusiva?

R. Com os meios que tínhamos - impossível!

P. Como caracteriza o trabalho entre os professores de educação especial e a equipa da biblioteca, no sentido de tornar a biblioteca mais inclusiva?

R. É um verdadeiro trabalho colaborativo focado no melhor interesse dos alunos com NEE.

P. Esse tipo de colaboração é extensível aos restantes professores curriculares?

R. Apenas a alguns.

P. Porquê apenas alguns?

R. Os que não colaboram talvez porque em contexto de sala de aula também não têm alunos com NEE, logo não estão tão sensibilizados para o tema, e que infelizmente representam a grande maioria. Os que não são da educação especial, mas que colaboram com a BE, já o faziam anteriormente e não é difícil contar com a colaboração deles em novas atividades.

P. Existem grupos disciplinares que se destacam nas atividades?

R. Sim. Português, talvez porque também é um grupo que já colaborava em diversas atividades, nomeadamente na promoção do livro e da leitura.

P. Sente que a direção do agrupamento está atenta e comprometida com o projeto, apoiando as iniciativas da BE?

R. Embora presente em algumas das atividades, o apoio nunca foi traduzido nem no desenvolvimento das mesmas nem em apoio mais efetivo, através, por exemplo, da disponibilização de verba para a BE.

P. Existe algum apoio, ou colaboração, por parte de entidades externas à escola? Como se manifesta esse apoio?

R. Sim, a biblioteca municipal, principalmente através do serviço de leitura especial, tem apoiado as iniciativas, ao nível do fundo documental adaptado, no empréstimo e na execução do mesmo. É uma mais-valia.

P. Refletindo sobre as atividades inclusivas realizadas, qual gostaria de destacar e porquê?

R. É difícil destacar só uma, mas já que tem de ser só uma, destaco as “leituras partilhadas”. Porque é uma atividade que envolve a colaboração de vários professores, a realização de diversos materiais, em vários suportes, por vezes temos também a colaboração da biblioteca municipal, através do serviço de leitura especial e também porque quando é feito no âmbito da vinda de um escritor, sentimos que todos os alunos participam ativamente e o trabalho é reconhecido. Passa para o exterior. É divulgado. É uma atividade verdadeiramente inclusiva.

P. Ao tornar a biblioteca escolar mais inclusiva, através dos serviços prestados aos alunos com NEE, através das modificações operadas ao nível da sinalética e do espaço, na aquisição de fundo documental adaptado e meios auxiliares de leitura, como caracteriza o impacto que essas alterações tiveram nos alunos com NEE?

R. A sinalética foi importante, quer para os alunos de baixa visão quer para alunos daltónicos que passaram a revelar mais autonomia na utilização do espaço. A aquisição de fundo documental específico também despertou maior interesse e motivação para a leitura e para a frequência do espaço da BE. Neste aspeto, queria também acrescentar que foi uma preocupação da equipa da Biblioteca Escolar alterar a política de aquisição e gestão do fundo documental do agrupamento tendo em conta os alunos com necessidade educativas especiais.

P. O que gostaria de fazer e ainda não fez no sentido de tornar a BE mais inclusiva?

R. Aumentar efetivamente o espaço físico da biblioteca, uma vez que uma das salas afetas à biblioteca está atualmente ocupada com atividades letivas normais, devido ao elevado número de turmas no estabelecimento (mais 10 que o ideal). Devido a este constrangimento temos menos espaço, o que dificulta a circulação dos alunos em cadeiras de rodas. Outra coisa que gostaria de fazer era adquirir e-readers e ebooks, em número suficiente para satisfazer as necessidades dos alunos com dislexia, aplicando as diretrizes da IFLA para este tipo de deficiência. Este é um projeto que tentamos implementar mas que devido à falta de financiamento ainda não conseguimos concretizar. Este projeto, apesar de ser direcionado para os alunos com dislexia iria beneficiar toda a comunidade educativa.

Anexo IV

Grelha de registo de observação – Diário de Bordo

Grelha de registo de observação Diário de Bordo

Data	Local	Contexto	Observado	Intervenção	Avaliação
22/1 /2015	Biblioteca Escolar – Escola sede	Utilização da biblioteca escolar por parte dos alunos com NEE - alunos com baixa visão.	Os alunos deslocam-se com relativa facilidade pela biblioteca escolar, no entanto registam-se constrangimentos na leitura da sinalética presente nas prateleiras.	Solicitar junto do professor de educação especial (grupo 930) indicação sobre o tamanho e cor da letra e suporte que deve constar na identificação das prateleiras, de forma a	Foi colocada, a título experimental, novas etiquetas, tendo em conta as indicações dadas pelos professores do grupo 930, referentes aos alunos com baixa visão. Constatou-se, que os alunos demonstraram uma satisfação por conseguirem ler as etiquetas. Procedeu-se à uniformização da restante sinalética.
5/2/2015	Biblioteca Escolar – Escola sede	Observação da interação dos alunos com NEE (baixa visão) com os seus pares na biblioteca escolar	Para efetuarem algumas atividades, os alunos demonstram dificuldades na manipulação da lupa, deslocando-se para junto das janelas.	Após detetarmos estas dificuldades, e em conversa com os professores do grupo 930, concluímos que o ideal seria a existência de uma Lupa TV de carácter permanente no espaço da BE. Essa Lupa TV foi emprestada pelo núcleo de educação especial.	Colocou-se a lupa TV num local da biblioteca que beneficia de luz natural. Os alunos deixaram de utilizar com tanta frequência a lupa de mesa e passaram a acompanhar o ritmo dos colegas da turma.

Anexo V

Implementação da sinalética ColorADD para Daltónicos

Implementação da sinalética ColorADD para Daltónicos



Identificação da Classe 8 na BE da Escola Básica da Abelheira

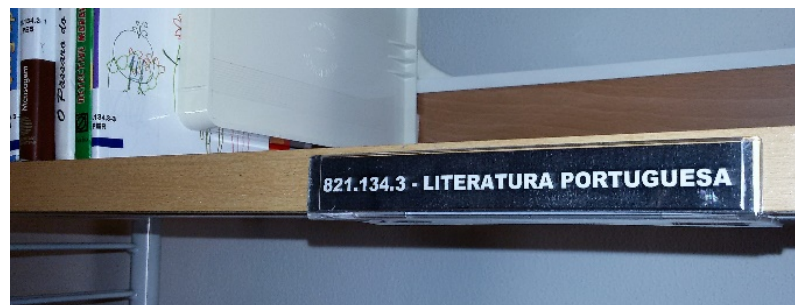


Identificação das Classes 3 e 0 na BE da Escola Básica de Igreja Meadela

Anexo VI

Implementação da sinalética para alunos com baixa visão

Implementação da sinalética para alunos com baixa visão



Identificação nas prateleiras executadas a letra Arial, negrito, tamanho 20 (mínimo) impresso a branco sobre fundo preto.

Anexo VII

Fundo documental adaptado em vários formatos

Fundo documental em vários formatos

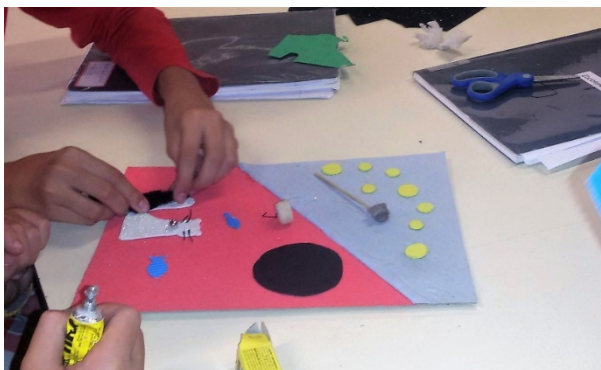


Fundo documental do “Projeto Leitura Para Todos”, iniciativa da biblioteca Municipal de Viana do Castelo

Anexo VIII

Execução de material adaptado em braille, SPC e relevo

Execução, em colaboração com os professores de Educação Especial e professores de Educação Visual e Educação Tecnológica, de material para alunos com NEE – Livros em Braille com capa em relevo e SPC



Proposta para capa em relevo do livro impresso em braille de Raquel Ramos – “Episódios da Vida de um Jovem Gato”



Adaptação do texto para SPC, usando o *software* livre AraWord



Impressão em Braille

Anexo IX

Encontro com escritores, leitura em vários suportes e produtos de apoio na acessibilidade à leitura

Encontro com escritores, com leitura da obra apresentada em vários suportes, e o recurso a produtos de apoio na acessibilidade à leitura.



Leitura de um livro, com recurso a uma Lupa TV por aluno com baixa visão.



Leitura em SPC da adaptação de um livro, com a ajuda do professor de educação especial.



Leitura partilhada, em encontro com escritor, utilizando tecnologias de apoio à leitura



Leitura em Braille por aluna cega.



Leitura em SPC, com projeção, da adaptação de um texto, em encontro com escritor

Anexo X

Partilha de leituras na UAEM

Partilha de leituras na UAEM



Anexo XI

Inventário do fundo documental adaptado e meios técnicos da BE

Inventário do Fundo Documental Adaptado e Meios Técnicos

Dezembro 2015

i) Fundo documental

(a) Braille

1. Tchim e o nascimento... Pim! de Graça Gonçalves
2. A floresta de Sophia de Mello Breyner Andresen
3. Dentes de rato de Agustina Bessa-Luís
4. O gato Malhado e a andorinha Sinhá: Uma história de amor de Jorge Amado
5. O vale dos encantos de Maria Lamas
6. A noite de Natal. de Sophia de Mello Breyner Andresen
7. A menina do mar. de Sophia de Mello Breyner Andresen
8. Gosto de ti. R. de Graça Gonçalves
9. A menina gotinha de água de Papiniano Carlos
10. A malta do 2º C. de Catarina da Fonseca
11. Uma chuvada na careca. de Alexandre Honrado
12. Peter Pan.
13. O gato e o escuro. de Mia Couto
14. Contos de Andersen. de Hans Christian Andersen
15. História de uma gaivota e do gato que a ensinou a voar. de Luís Sepúlveda
16. João e o feijoeiro mágico.
17. Pedro e o lobo.
18. O segredo do rio de Miguel Sousa Tavares
19. O bichinho poeta. de Alice Gomes
20. História de uma menina. de Alice Gomes
21. As histórias da coca-bichinhos. de Alice Gomes
22. A montanha maravilhosa. de Maria Lamas
23. Os melhores contos de Grimm. de Ricardo Albery (Versão portuguesa)
24. A fada Oriana. de Sophia de Mello Breyner Andresen
25. O livro das lendas. de Selma Lagerlöf
26. Aventuras de João Sem Medo. de José Gomes Ferreira
27. Aquela nuvem e outras. de Eugénio de Andrade
28. O livro da avó. de Silva, Luís
29. O meu avô. de Bacelar, Manuela
30. Segredos "Aquela Folha". de Mota, António
31. Tudo ao contrário "O Rapaz magro, a rapariga gorda". de Soares, Luísa Ducla
32. A joaninha vaidosa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
33. O gato e o rato. de Soares, Luísa Ducla

34. Os ovos misteriosos. de Soares, Luísa Ducla; Bacelar, Manuela
35. Todos no sofá. de Soares, Luísa Ducla
36. A adivinha do rei. de Vieira, Alice
37. A galinha medrosa. de Mota, António
38. Corre, corre, cabacinha. de Vieira, Alice
39. O macaco de rabo cortado e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
40. A lenda das sete cidades. de Bradford, Maria; Magalhães, Mariana; Medeiros, Joana
41. Contos para rir – “Os três desejos”. de Soares, Luísa Ducla
42. Os primos e a bruxa cartuxa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
43. Vem aí o Zé das Moscas e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
44. As andanças do senhor fortes. de Mota, António
45. Conhece os teus direitos. de Texto segundo a “Declaração dos direitos da criança
46. O capuchinho cinzento. de Araújo, Matilde Rosa
47. O soldadinho de chumbo. de Andersen, Hans Christian
48. O Segredo do Sol e da Lua (coleção 4 leituras)
49. O Gato Gatão, Poeta de Profissão (coleção 4 leituras)
50. Dom Leão e Dona Catatua (coleção 4 leituras)
51. Um pé de Vento (coleção 4 leituras)
52. O que é que se passa aqui? (coleção 4 leituras)
53. Perdida de Riso (coleção 4 leituras)
54. Uma Noite Caiu Uma Estrela. de Machado, David

(b) Braille com capa em relevo

1. O livro da avó. de Silva, Luís
2. O meu avô. de Bacelar, Manuela
3. Segredos “Aquela Folha”. de Mota, António
4. Tudo ao contrário “O Rapaz magro, a rapariga gorda”. de Soares, Luísa Ducla
5. A joaninha vaidosa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
6. O gato e o rato. de Soares, Luísa Ducla
7. Os ovos misteriosos. de Soares, Luísa Ducla; Bacelar, Manuela
8. Todos no sofá. de Soares, Luísa Ducla
9. A adivinha do rei. de Vieira, Alice
10. A galinha medrosa. de Mota, António
11. Corre, corre, cabacinha. de Vieira, Alice
12. O macaco de rabo cortado e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
13. A lenda das sete cidades. de Bradford, Maria; Magalhães, Mariana; Medeiros, Joana

14. Contos para rir – “Os três desejos”. de Soares, Luísa Ducla
15. Os primos e a bruxa cartuxa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
16. Vem aí o Zé das Moscas e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
17. As andanças do senhor fortes. de Mota, António
18. Conhece os teus direitos. de Texto segundo a “Declaração dos direitos da criança
19. O capuchinho cinzento. de Araújo, Matilde Rosa
20. O soldadinho de chumbo. de Andersen, Hans Christian

(c) SPC

1. O livro da avó. de Silva, Luís
2. O meu avô. de Bacelar, Manuela
3. Segredos “Aquela Folha”. de Mota, António
4. Tudo ao contrário “O Rapaz magro, a rapariga gorda”. de Soares, Luísa Ducla
5. A joaninha vaidosa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
6. O gato e o rato. de Soares, Luísa Ducla
7. Os ovos misteriosos. de Soares, Luísa Ducla; Bacelar, Manuela
8. Todos no sofá. de Soares, Luísa Ducla
9. A adivinha do rei. de Vieira, Alice
10. A galinha medrosa. de Mota, António
11. Corre, corre, cabacinha. de Vieira, Alice
12. O macaco de rabo cortado e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
13. A lenda das sete cidades. de Bradford, Maria; Magalhães, Mariana; Medeiros, Joana
14. Contos para rir – “Os três desejos”. de Soares, Luísa Ducla
15. Os primos e a bruxa cartuxa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
16. Vem aí o Zé das Moscas e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
17. As andanças do senhor fortes. de Mota, António
18. Conhece os teus direitos. de Texto segundo a “Declaração dos direitos da criança
19. O capuchinho cinzento. de Araújo, Matilde Rosa
20. O soldadinho de chumbo. de Andersen, Hans Christian
21. O Segredo do Sol e da Lua (coleção 4 leituras)
22. O Gato Gatão, Poeta de Profissão (coleção 4 leituras)
23. Dom Leão e Dona Catatua (coleção 4 leituras)
24. Um pé de Vento (coleção 4 leituras)
25. O que é que se passa aqui? (coleção 4 leituras)

26. Perda de Riso (coleção 4 leituras)

(d) Áudio

1. O livro da avó. de Silva, Luís
2. O meu avô. de Bacelar, Manuela
3. Segredos “Aquela Folha”. de Mota, António
4. Tudo ao contrário “O Rapaz magro, a rapariga gorda”. de Soares, Luísa Ducla
5. A joaninha vaidosa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
6. O gato e o rato. de Soares, Luísa Ducla
7. Os ovos misteriosos. de Soares, Luísa Ducla; Bacelar, Manuela
8. Todos no sofá. de Soares, Luísa Ducla
9. A adivinha do rei. de Vieira, Alice
10. A galinha medrosa. de Mota, António
11. Corre, corre, cabacinha. de Vieira, Alice
12. O macaco de rabo cortado e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
13. A lenda das sete cidades. de Bradford, Maria; Magalhães, Mariana; Medeiros, Joana
14. Contos para rir – “Os três desejos”. de Soares, Luísa Ducla
15. Os primos e a bruxa cartuxa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
16. Vem aí o Zé das Moscas e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
17. As andanças do senhor fortes. de Mota, António
18. Conhece os teus direitos. de Texto segundo a “Declaração dos direitos da criança
19. O capuchinho cinzento. de Araújo, Matilde Rosa
20. O soldadinho de chumbo. de Andersen, Hans Christian

(e) Digital (PowerPoint e Word)

1. O livro da avó. de Silva, Luís
2. O meu avô. de Bacelar, Manuela
3. Segredos “Aquela Folha”. de Mota, António
4. Tudo ao contrário “O Rapaz magro, a rapariga gorda”. de Soares, Luísa Ducla
5. A joaninha vaidosa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
6. O gato e o rato. de Soares, Luísa Ducla
7. Os ovos misteriosos. de Soares, Luísa Ducla; Bacelar, Manuela
8. Todos no sofá. de Soares, Luísa Ducla
9. A adivinha do rei. de Vieira, Alice
10. A galinha medrosa. de Mota, António

11. Corre, corre, cabacinha. de Vieira, Alice
12. O macaco de rabo cortado e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
13. A lenda das sete cidades. de Bradford, Maria; Magalhães, Mariana; Medeiros, Joana
14. Contos para rir – “Os três desejos”. de Soares, Luísa Ducla
15. Os primos e a bruxa cartuxa. de Magalhães, Ana Maria; Alçada, Isabel
16. Vem aí o Zé das Moscas e outras histórias tradicionais portuguesas contadas de novo. de Torrado, António
17. As andanças do senhor fortes. de Mota, António
18. Conhece os teus direitos. de Texto segundo a “Declaração dos direitos da criança
19. O capuchinho cinzento. de Araújo, Matilde Rosa
20. O soldadinho de chumbo. de Andersen, Hans Christian

(f) eBook

1. A chuva pasmada - eBook CAMINHO
2. A Feiticeira de Paris - eBook ASA
3. Chouriços de tempo e bolinhos de amor - eBook ASA
4. Cisne Branco, Cisne Negro - eBook ASA
5. Cortei as Tranças - eBook GAILIVRO
6. Era Uma Vez a República - eBook GAILIVRO
7. Era Uma Vez Um Rei Que Abraçou o Mar - eBook OFICINA DO LIVRO
8. Eu Só - Só Eu - eBook CAMINHO
9. Mistérios da Flandres - eBook CAMINHO
10. Mortinhos Por Chegar a Casa - eBook ASA
11. O Alfabeto da Natureza - eBook OFICINA DO LIVRO
12. O Gato-vampiro e Outros Mistérios - eBook ASA
13. O Jantar Chinês Outros Contos - eBook CAMINHO
14. O João e o Salticão - eBook CAMINHO
15. O Lugar Desconhecido - eBook TEXTO
16. O Senhor do Seu Nariz e Outras Histórias - eBook ASA
17. O Vampiroscópio - eBook ASA
18. Os Sonhadores - eBook GAILIVRO
19. Seis Fantasmas e Meio - 1ª Parte - eBook ASA
20. Seis Fantasmas e Meio - 2ª Parte - eBook ASA
21. Uma aventura debaixo da terra - eBook CAMINHO
22. Uma Aventura Fantástica - eBook CAMINHO
23. Uma Aventura na Amazónia - eBook CAMINHO
24. Uma Aventura na Falésia - eBook CAMINHO
25. Uma Aventura na Noite das Bruxas - eBook CAMINHO
26. Uma Aventura na Quinta das Lágrimas - eBook CAMINHO
27. Uma Aventura na Terra e no Mar - eBook CAMINHO
28. Uma Aventura nas Férias da Páscoa - eBook CAMINHO
29. Uma Aventura nas Férias do natal - eBook CAMINHO

- 30. Uma Aventura nas Férias Grandes - eBook CAMINHO
- 31. Uma Aventura nas Ilhas de Cabo Verde - eBook CAMINHO
- 32. Uma Aventura no Algarve - eBook CAMINHO
- 33. Uma Aventura no Alto Mar - eBook CAMINHO
- 34. Uma Aventura no Bosque - eBook CAMINHO
- 35. Uma Aventura no Egípto - eBook CAMINHO
- 36. Uma Aventura no Palácio da Pena - eBook CAMINHO
- 37. Uma Aventura no Pulo do Lobo - eBook CAMINHO
- 38. Uma Aventura no Supermercado - eBook CAMINHO

ii) Software e hardware acessível

(a) Software específico

- 1. PTJaws
- 2. Araword

(b) Equipamentos específicos

- 1. 1 Lupa TV
- 2. 1 Lupa de mesa
- 3. 1 Estojo de desenho ACAPO
- 4. 1 Jogo de xadrez para cegos

(c) Outros equipamentos

- 1. 1 Smart Monkey Science4you
- 2. 1 PC com ecrã de 21"
- 3. 1 PC Portátil
- 4. 1 Tablet Microsoft Surface
- 5. 1 Tablet HP 7"
- 6. 3 Leitores MP3
- 7. 3 Auscultadores

Anexo XII

Comemoração do dia internacional da pessoa com deficiência

Comemoração do dia 3 de dezembro
Dia internacional da pessoa com deficiência



Dramatização da história “Um detetive em cadeira de rodas”,
de Luísa Ducla Soares, da coleção Meninos Especiais,
pelos docentes de educação especial

Anexo XIII

Reorganização dos espaços para facilitar a mobilidade de alunos em cadeiras de rodas

Alunos da UAEM, em cadeiras de rodas, utilizando o espaço da BE, Aaompanhados pelos docentes e auxiliares de educação especial



Acesso à BE utilizando a plataforma elevatória



Espaço modificado para permitir o acesso em cadeira de rodas

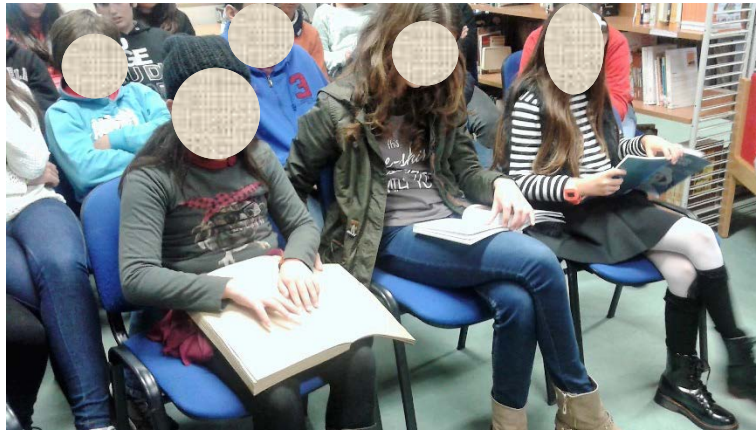


Exploração de livro com capa em relevo

Anexo XIV

Leituras partilhadas (em vários suportes) na BE

Leituras partilhadas (em vários suportes) na BE



Leitura em Braille

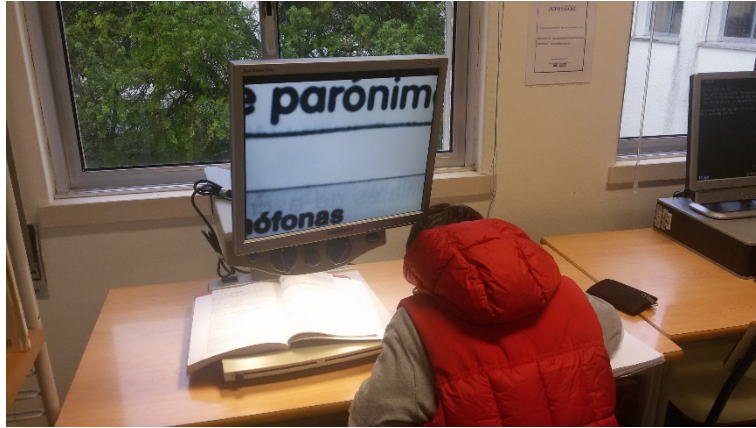


Leitura com produtos de apoio na acessibilidade à leitura

Anexo XV

Disponibilização na biblioteca escolar de dispositivos de apoio na acessibilidade à leitura

Disponibilização na BE de dispositivos de apoio na acessibilidade à leitura



Aluno a efetuar ficha de trabalho na BE com recurso a uma Lupa TV

